

RELATÓRIO & CONTAS 2017



NOSSA
SEGUROS



SENHORES ACCIONISTAS,

Dando cumprimento ao disposto nos artigos 70º e 71º da Lei das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da NOSSA - Nova Sociedade de Seguros de Angola, S.A. submete à vossa apreciação o presente Relatório de Gestão, bem como o Balanço da Sociedade a 31 de Dezembro, os Ganhos e Perdas e demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2017.



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2017 foi marcado por transformações fundamentais na arena política, com a realização de Eleições Gerais, e com a consequente alteração do ciclo político-administrativo do Estado.

Renovam-se expectativas de inversão de um ciclo económico que tinha vindo a degradar-se nos últimos anos, com a introdução de um Programa de Estabilização Económica visando um ajuste macroeconómico, numa óptica fiscal e cambial, com vista ao alinhamento da economia angolana num novo contexto sócio-político e económico.

Por isso mesmo, associado a um ambiente concorrencial desafiante, a NOSSA Seguros teve de ajustar-se num mercado segurador que vai dando sinais de crescimento anémico e de volatilidade nas carteiras de seguros.

Apesar disto, conseguiu-se um crescimento muito expressivo na carteira de prémios brutos emitidos (PBE's) na ordem de 63%, revelando um maior grau de penetração no sector empresarial e estatal.

O crescimento da receita foi acompanhado pela contenção dos custos, muito pressionada pela inflação, e teve como consequência uma diminuição drástica do rácio de despesas cifrando-se nos 32%.

Enquanto isso, a rentabilidade da empresa manteve-se em linha com o ano anterior, com um ROE de 29% e um crescimento dos resultados líquidos na ordem dos 17%.

A solvabilidade da empresa (184%) mantém-se em níveis de conforto muito significativos face ao mercado, o que nos permite encarar o futuro com muito optimismo e honrar a confiança que o mercado nos tem granjeado.

Em 2017, mantivemos o nosso foco na execução do Plano Estratégico ON2020, da qual destacamos, a actualização e qualificação da base de dados de modo a adequar a nossa oferta aos segmentos de mercado a que se dirige; o lançamento do seguro de saúde focado no segmento de particulares; o lançamento de um fundo de pensões aberto; e no canal de distribuição bancária, estabelecemos uma parceria com outro banco local, além de alargarmos o âmbito dos seguros aí comercializados.

A NOSSA Seguros encerra o ano com um reforço da sua quota de mercado, alcançando os 9% relativamente ao volume de PBE's, ombreando assim, com os seus competidores no grupo das 4 maiores empresas do sector segurador.

Perspectivamos um ano de 2018 com tremendos desafios contextuais, para o qual necessitaremos de particular empenho dos nossos colaboradores e da sua criatividade, e naturalmente, da habitual confiança dos nossos clientes.

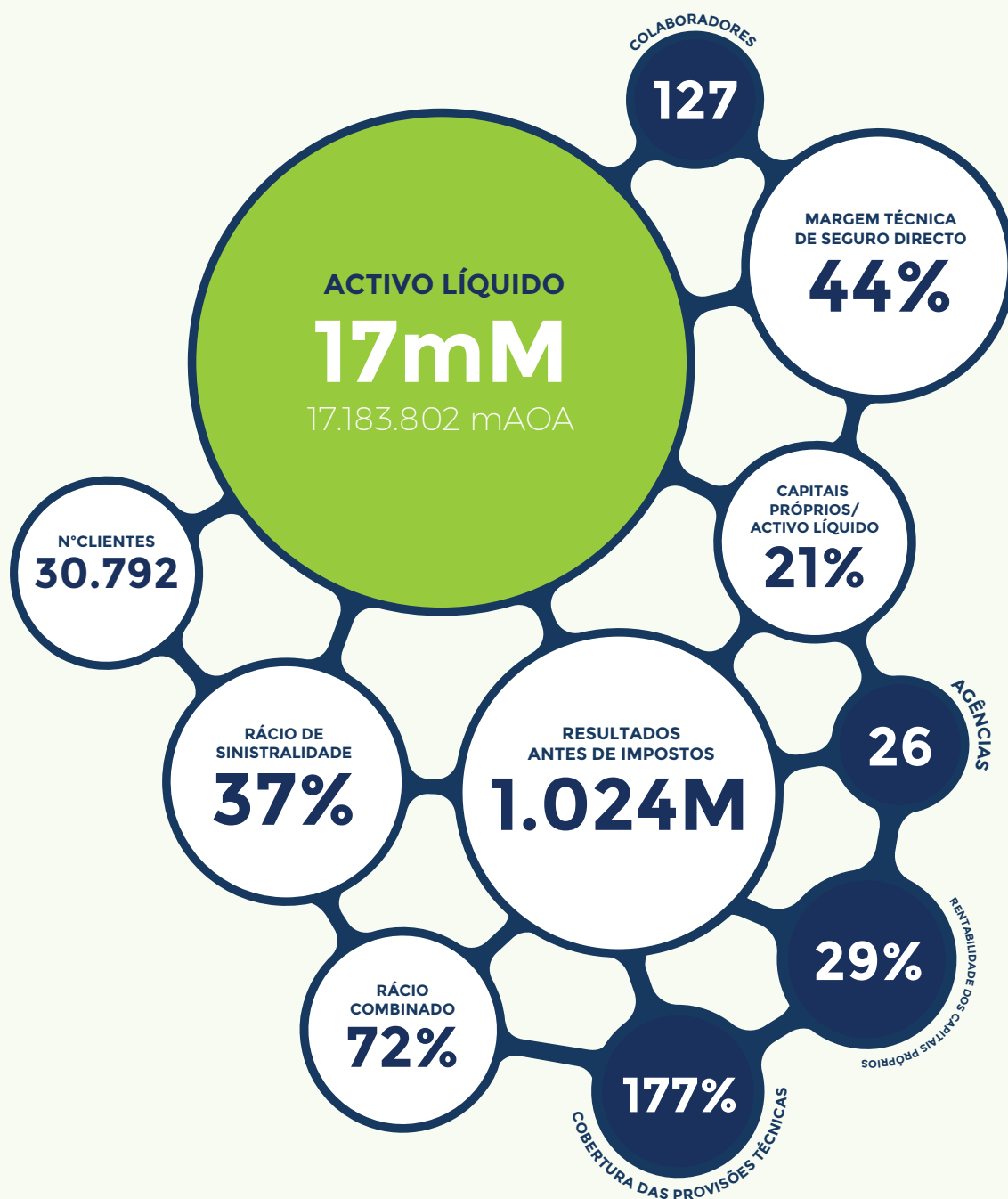
Presidente do Conselho de Administração

Luis Lélis

Presidente da Comissão Executiva

Carlos Duarte

2017 EM REVISTA



ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	
Governança corporativa	17
Enquadramento macroeconómico financeiro	27
Sector segurador e a Nossa Seguros	37
Actividade da Nossa Seguros em 2017	42
Análise económica e financeira	50
Perspectivas para 2018	60
Resultado e proposta de aplicação	61
Considerações finais	62
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	65
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	71
PARECER DO CONSELHO FISCAL	103
RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO	109



RELATÓRIO DE GESTÃO

1.

GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

A NOSSA é uma Instituição Financeira Não Bancária, sujeita à supervisão da ARSEG - Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros, entidade reguladora da actividade das seguradoras e responsável pela criação de normas que orientam a sua conduta de mercado, as garantias financeiras e os critérios de solvência.

Faz parte das participadas financeiras do BAI - Banco Angolano de Investimentos - e por essa razão, além da supervisão da ARSEG, são-lhe impostos os requisitos que derivam de obrigações do BAI, por força dos avisos do Banco Nacional de Angola, nomeadamente a nível da governação corporativa e controlo interno.

POLÍTICAS DE GESTÃO

Relativamente às políticas de gestão, de forma a manter-se o alinhamento com o BAI, foi aprovada a Política de Gestão de Risco, com o objectivo de preservar a capacidade da NOSSA de cumprir com as responsabilidades e objectivos assumidos perante clientes, parceiros, colaboradores, accionistas e restante comunidade em que se insere, assegurando que os seus activos tangíveis e intangíveis, estejam protegidos contra potenciais danos e perdas.

CAPITAL HUMANO E PROCESSOS

Considerando que a NOSSA mantém a gestão do Capital Humano como uma prioridade estratégica, foi criada a Comissão de Gestão de Recursos Humanos, à qual compete definir as políticas de contratação de novos colaboradores, bem como os seus processos de remuneração, adequados à cultura e estratégia de longo prazo e considerando as vertentes de negócio e de risco.

Em 2017 a estrutura orgânica da NOSSA passou por uma reestruturação que teve como principal objectivo adaptar o funcionamento da Companhia ao mercado, tornando-a menos burocrática e consequentemente mais eficiente, por meio da melhoria dos processos internos.

A. ESTRUTURA DO MODELO DE GOVERNO

BRANQUEAMENTO DE CAPITALS E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO

Em 2017 a NOSSA Seguros continuou a desenvolver mecanismos para garantir o cumprimento das disposições regulamentares relativamente ao combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo (BCFT). As iniciativas em curso visam o cumprimento do exposto na Circular n.º 30/GAPCAARSEG/14, sobre operações suspeitas de BCFT, e no Aviso n.º 2/15, que regulamenta as condições de exercício das obrigações previstas na Lei n.º 34/11 de 12 de Dezembro, nomeadamente as obrigações de identificação e diligência, bem como o estabelecimento de um programa de combate ao BCFT.

FOREIGN ACCOUNT TAX COMPLIANCE ACT (FATCA)

A NOSSA Seguros também tem participado de forma activa nos esforços desenvolvidos pelo executivo no sentido operacionalizar a implementação do FATCA - Foreign Account Tax Compliance Act - que resulta de um acordo celebrado entre a República de Angola e os Estados Unidos da América, nos termos do qual as autoridades angolanas se comprometem

a reportar às autoridades fiscais norte-americanas, informação pessoal e financeira de cidadãos e residentes fiscais norte-americanos que mantenham património financeiro domiciliado em instituições financeiras angolanas.

ALTERAÇÕES NOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A estrutura dos Órgãos Sociais da NOSSA Seguros sofreu uma alteração na sequência da publicação do Decreto Presidencial n.º 261/17, de 30 de Outubro, que nomeou o então Presidente do Conselho de Administração da NOSSA, José de Lima Massano, para o cargo de Governador do Banco Nacional de Angola, levando-o a renunciar o cargo de Administrador e respectivas funções de Presidente do Conselho de Administração.

Não existindo administradores suplentes e dada a necessidade de proceder à sua substituição, considerando que estavam reunidos os requisitos para o efeito, o mesmo foi substituído por cooptação por Luís Filipe Rodrigues Lélis.

A referida substituição será submetida à ratificação pela Assembleia Geral a realizar-se no primeiro trimestre de 2018.

A mudança de Presidente do Conselho de Administração acarretará alterações à composição da Comissão de Remunerações presidida por Luís Filipe Rodrigues Lélis, até à data da sua nomeação para a função que exerce actualmente na Companhia.



B. ESTRUTURA ACCIONISTA

A NOSSA tem um capital social de AOA 1.000.000.000 (Mil Milhões de Kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2.000.000 (Dois Milhões) de acções, cada uma com o valor nominal em Kwanzas equivalente a USD 5, com o contravalor de AOA 500, sendo representado por acções nominativas.

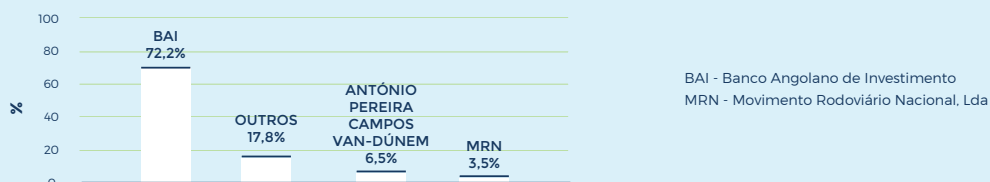
Em 2017 a accionista Mateba transmitiu a totalidade das suas acções, que representavam 5% do Capital Social da Companhia, para o também accionista António Pereira Campos Van-Dúnem.

Como consequência da referida operação, a 31 de Dezembro de 2017, os principais accionistas da NOSSA Seguros eram o Banco Angolano de Investimentos (BAI) com 72,24%, António Pereira Campos Van-Dúnem com 6,50% e o Movimento Rodoviário Nacional Lda. (MRN) com 3,50%.

O capital da Sociedade pode ser aumentado por novas entradas de dinheiro e/ou por incorporação de reservas, mediante deliberação da Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

No caso do aumento do capital se realizar por novas entradas de dinheiro, os actuais accionistas podem usufruir do direito de preferência na aquisição das novas acções.

As transmissões de acções a favor de outros accionistas e/ou de terceiros estão sujeitas ao consentimento do Conselho de Administração.



C. ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é composta por um Presidente e por um Secretário.

Os membros nomeados na Assembleia Geral realizada a 10 de Março de 2016, para o quadriénio 2016/2019, Mário Alberto dos Santos Bárber – Presidente e Ulanga de Jesus Gaspar Martins – Secretário, mantiveram-se em pleno exercício de funções no decurso do ano de 2017.

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias que lhe sejam exclusivamente atribuídas por lei ou pelos estatutos.

Destacam-se as competências para deliberar sobre alterações na composição dos membros do Conselho Fiscal, sobre aumentos de capital, eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, aprovar o Relatório de Gestão e Contas e deliberar sobre a aplicação de resultados.

Este Órgão reúne-se anual e ordinariamente, nos primeiros três meses de cada ano, e após findo o exercício anterior, podendo sempre que necessário, serem convocadas reuniões extraordinárias, por decisão do Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou a pedido do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou de um ou mais accionistas possuidores de acções correspondentes a, pelo menos, 5% do Capital da Sociedade.

Uma vez que os Estatutos da NOSSA Seguros não estabelecem qualquer percentagem para o exercício do direito de voto, a cada acção corresponde um voto.

Em primeira convocatória, é permitido à Assembleia Geral deliberar validamente desde que se encontrem presentes ou representados accionistas que representem mais de 50% do Capital Social.

Esta Assembleia poderá ainda deliberar em segunda convocatória, sempre que esteja representado 40% do Capital Social, sendo necessário, em ambas as situações, que se obtenha a maioria absoluta dos votos correspondentes ao capital social.

Mediante carta de representação dirigida ao Presidente da Mesa, tanto os accionistas individuais como as pessoas colectivas, podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral.

D. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o Órgão Social responsável pela gestão da Sociedade. Os seus membros são eleitos pelos accionistas em Assembleia Geral, por um período de 4 anos e por maioria dos votos. É composto por cinco Administradores, sendo três executivos e dois não executivos. Em Assembleia Geral realizada a 10 de Março de 2016, foi nomeado o Conselho de Administração para o quadriénio 2016/2019, o qual apresenta uma constituição diferente do actualmente em funções, cuja constituição se apresenta de seguida. Assembleia Geral.



LUÍS FILIPE LÉLIS

Licenciatura em Finanças e Marketing pela University of Michigan.

Exerceu as funções de Assistente do Director Geral da Sonangol entre 1996 e 1999, altura em que foi convidado para exercer em comissão de serviço as funções de Assessor do Ministro das Finanças. Foi Administrador não Executivo da Mercury, Serviços de Telecomunicações, S.A.

Em 2002 regressou à Sonangol, E.P. e foi nomeado Chefe de Departamento de Orçamento e Controlo Interno da Direcção de Finanças.

Em 2004 aceitou o convite para exercer as funções de Assistente do Presidente do Conselho de Administração do BAI, S.A., tendo exercido esta função até ao início de 2006, ano que foi nomeado Director Comercial e posteriormente Director-Coordenador.

Foi eleito Administrador do BAI, S.A. em Maio de 2006 e Maio de 2010 sendo actualmente o Presidente da Comissão Executiva. Cumulativamente, exerce as funções de Administrador não Executivo da Sodimo, S.A., Presidente do Conselho de Administração do Banco BAI Cabo-Verde e Presidente do Conselho de Administração da NOSSA.

ADMINISTRADOR EXECUTIVOCARLOS DE
ALMEIDA DUARTE

Formado em Relações Internacionais e Pós-Graduado em Marketing e Negócios Internacionais pelo INDEC/ISCT.

A sua carreira começou no Departamento de Consultoria da Coopers & Lybrand em 1995, tendo sido posteriormente transferido para a KPMG Angola;

Ingressou no Banco BAI em 2001 onde desempenhou funções como Director de Banca Corporativa.

Em 2005 foi nomeado Administrador do Standard Bank Angola, encarregue de abrir um escritório de representação e liderar o processo de negociação com o governo angolano e investidores locais, a fim de obter a licença bancária;

Em 2009 retorna ao Banco BAI onde foi Administrador Não Executivo entre 2011 e 2015;

É Administrador Executivo da NOSSA Seguros desde 2010, tendo liderado o processo de compra de acções através do qual o BAI adquiriu o controlo accionista da Companhia, desempenhando cumulativamente a função de Presidente da Comissão Executiva.

ADMINISTRADOR EXECUTIVO

Licenciado em Gestão e Contabilidade pela Universidade Lusíada de Angola.

Entre 1997 e 2004 colaborou com empresas de auditoria, trabalhando principalmente na indústria bancária, mineira e industrial, tanto em Angola como em Moçambique. Posteriormente exerceu funções nas áreas contabilísticas e financeiras em empresas do sector privado e público.

Integrou a NOSSA Seguros em 2010 como Director de Contabilidade e Finanças e no decorrer do seu percurso profissional desempenhou ainda funções como Director de Auditoria Interna e Director de Resseguro.

Foi nomeado Administrador Executivo da NOSSA Seguros em 2016.



ILDO MATEUS
DO NASCIMENTO

ADMINISTRADOR EXECUTIVO

Mestre em Finanças pela Strathclyde University no Reino Unido e licenciado em Economia e Relações Internacionais pela Boston University, EUA.

De 2002 a 2006 foi Economista na TOTAL E&P Angola, tendo ingressado no Banco BAI como analista de planeamento estratégico em 2006.

Assumi a liderança desta área do Banco BAI entre 2007 e 2012;

Foi Administrador Não Executivo da NOSSA Seguros de 2009 a 2014 tendo sido em 2011, nomeado Director da Banca de Investimento do Banco BAI.

Entre 2012 e 2014 assumiu o cargo de Director de Mercados Financeiros e foi nomeado Administrador Executivo da NOSSA Seguros em 2014.



ALEXANDRE JORGE
DE ANDRADE TELES
CARREIRA

ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO

Licenciado em Engenharia Química pela Universidade Técnica de Lisboa e licenciado em Gestão pela Universidade Internacional de Lisboa;

A sua carreira no sector financeiro teve início em 2003 como técnico de crédito no BFA.

Em 2005 ingressou na Direcção de Gestão de Crédito do BAI. Em 2006 assumiu a Direcção Institucional e Corporate, em 2009 assumiu a Direcção de Banca de Retalho.

Foi nomeado Administrador Executivo da GRINER em 2008, tendo entre 2011 e 2014, exercido as funções de Administrador Executivo do BAI Cabo Verde e Administrador Não Executivo durante 2015.

Desde 2015 assume funções de Administrador Não Executivo da SÓPROS.

É Director Coordenador no BAI desde 2014;

Foi nomeado Administrador Não Executivo da NOSSA Seguros em 2016.



JORGE DA SILVA
ALMEIDA

Como referido anteriormente, a actual constituição do Conselho de Administração difere da originalmente nomeada. Após a renúncia de José de Lima Massano que exercia a função de Presidente do Conselho de Administração, Luís Filipe Rodrigues Lélis passou a exercer a referida função.

Ordinariamente, este órgão reúne pelo menos quatro vezes por ano, devendo, sempre que possível, fazê-lo pelo menos uma vez por trimestre.

Reúne extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Presidente do Conselho de Administração, por iniciativa deste ou a pedido de qualquer outro Administrador, por dois ou mais Administradores ou pelo Conselho Fiscal.

As agendas das reuniões são previamente definidas, podendo, sempre que se justificar, serem convidados directores ou outras pessoas para participarem nas respectivas reuniões, apresentando pontos de situação de projectos e actividades em curso, a performance financeira da Sociedade, entre outros.

Sempre que um Administrador esteja impedido de comparecer às reuniões, deve apresentar a justificação da sua ausência, por escrito, delegando, sempre que possível, poderes de representação num outro administrador que exercerá o seu direito de voto em relação às matérias sujeitas à votação.

São da responsabilidade do Conselho de Administração todas as competências que não estejam expressa e explicitamente atribuídas, em exclusivo, à Assembleia Geral, pela lei ou pelos estatutos, nomeadamente mas sem se limitar, às competências para dirigir e representar a Sociedade perante as autoridades competentes e zelar pelo estrito cumprimento das disposições legais vigentes em Angola, elaborar a estratégia geral da NOSSA Seguros, bem como o seu plano de acção e submetê-los à aprovação da Assembleia Geral, se versar sobre matérias sujeitas a deliberação daquele órgão, assegurar a gestão corrente, elaborar os relatórios e contas anuais, constituir procuradores, entre outros.

A NOSSA Seguros obriga-se perante terceiros pela assinatura de dois administradores, pela assinatura de um administrador, no âmbito de poderes delegados por deliberação do Conselho de Administração pela assinatura de um mandatário constituído por procuração, no âmbito dos poderes conferidos.

De acordo com previsto no n.º 4 do artigo 17.º, n.º 2 do artigo 18.º dos Estatutos da NOSSA Seguros, bem como no artigo 13.º e seguintes do Regulamento do Conselho de Administração, para o mandato correspondente ao triénio 2015-2017, o Conselho de Administração delegou poderes relativos à gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva.

De forma a assessorar as actividades do Conselho de Administração, foi criado o Comité de Estratégia e Projectos e a Comissão de Gestão de Recursos Humanos.

E. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Companhia.

É composto por três membros efectivos e por dois membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, por períodos de quatro anos. Actualmente integram o Conselho Fiscal os seguintes elementos:

PRESIDENTE

João Cândido Soares de Moura Oliveira Fonseca

VOGAL

Víctor Manuel Ribeiro do Couto

VOGAL

Ebb Rosa Conde Lopes Colsoul

SUPLENTE

Helga Sofia de Sousa Santos

SUPLENTE

Juvelino da Costa Domingos

As responsabilidades do Conselho Fiscal são as legalmente previstas, das quais se destacam a inspecção da actividade, operações e contas da Sociedade, devendo ainda opinar sobre todos os assuntos que lhe forem colocados pela Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez por trimestre e as suas deliberações são tomadas por maioria simples dos votos.

F. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Compete à Comissão de Remuneração a implementação e revisão da política de remuneração dos membros dos Órgãos Sociais.

Este Órgão é composto por três membros - um presidente e dois vogais - eleitos por 4 anos, período que coincide com o período do mandato da respectiva Comissão:

PRESIDENTE

Luís Filipe Rodrigues Lélis

VOGAL

Tavares Cristóvão

VOGAL

Andry Sousa

Como consequência da nomeação de Luís Filipe Rodrigues Lélis para exercer a função de Presidente do Conselho de Administração da NOSSA, o mesmo renunciou à função de Presidente da Comissão de Remunerações.

Tavares Cristóvão, por razões de incompatibilidade superveniente, renunciou também às funções no final do ano 2017, pelo que, a 31 de Dezembro de 2017 a Comissão de Remunerações contava apenas com a Vogal Andry Sousa.

Na Assembleia Geral que se realizará em Março de 2018, serão nomeados novos membros para a referida Comissão.

G. COMITÉ DE ESTRATÉGIA E PROJECTOS

O Comité de Estratégia e Projectos é um órgão colegial, responsável pela gestão, acompanhamento e monitorização do Plano Estratégico da NOSSA - ON2020, aprovando o plano, monitorizando a realização de actividades e objectivos, tomando decisões sobre prioridades, alterações e alocação de recursos e controlando a correcta disponibilização dos entregáveis e benefícios previstos, bem como providenciar medidas para mitigar potenciais riscos/problemas ou desvios face ao plano estratégico.

H. COMISSÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A Comissão de Gestão de Recursos Humanos foi criada pelo Conselho de Administração com o objectivo de ser efectuado um acompanhamento mais eficiente dos recursos humanos da Companhia, mormente no que se refere às questões relativas à nomeação, avaliação e remuneração dos colaboradores.

I. COMISSÃO EXECUTIVA

É constituída por três administradores, nomeadamente:

PRESIDENTE

Carlos Arménio de Almeida Duarte

VOGAL

Alexandre Jorge de Andrade Teles Carreira

VOGAL

Ildo Mateus do Nascimento

A Comissão executiva é responsável pela execução das decisões estratégicas tomadas pelo Conselho de Administração pela implementação do plano financeiro e pela gestão corrente da NOSSA Seguros.

A Comissão Executiva reúne-se ordinariamente uma vez a cada período de quinze dias, sendo as reuniões convocadas e dirigidas pelo Presidente da Comissão Executiva. Reúne-se extraordinariamente sempre que for convocada pelo seu Presidente, por sua iniciativa ou a pedido de quaisquer outros dois dos seus membros.

De forma a efectivar a estratégia do Conselho de Administração da NOSSA Seguros, existem diversas unidades de estrutura de suporte ao negócio e unidades de apoio, conforme organograma apresentado na página seguinte.



2.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

A. CONTEXTO INTERNACIONAL

De acordo com os dados mais recentes divulgados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), 120 economias viram o seu crescimento acelerar no ano de 2017, sendo este crescimento global o mais acentuado desde 2010.

As estimativas do FMI apontam para um crescimento de 3.7% da economia mundial, crescimento este mais robusto do que os 3.2% registados em 2016.

No que se refere às economias desenvolvidas os dados demonstram que as mesmas terão crescido 2.3% face a apenas 1.7% registados em 2016.

Por sua vez, as economias emergentes e em desenvolvimento terão também crescido mais rápido do que no ano anterior, tendo registado um crescimento de 4.7% em 2017 face aos 4.1% do período homólogo.

Em 2017 o comércio internacional cresceu de forma robusta a uma taxa de 4.2% (face a uma taxa de 2.5% no período homólogo).

De entre as economias mais avançadas de grande dimensão destacam-se a Espanha e o Canadá com as taxas de crescimento mais elevadas, na ordem dos 3.1% e 3%, respectivamente.

A China e a Índia voltaram a destacar-se dentre os BRICS com crescimentos de 6.8% e 6.7%, respectivamente, crescimentos bastante próximos dos registados em 2016.

A Rússia cresceu 1.8% enquanto o Brasil cresceu 1.1%, contrastando com os crescimentos negativos exibidos em 2016.

Destaca-se por fim a África do Sul que apresentou um crescimento de apenas 0.9%, próximo dos 0.3% observados em 2016.



1. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA cresceu 2.3% em 2017, acima do crescimento de 1.5% observado em 2016.

O crescimento do PIB reflecte sobretudo as contribuições positivas das despesas de consumo pessoal, investimentos fixos não residenciais e das exportações. Foi um ano bastante positivo para os mercados de trabalho e bolsistas norte- americanos.

A economia desacelerou no último trimestre (taxa de 2.6%), sendo que nos dois trimestres anteriores o crescimento superou os 3%, o que acabou por comprometer o objectivo de uma taxa de 3% ou superior, como prometido pelo presidente dos EUA.

As expectativas de crescimento para a economias elevaram-se após a aprovação da reforma fiscal em Dezembro, mas os economistas continuam divididos quanto ao alcance da mesma.

A economia registou um nível de desemprego relativamente baixo em termos históricos, tendo a taxa de desemprego atingido 4.1%. A economia criou 2.1 milhões de empregos em 2017 contra 2.2 milhões de empregos criados em 2016. A taxa de desemprego da juventude também se manteve baixa.

A inflação continuou controlada, mas abaixo da meta de 2% estabelecida pela Reserva Federal (FED). Contudo, reflectindo expectativas de que a actividade económica vai continuar a expandir e as condições do mercado de trabalho permanecerão robustas, para combater a inflação futura e preservar as ferramentas que necessita para fazer face as futuras recessões, a FED subiu as taxas de juro de curto prazo três vezes durante o ano.

+ 2.3%
TAXA DE
CRESCIMENTO
DO PIB EM 2017

4.1%
TAXA DE
DESEMPREGO
EM 2017

2.1
MILHÕES
EMPREGOS
CRIADOS EM 2017

2. ZONA EURO

A economia da Zona Euro cresceu mais rápido do que a economia Norte-Americana. A confiança na economia é a mais elevada em muitos anos e o desemprego atingiu o nível mais baixo em 9 anos.

Estima-se que a Zona Euro tenha crescido à taxa de 2.4% em 2017. Foi uma expansão surpreendente tendo em conta que as estimativas no início do ano apontavam para um crescimento de apenas 1.7%. Em 2016 a economia cresceu 1.8%. Segundo o Banco Central Europeu (BCE), os sinais agora apontam para uma recuperação cada vez mais forte e alargada na Zona Euro. A periferia da Zona Euro também beneficiou da expansão.

O aumento do emprego, deu suporte ao consumo privado. O investimento das empresas continua a aumentar suportado por condições financeiras favoráveis, pelo aumento dos lucros e por uma demanda sólida. O investimento no sector habitacional também melhorou. As exportações da Zona Euro beneficiaram do crescimento global alargado. No entanto, muito por conta das condições financeiras favoráveis, a demanda doméstica tem sido o pilar do crescimento da economia, o que a torna mais protegida das condições externas.

Apesar da aceleração do crescimento, espera-se que a inflação se situe em apenas 1.4%. Esta cifra situa-se abaixo da meta do BCE (i.e., abaixo, mas próximo de 2%). Ainda assim, o BCE com base no crescimento robusto, anunciou em Outubro a redução da compra de activos a partir de 2018, passando de compras mensais de 60 biliões de euros para metade. Em Novembro o desemprego atingiu 8.7 (contra uma taxa de 9.8% verificada em Novembro de 2016), atingindo o nível mais baixo desde Janeiro de 2009. No entanto, continuaram a persistir desequilíbrios regionais. Por exemplo, em Espanha o desemprego permaneceu elevado, situando-se em 16.7%. O desemprego juvenil também se manteve elevado, situando-se em 18.2%.

+ 2.4%
TAXA DE CRESCIMENTO
DAS ECONOMIAS DA
ZONA EURO EM 2017

3. CHINA

A economia chinesa, a segunda maior economia mundial, cresceu 6.9% em 2017. O crescimento em 2017 ultrapassou a meta do governo chinês de 6,5% e os 6.7% registados em 2016. O crescimento de 2017 é o maior registado em 2 anos e a primeira vez desde 2010 que a economia acelera relativamente ao ano anterior. A inflação situou-se em 1,8% enquanto que se estima uma taxa de desemprego de 5%.

A economia chinesa beneficiou do crescimento global registado no resto do mundo que criou um melhor ambiente para o comércio internacional. A forte procura mundial contribuiu em particular para a boa prestação do sector industrial que também beneficiou dos esforços do governo chinês no sentido de reduzir o excesso de capacidade.

Não obstante, a economia chinesa continuou a apresentar níveis de endividamento empresarial preocupantes e excessos especulativos em vários mercados, alegadamente devido aos altos níveis de poupança.

A China tem seguido um modelo de crescimento baseado em investimentos financiados por dívida e por exportações. O FMI, no entanto, alerta que os governos locais têm concedido crédito e protegido empresas em dificuldades em detrimento de objectivos de estabilidade financeira.

Em 2017, as restrições impostas pelo governo foram eficazes na travagem da exportação de capitais. Note-se que o ano de 2016 foi marcado pela forte diminuição das reservas internacionais da China, devido à falta de confiança na moeda.

+ 6.9%

TAXA DE CRESCIMENTO
DA ECONOMIA CHINESA
EM 2017

4. MERCADO DE DÍVIDA E DE ACÇÕES

Os mercados financeiros registaram um sentimento positivo, tendo as bolsas de valores atingido ganhos significativos, tanto nas economias avançadas como nas economias emergentes. O MSCI ACWI ganhou 23.97%. O excelente desempenho dos mercados deveu-se sobretudo ao forte e alargado crescimento da economia mundial, à política de reduções dos impostos nos EUA e à reversão lenta das políticas monetárias acomodáticas dos bancos centrais de grandes economias.

CRESCIMENTO DOS ÍNDICES BOLSISTAS

Para Wall Street (o mercado de acções dos EUA) o ano 2017 foi bastante positivo. O Dow Jones subiu 25% enquanto que o S&P 500 e o Nasdaq cresceram 19% e 28%, respectivamente. O ano de 2017 foi o melhor ano para esses índices desde 2013. O crescimento dos índices bolsistas resultou do crescimento económico e dos potencialmente fortes lucros corporativos. Também teve influência a política de redução dos impostos do presidente Trump que foi aprovada pelo Congresso americano. Adicionalmente o ano de 2017 também ficou marcado por uma reduzida volatilidade no mercado accionista americano e confirmou-se a continuidade do bull market (tendência de alta) que dura há quase nove anos.

PRESSÃO NOS MERCADOS GLOBAIS

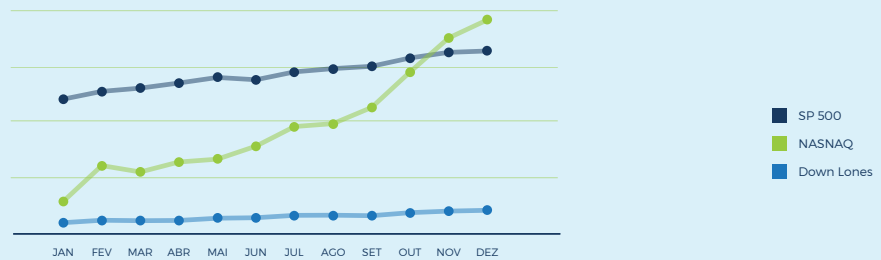
Durante o ano, alguns analistas alertaram para a possibilidade de estar em curso uma bolha ao nível dos preços dos títulos de dívida pública americana (treasury bonds), estando as yields de longo prazo demasiado baixas. Os alertas fizeram alusão à possibilidade das yields aumentarem abruptamente, uma vez que se vislumbrava o fim das políticas acomodáticas

dos bancos centrais de grandes economias.

Durante o segundo semestre o contexto alterou-se. As yields (que se movem em direcção oposta à dos preços) começaram a subir como consequência da especulação de que as reformas fiscais do presidente Trump iriam acelerar o crescimento económico e a inflação. Intensificaram-se também as preocupações relativas à possibilidade da Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) reduzir a aquisição de títulos, o que diminuiria os preços e aumentaria as yields.

Os mercados globais de títulos de dívida registaram pressão acrescida resultante de melhorias relativas às expectativas de crescimento económico e ao facto dos bancos centrais terem começado a relaxar os estímulos monetários da era de crise financeira.

PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS EM 2017



Fonte: Fundo Monetário Internacional

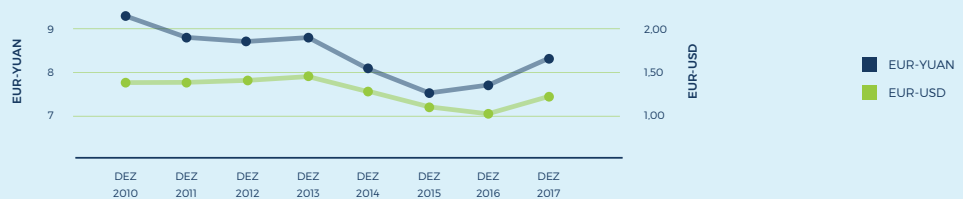
5. MERCADO CAMBIAL

Em 2017 o dólar dos EUA depreciou cerca de 10% relativamente às moedas mais transaccionadas no mundo, não obstante o aumento das taxas de juro apresentadas pela Reserva Federal dos EUA.

O ano em análise acabou por ser o pior ano do dólar em 14 anos. O mau desempenho do dólar em 2017 seguiu-se a uma apreciação significativa em 2016, sobretudo a partir das eleições de 8 de Novembro nos EUA que levaram a moeda americana na direcção de atingir os valores mais elevados em 13 anos.

As expectativas relativas às políticas monetárias decorrentes do crescimento da economia europeia, em particular da Alemanha e da França, bem como do crescimento noutras partes do mundo, têm levado os investidores a procurarem alternativas aos activos dos EUA.

EVOLUÇÃO DE TAXAS DE CÂMBIO



Fonte: Fundo Monetário Internacional

Quanto à moeda chinesa, para além do sucesso das autoridades chinesas em controlar as reservas cambiais do país, conseguindo aumentá-las em mais de 140 biliões de USD, a moeda chinesa apreciou-se em 6% relativamente ao dólar dos EUA.

A apreciação do yuan aconteceu mesmo contra as expectativas no início do ano de uma possível depreciação da moeda chinesa.

Durante o ano a libra apreciou 12% contra o dólar, o que a deixou a caminho dos níveis atingidos em Junho de 2016, altura em que os britânicos votaram a favor do Brexit.

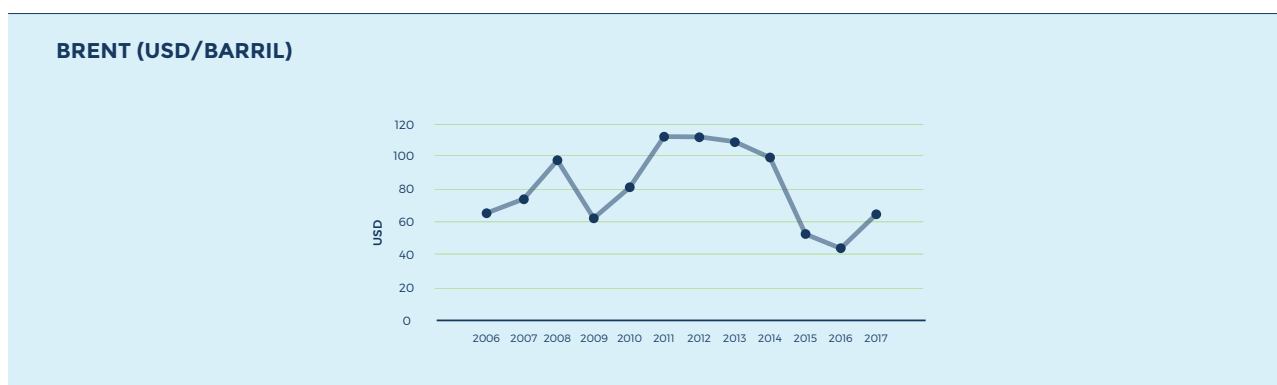
O Yen, por sua vez, ganhou 3% relativamente ao dólar.

6. PETRÓLEO

Três anos de baixos níveis de investimentos no sector também alimentaram receios de que o petróleo se revele insuficiente para fazer face ao futuro aumento do consumo.

O preço médio do Brent (referência para o petróleo produzido em Angola) durante o ano de 2017 foi de \$54.74/barril, situando-se 21% acima do valor médio de 2016 que rondou os \$43.76/barril.

Em Dezembro, o Brent aproximou-se dos \$67/barril, dando sequência a uma recuperação que ocorre desde que atingiu o seu valor mínimo abaixo dos \$30/b em 2016.



Fonte: EIA, Annual Energy Review And Domestic Uranium Production Report

Além do aumento da procura, foi fundamental para a subida do preço do petróleo, a manutenção do acordo entre países produtores da OPEP por forma a garantir maiores restrições à produção.

Ao longo do ano os cortes involuntários de produção, nomeadamente na Venezuela, impactaram igualmente a subida dos preços.

Estimativas preliminares da OPEC apontam para uma oferta mundial de petróleo em Dezembro, em termos médios, de 97.49 milhões de barris por dia (mb/d) (96.92 mb/d em 2016), tendo a produção se situado em 32.39 mb/d.

A procura global, por sua vez, ter-se-á situado em média nos 96.99 mb/d em 2017 (face a apenas 94.44 mb/d em 2016).

B. CONTEXTO NACIONAL

O ano de 2017, à semelhança de 2016, ficou marcado por um ambiente macroeconómico difícil, apesar de se ter observado um aumento do preço do petróleo bruto nos mercados internacionais. Continuaram a ser desafios para a economia angolana a diversificação da economia, a criação de empregos, a ausência de crescimento robusto, a inflação elevada, a moeda nacional fraca e os desequilíbrios nas contas fiscais e externas.

1. CRESCIMENTO

As projecções mais recentes da economia nacional apontam para uma taxa de crescimento do PIB de 1,1% (0,1% em 2016). Sem se considerar a produção de LNG, prevê-se para o sector petrolífero uma taxa de crescimento negativa de 4,6%. No entanto, incluindo a produção de LNG, as estimativas de crescimento do PIB petrolífero passam para uma taxa negativa de 0,5% (-2,3% em 2016). Por seu turno, as estimativas apontam para um crescimento do PIB Não Petrolífero de 1,9% (1,2% em 2016).

O crescimento do sector não petrolífero foi suportado pelo crescimento nos sectores da energia (40,2%), agricultura (4,4%), construção (2,2%), pescas (2,2%) e serviços mercantis (1,3%).

As estimativas para o sector diamantífero apontam para um crescimento negativo de 0,6% enquanto a indústria transformadora terá também apresentado um crescimento negativo, na ordem dos 0,7%.

A carência de divisas para a importação de equipamentos, matérias-primas, peças e sobressalentes teve um impacto negativo nesse último sector.

2. INFLAÇÃO E MEDIDAS PARA O SEU CONTROLO

Em 2017 a taxa de inflação situou-se em 26,26%, registando um decréscimo de 15,69 pontos percentuais com relação a observada em 2016, a qual se situou em 41,95%.

A inflação, no entanto, situou-se bastante acima da meta de 15,8% programada no Orçamento Geral do Estado 2017.

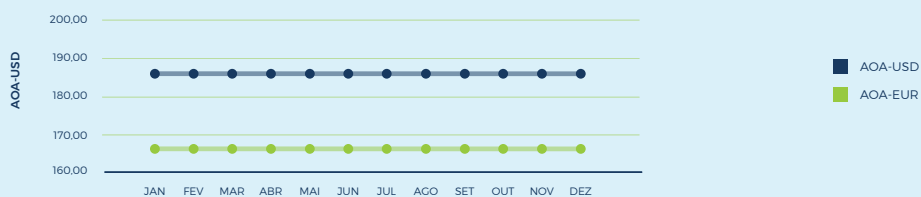
Observou-se a partir de Outubro de 2016 uma tendência decrescente da inflação que foi apenas ligeiramente contrariada no terceiro trimestre de 2017, tendo voltado a diminuir no último trimestre do ano.

A inflação manteve-se elevada não obstante a redução significativa das reservas internacionais líquidas (RIL) do país e do diferencial elevado entre as taxas de câmbio do mercado paralelo e oficial.

Para reduzir a inflação, para além do controlo cambial, o governo utilizou uma combinação de políticas que incidiram sobre o controlo da liquidez e a estabilização da oferta de bens essenciais. A política monetária em 2017 manteve-se restritiva. A taxa de juro básica – taxa BNA – manteve-se nos 16% durante a maior parte do ano, passando para os 18% em Novembro para travar a trajectória crescente da inflação.

A taxa de juro das Facilidades Permanente de Cedência de Liquidez (overnight) manteve-se em 20% ao passo que a taxa de juros das Facilidades Permanente de Absorção de Liquidez (overnight) manteve-se em 0%. De acordo com a informação publicada pelo Ministério das Finanças, em termos homólogos, no mês de Outubro, os agregados monetários M1 e M2 registavam reduções de 7,5% e 2,7%, respectivamente.

TAXAS DE CÂMBIO AOA - VARIAÇÃO MENSAL 2017



Fonte: Banco Nacional de Angola

A taxa de câmbio oficial manteve-se sobrevalorizada em AOA 166: USD\$1 desde Abril de 2016, enquanto que a taxa no mercado paralelo atingiu valores superiores a AOA 400: USD\$1. O diferencial registado entre as taxas do mercado formal e informal indicaram um desequilíbrio significativo no mercado cambial e alimentou expectativas de que o Banco Nacional de Angola iria depreciar o kwanza significativamente. Contudo, tal não aconteceu.

3. SECTOR EXTERNO

De acordo com o Ministério das Finanças de Angola, as projecções relativas ao final de 2017 apontam para necessidades de financiamento externo de 5,5% do PIB, medidas pelos saldos conjunto das contas corrente e de capital (cerca de 3% do PIB em 2016). As projecções apontam igualmente para um agravamento do défice da conta corrente em 2017, relativamente ao ano de 2016, estimando-se que venha a situar-se em torno de 5,5% do PIB.

As Reservas Internacionais Líquidas (RIL), por sua vez, reduziram de USD 21 mil milhões em 2016, para USD 13 mil milhões em 2017, para fazer face aos desequilíbrios da balança de pagamentos, situando-se abaixo dos 6 meses de importação recomendados pelas metas de convergência da SADC.

4. FINANÇAS PÚBLICAS

O aumento de 12% da receita governamental não foi suficiente para fazer face ao aumento de 16% das despesas e ao elevado nível de necessidades de financiamento do estado. Para o ano de 2017 estima-se um défice fiscal de 5,3% do PIB, ou seja, de AOA 968,4 mil milhões (4,5% do PIB em 2016). A receita total estimada é de AOA 3.253,5 mil milhões (17,7% do PIB) enquanto que a despesa total estimada é de AOA 4.221,9 mil milhões (23% do PIB). As estimativas reflectem uma ligeira orientação expansiva da política fiscal.

A agência de rating Moody's estima que no final de 2017 a dívida pública angolana tenha atingido cerca 66% do PIB (aproximadamente USD 74 mil milhões). Essa cifra compara-se com uma dívida governamental avaliada em apenas 22,1% do PIB em 2013 e 55,7% do PIB em 2016.

Note-se que em 2017 o governo incorporou na dívida pública governamental um financiamento contraído pela Sonangol de USD 10.000 milhões de dólares (cerca de 8.170 milhões de euros).

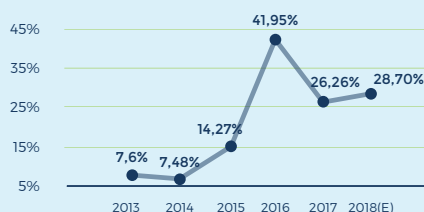
Estima-se que a dívida externa de Angola corresponda a cerca 42% do PIB. Em 2017, os juros da dívida pública situaram-se em 21% das receitas, acima dos 16% registados em 2016.

As finanças públicas vivem um contexto de stress no curto prazo, em virtude do stock da dívida de Angola se encontrar muito concentrada no curto prazo, o que torna essencial que se proceda ao alongamento do vencimento da dívida. A dívida do país mantém-se sustentável a médio e longo prazo.

5. PREVISÕES PARA 2018

O governo prevê um crescimento do PIB na ordem dos 4.9%, sendo o crescimento previsto do sector petrolífero de 6.1% e o do sector não petrolífero de 4.4%. Essas estimativas são, no entanto, contrariadas pelo FMI que projecta um crescimento do PIB na ordem dos 1.6%.

TAXA DE INFLAÇÃO EM ANGOLA 2013-2018 (E)*



*E - Estimado / Fonte: Instituto Nacional De Estatística

INFLAÇÃO ELEVADA

A inflação deverá continuar elevada com consequências importantes ao nível da diminuição do poder de compra das famílias, do aumento dos custos para as empresas e contribuindo negativamente para o crescimento económico. O governo projecta uma taxa de inflação de 28.7%.

ALTERAÇÕES REGULAMENTARES

O BNA alterou nos primeiros dias do ano de 2018 o regime cambial permitindo que o câmbio oscile livremente dentro de uma banda por si determinada (regime de câmbio flutuante) e reduzir as vendas diárias dirigidas e efectuar a colocação de divisas no mercado através de leilão de preço.

Como consequência o kwanza desvalorizou no início de 2018 mais de 20% relativamente ao dólar dos Estados Unidos da América. Espera-se que o kwanza continue a desvalorizar paulatinamente ao longo do ano.

Como resultado do novo regime cambial espera-se uma melhor alocação das divisas pelos agentes económicos, a diminuição da distorção dos preços na economia e redução da pressão sobre as RIL. Contudo, espera-se também que a depreciação do kwanza contribua para o aumento da inflação, das taxas de juro, bem como da dívida pública, pelo facto de parte substancial da mesma ser indexada ao dólar.

Os altos níveis de endividamento do estado e as pressões de liquidez nas contas públicas continuarão a ser motivo de preocupação. O mercado observará com atenção os mecanismos encontrados pelo governo para resolver estes temas.

3.

SECTOR SEGURADOR E A NOSSA SEGUROS

A. SECTOR SEGURADOR ANGOLANO

Estima-se uma evolução do crescimento dos prémios brutos emitidos do sector em 2017 relativamente ao ano anterior. Tendo em conta a inflação, no entanto, trata-se de um crescimento real negativo. A crise económica e financeira que Angola vive tem criado desafios ao crescimento do negócio das seguradoras que são agravados por questões de ordem estrutural.

A crise apresentou desafios tanto às empresas como às famílias com impacto na prestação das seguradoras. A estagnação económica e a diminuição do poder de compra tiveram impacto na procura de produtos de seguros. A inflação elevada, acima dos 20%, teve influência no aumento dos custos de estrutura. As altas taxas de juro, no entanto, terão proporcionado resultados financeiros positivos às seguradoras.

Dados provisórios compilados pela Associação de Seguradoras de Angola (ASAN), com informação sobre 12 seguradoras (incluindo as maiores) a operar no mercado dão conta de um aumento de 8.02% dos prémios brutos emitidos em 2017 relativamente ao ano anterior. No decurso de 2016, o conjunto das mesmas Companhias de seguros havia crescido apenas 3.66%.

De acordo com os mesmos dados, o ramo não vida representou 98% da produção das seguradoras, reflectindo os contínuos desafios para o crescimento do ramo vida. Destacaram-se durante o ano as vendas dos ramos de saúde (com quota de mercado igual a 42%), automóvel (18%) e acidentes de trabalho (13%). Os PBEs do ramo petroquímica representaram apenas 5% do total da produção anual.

Os dados revelam ainda uma concentração elevada da produção nas maiores seguradoras do mercado. Com efeito, as 5 maiores seguradoras foram em 2017 novamente responsáveis por mais de 80% dos prémios brutos emitidos pelas 12 Companhias analisadas.

O estrito cumprimento das regras relativas à concorrência, à suficiência das reservas técnicas e cobertura financeira das mesmas e à solvência são fundamentais para o desenvolvimento do sector.

O elevado empenho das Companhias e a supervisão da ARSEG para se atingir esses objectivos são vistos como necessárias mais-valias para o sector.

RAMO NÃO VIDA REPRESENTA
98%
DA PRODUÇÃO DO SECTOR*

+8.08%
PRÉMIOS BRUTOS
EMITIDOS

>20%
TAXA DE INFLAÇÃO

PRODUÇÃO DAS 5 MAIORES
SEGURADORAS REPRESENTA
80%
DO SECTOR*

* Refere-se ao universo das 12 seguradoras analisadas.

De entre as prioridades do órgão regulador constam iniciativas tais como a implementação da obrigatoriedade da contratação local do seguro de importação de mercadorias, a operacionalização do seguro agrícola, a criação e a entrada em funcionamento da AngoRe (Empresa Nacional de Resseguro), bem como a reestruturação do regime dos seguros das actividades petrolíferas.

As últimas análises do sector que são do conhecimento público apontam para uma taxa de penetração do sector que ronda 1% do PIB, o que reflecte o desafio do alargamento da matéria segurável e torna Angola um dos mercados com maior potencial de crescimento em África.

RAMO VIDA

O desenvolvimento do ramo vida e dos fundos de pensões seria um contributo positivo para o crescimento do sector. Contudo, em Angola não existe ainda um regime fiscal próprio para os produtos de pensões, nem benefícios fiscais associados, situação que a alterar-se poderia impulsionar o desenvolvimento do sector e contribuir para o aumento da poupança nacional para a reforma.

A limitada procura durante o ano pelos seguros obrigatórios, nomeadamente, os seguros de responsabilidade civil automóvel e acidentes de trabalho, foi reveladora das contínuas dificuldades de aplicação da legislação sobre os seguros obrigatórios. Esforços conjuntos das Companhias, regulador e entidades governamentais com vista ao desenvolvimento de uma cultura de seguros mais consolidada seria uma contribuição positiva para o crescimento do sector.

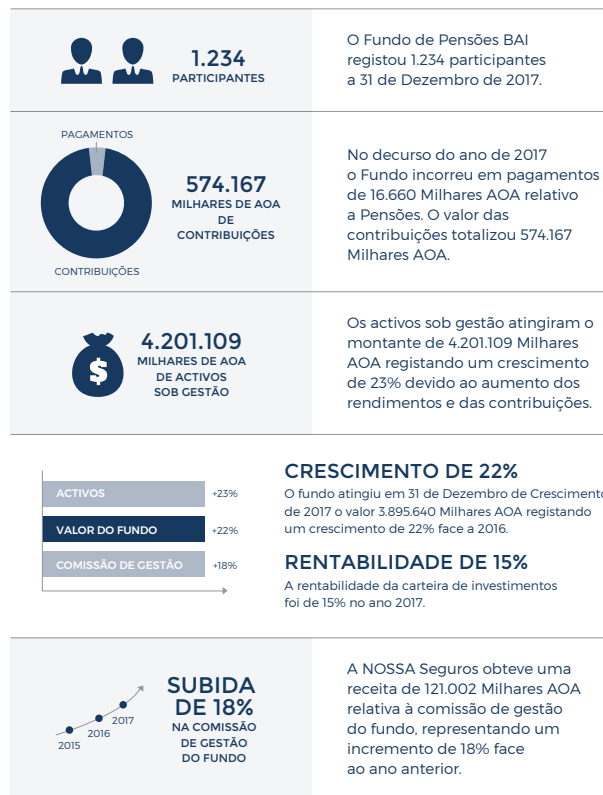
APOSTA NOS RECURSOS HUMANOS

As Companhias terão de continuar a esforçar-se para melhorarem o nível dos seus recursos humanos, bem como fazer evoluir os seus modelos operativos e de negócios, adoptando por exemplo soluções tecnológicas cada vez mais avançadas e soluções comerciais adaptadas ao contexto do país. O mercado ainda não disponibiliza soluções de micro-seguros. O fortalecimento da capacidade financeira das seguradoras e o desenvolvimento do sector de intermediação são igualmente vistos como necessárias mais-valias para o aumento da matéria segurável.

No final de 2017 estavam licenciadas pela ARSEG, 25 seguradoras, 6 sociedades gestoras de fundos de pensões, 51 sociedades corretoras/mediação e 399 mediadores singulares.

B. FUNDOS DE PENSÕES

Adicionalmente à sua actividade de seguros a **NOSSA Seguros** gere desde 2013 o **Fundo de Pensões BAI**. Trata-se de um fundo fechado de contribuição definida que é financiado pela Associada Fundadora e pelos Colaboradores do BAI.



C. GESTÃO DE RISCOS

Em 2017 foi aprovada a política de gestão de risco da NOSSA Seguros, bem como a criação de unidades de risco e dos responsáveis das referidas unidades.

Adicionalmente, decorreu durante o ano uma avaliação externa ao sistema de controlo interno da Companhia, o qual resultou na identificação de oportunidades de melhoria que se encontram actualmente em análise e implementação.

Adicionalmente, encontra-se em curso a auto-avaliação dos riscos de cada unidade organizacional e a definição da matriz de riscos e controlos e do processo de gestão de risco, incluindo a identificação de eventos de risco e as suas métricas.

AS CATEGORIAS DE RISCO IDENTIFICADAS SÃO:

RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS é o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades, e à gestão dos sinistros e do resseguro.

RISCO DE MERCADO está relacionado com movimentos adversos no valor dos activos da empresa de seguros relacionados com a variação dos mercados de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor do imobiliário. O risco de mercado está fortemente relacionado com o mismatching entre activos e responsabilidades.

RISCO DE CRÉDITO consiste numa categoria de riscos derivados de incumprimento ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais a

Companhia está exposta, bem como dos devedores, mutuários, mediadores, tomadores do seguro e resseguradores;

RISCO DE LIQUIDEZ advém de a possibilidade dos activos não terem liquidez suficiente para suportar os pagamentos a que a Companhia está obrigada face aos vencimentos, das responsabilidades assumidas com os tomadores do seguro e outros credores;

RISCO OPERACIONAL resulta da inadequação ou falhas nos nossos processos, sistemas, de erros humanos. Incluem-se também os riscos resultantes de eventos externos. Estes riscos estão subdivididos em grupos e subgrupos de risco.

D. FUNÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

O Gabinete de Auditoria Interna da NOSSA Seguros tem por finalidade instituir e manter um Sistema de Controlo Interno adequado às necessidades da Administração, proporcionando um serviço independente e objectivo, destinado a acrescentar valor e melhorar as operações da organização, auxiliando a organização no cumprimento dos seus objectivos, proporcionando uma abordagem sistemática e disciplinada, de forma a avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gestão de risco, de controlo e de governação.

O Gabinete de Auditoria Interna ajuda a organização a cumprir os seus objectivos, proporcionando uma abordagem sistemática e disciplinada, de forma a avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gestão de risco, de controlo e de governação.

O Gabinete de Auditoria Interna, na sua actividade de avaliação, assegura de forma isenta e numa óptica preventiva, a eficácia, operacionalidade, segurança e conformidade dos serviços, sistemas, processos e actividades que configurem maior risco potencial, de forma a dar prioridade à prevenção dos riscos inerentes à complexidade dos processos e dinâmica de mudança que caracterizam a missão e o contexto da Administração.

As oportunidades para o aperfeiçoamento do controlo de gestão, da rentabilidade e da imagem da organização poderão ser identificados durante os trabalhos de auditoria e são comunicados aos níveis de gestão adequados.

No decorrer de 2017, destacamos os trabalhos realizados pela Equipa de Auditoria Interna relacionados com (i) a implementação da Matriz de Segregação de Funções, (ii) a análise do grau de implementação de algumas Normas de Serviço e (iii) a análise dos processos de Mediação.

No desenvolvimento da sua actividade, o Gabinete de Auditoria Interna determina se o conjunto dos processos de gestão de risco, de controlo e de governação, em conformidade com o que foi estruturado e aprovado pela gestão, é adequado e funciona de modo a assegurar:

- Que os riscos são devidamente identificados e geridos;
- A existência de interacção entre os diversos grupos de governação, conforme necessário;
- Que a informação relevante, de natureza financeira, de gestão e operacional é transmitida de forma exacta, fidedigna e oportuna;
- Que os trabalhadores exercem as suas funções de acordo com as políticas, normas, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis;
- Que os recursos são adquiridos de forma económica, utilizados com eficiência e são devidamente protegidos;
- Que os programas, planos e objectivos são alcançados;
- Que se encoraja a qualidade e o aperfeiçoamento contínuo dos processos de controlo da organização;
- Que a legislação ou regulamentos com impacto para a organização e as normas de procedimentos internas são devidamente reconhecidos e respeitados.

4.

ACTIVIDADE DA NOSSA SEGUROS EM 2017

A. MERCADO E OFERTA

1. ESTRATÉGIA E MERCADO

2017 foi mais um ano repleto de desafios para a NOSSA Seguros.

O contexto económico e social do País manteve-se similar ao do ano anterior, o que nos obrigou a manter uma postura bastante competitiva e focada, perante o mercado.

A NOSSA Seguros, na sequência da implementação do plano estratégico ON2020, iniciado o ano passado, deu continuidade à sua estratégia, reajustando algumas das principais iniciativas ao mercado, com a finalidade de obter resultados mais imediatos e efectivos.

O cliente continuou a ser um dos principais focos, notando-se claramente uma crescente preocupação da organização na gestão deste objectivo.

A revisão da carteira de produtos, ao abrigo da estratégia de Marketing, e com a finalidade de permitir uma oferta mais adequada ao mercado e aos seus segmentos, resultou no lançamento de novos produtos.

ESTRATÉGIA E OPORTUNIDADE

Tratando-se de um dos principais produtos do mercado segurador, a campanha de seguro Automóvel, também ela de abrangência nacional, incidiu mais uma vez na retenção de carteira e na angariação de novo negócio.

Relativamente à obtenção de novos clientes, o mercado tem-se revelado, ano após ano, mais difícil, o que tem levado a uma incessante procura de novas estratégias e oportunidades.

MARKETING E DIVULGAÇÃO

O ano de 2017 ficou também marcado pelo desenvolvimento de iniciativas de marketing, em conjugação com as áreas comerciais, para penetração em novos segmentos de mercado, onde destacamos a comunidade asiática em Angola.

Implementaram-se diversas acções para promoção da marca NOSSA Seguros e para a divulgação e venda de produtos específicos, de menor visibilidade.

Marcou-se presença na FILDA, principal feira de negócios de Angola, e realizaram-se alguns eventos com o objectivo de fidelizar os clientes e de sedimentar relações de parceria com determinadas entidades.

ACÇÕES DE APOIO SOCIAL

A NOSSA Seguros, sempre sensível ao contexto social, desenvolveu algumas acções marcadas pelo apoio a instituições e a comunidades carenciadas, e que se traduziu essencialmente na oferta de material diverso, desde bens alimentares, produtos higiénicos, medicamentos, vestuário e utensílios de trabalho.

A Organização Criança Santa Isabel e a Fundação EDUC são dois dos exemplos da acção social da NOSSA. A comunidade de Tyihepepe, na Chibemba, na província da Huíla, para além da obtenção de um apoio financeiro para um kit de rega, foi-lhes doado bens alimentares, diversos produtos para plantação e ferramentas para o desenvolvimento agrícola.

Destacamos, neste âmbito, a acção de team building desenvolvida entre colaboradores da NOSSA e elementos da comunidade de Tyihepepe, na limpeza dos terrenos para futuro cultivo e sustento da população.

POLÍTICA DE PATROCÍNIOS

A política de patrocínios ficou marcada pelo apoio a algumas entidades desportivas, com o intuito de desenvolver e promover as suas actividades na sociedade angolana.

Apoiou-se também a área cultural, promovendo o artista Nelo Teixeira, através da aquisição de uma obra de arte da sua autoria, divulgada posteriormente no mercado, por meio de imagens em suportes de comunicação específicos.

PLANO ESTRATÉGICO

Cada pilar sustenta um conjunto de objectivos, com concretização entre 2016 e 2020, através de equipas de projecto e coordenadas pelo Comité de Estratégia.

Os projectos priorizados concretizam uma visão a médio e longo prazo dos objectivos estratégicos da NOSSA.

O plano estratégico da NOSSA Seguros para o período 2016-2020, ON2020, mantém a sua implementação, segundo os 4 pilares definidos.



CLIENTES

TORNAR O CLIENTE O ELEMENTO CENTRAL DA NOSSA SEGUROS

- Actuar de forma diferenciada
- Potenciar a rentabilidade da carteira actual
- Promover a fidelização e o reforço da notoriedade da marca



PRODUTOS E PRICING

DISPONIBILIZAR PRODUTOS E SERVIÇOS AJUSTADOS ÀS NECESSIDADES DOS CLIENTES

- Aumentar a quota de mercado nos produtos/ramos "tradicionais" e novos produtos de maior potencial
- Aumentar a rentabilidade dos produtos
- Desenvolver produtos e serviços inovadores



COBERTURA

OPTIMIZAÇÃO DO MODELO DE PRESENÇA E REFORÇO DAS ZONAS DE MAIOR POTENCIAL

- Aumentar a capilaridade em Luanda
- Garantir uma presença Nacional



CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

POTENCIAR O MIX DE CANAIS E TORNAR O BANCASSURANCE NUMA DAS ALAVANCAS DE CRESCIMENTO E RENTABILIDADE

- Reforço do modelo de distribuição multicanal
- Potenciar a operação de bancassurance
- Desenvolver os canais não presenciais

2. OFERTA E DISTRIBUIÇÃO

2017 foi mais um ano repleto de desafios para a NOSSA Seguros.

O contexto económico e social do País manteve-se similar ao do ano anterior, o que nos obrigou a manter uma postura bastante competitiva e focada, perante o mercado.

A NOSSA Seguros, na sequência da implementação do plano estratégico ON2020, iniciado o ano passado, deu continuidade à sua estratégia, reajustando algumas das principais iniciativas ao mercado, com a finalidade de obter resultados mais imediatos e efectivos.

O cliente continuou a ser um dos principais focos, notando-se claramente uma crescente preocupação da organização na gestão deste objectivo.

A revisão da carteira de produtos, ao abrigo da estratégia de Marketing, e com a finalidade de permitir uma oferta mais adequada ao mercado e aos seus segmentos, resultou no lançamento de novos produtos.

ÁREA COMERCIAL <ul style="list-style-type: none">• Reorganização da área comercial tendo em conta o reforço no foco no cliente e no serviço prestado: dar robustez à área comercial, com base no tipo de relação com o cliente.	EQUIPA DEDICADA <ul style="list-style-type: none">• Criação de uma equipa comercial dedicada ao sector público.
PARCEIROS DE NEGÓCIOS <ul style="list-style-type: none">• Nomeação de novos parceiros no canal de corretagem. Crescimento de 32 parceiros em 2016 para 42 em 2017.	CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO <ul style="list-style-type: none">• Reforço do negócio corporativo/empresarial por intermédio do canal bancário.• Lançamento de um novo canal de distribuição via contacto telefónico.
RELAÇÕES COMERCIAIS <ul style="list-style-type: none">• Estabelecimento de novas relações comerciais com empresas chinesas do sector da construção.	PROTOCOLOS DE NEGÓCIO <ul style="list-style-type: none">• Concretização de diversos protocolos de negócio com parceiros nomeadamente no que se refere às áreas das ordens profissionais e agências de viagem.

Almejando a melhoria contínua da oferta de produtos e a manutenção do cliente como o centro da atenção da NOSSA Seguros elevando o serviço prestado, foram desenvolvidos ao longo do ano diversas iniciativas e projectos.

Durante o primeiro semestre do ano, procedeu-se ao lançamento dos fundos de pensões abertos (direccionados a particulares e pequenas e médias empresas), o qual foi acompanhado por uma forte e coesa campanha de comunicação.

A NOSSA concentrou ainda neste período o lançamento do seguro de saúde individual e a revisão do seguro de saúde de grupo, igualmente acompanhados por campanhas de comunicação.

Este último teve com principal intuito uma maior adaptação ao mercado, o que consequentemente exigiu aumentos de capital, extinção de alguns sublimites e ajustamentos em diversas tarifas.

Já durante o segundo semestre do ano, foi dado início à revisão dos produtos Automóvel e Vida Risco.

Os produtos de Vida Risco foram revistos, tendo sido incluídas coberturas complementares (funeral e doenças graves) e sendo criados pacotes ajustados aos subsegmentos mass market, affluent e premium e aos canais de distribuição (bancassurance e restantes).

Foram ainda revistas e analisadas as tarifas com o objectivo de tornar a oferta mais competitiva e orientada.

No que se refere aos produtos Vida-crédito, foram desenvolvidos processos de conceptualização e definição do produto com coberturas inovadoras, tais como, a protecção ao crédito por desemprego e por doença prolongada. Desta forma, foram definidos 2 modelos de pagamento: um com prémio único e outro com prémio nivelado, ajustados às tipologias e montantes de crédito da banca.

Por último, a NOSSA iniciou ainda a revisão do produto Automóvel de forma a garantir um maior alinhamento com o mercado. Foram criadas novas coberturas (tais como assistência em viagem, quebra isolada de vidros, protecção jurídica e privação de uso) e ainda outras coberturas que se destacam pelo carácter diferenciador (como é o exemplo da cobertura protecção família).

3. COBERTURA GEOGRÁFICA

A NOSSA Seguros possui uma rede de distribuição diversificada e adaptada aos seus segmentos de clientes.

A nossa rede de agências e SIAC's cobre essencialmente o segmento de Particulares e Pequenas e Médias Empresas, tendo sido iniciada em 2013 uma estratégia de expansão geográfica que visa assegurar a presença em todo o país sendo que a marca NOSSA Seguros tem hoje uma visibilidade expressiva em todo o território nacional.

Adicionalmente temos vindo a agir no sentido de incrementar as valências técnicas e comerciais dos nossos colaboradores e otimizar a rede de distribuição através do seu acompanhamento e formação regular e da melhoria dos processos de suporte.



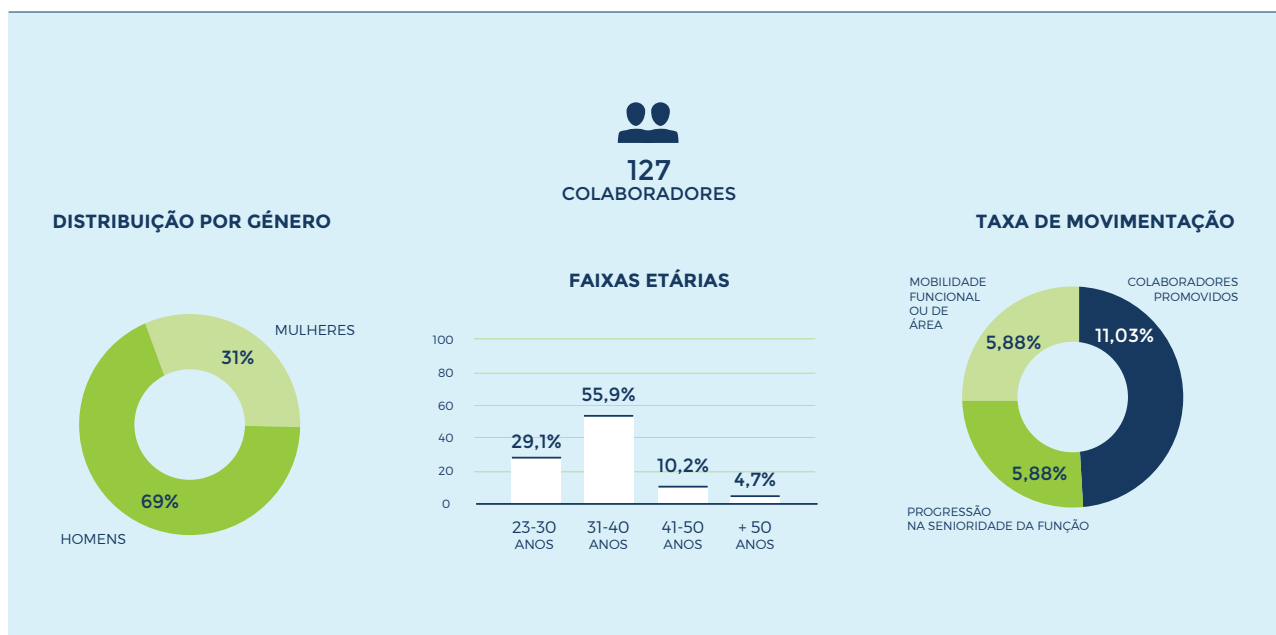
B. ORGANIZAÇÃO INTERNA

1. CAPITAL HUMANO

O conhecimento técnico, de mercado e experiência acumulada ao longo dos anos são peças fundamentais nos resultados e marca da empresa.

Para a NOSSA Seguros, o capital humano é o seu principal activo.

Em virtude do ambiente económico desafiante para o país e da elevada competitividade no sector segurador, a NOSSA tem vindo a adoptar uma estratégia agressiva na captação, gestão e retenção do seu capital humano.



Nos últimos 2 anos, o nosso foco tem sido no desenvolvimento e retenção das funções chave de negócio, em particular nas áreas Técnica e Comercial.

Em 2017, tendo objectivos de negócio ambiciosos, tanto no aumento da receita, como na melhoria de eficiência operacional, ficou claro que o capital humano da Companhia teria de definir uma estratégia clara e de transformação interna.

A estratégia de capital humano focou-se assim em 4 grandes pilares:



SER O EMPREGADOR DE REFERÊNCIA NO SECTOR SEGURADOR E EM ANGOLA, DE FORMA A RESPONDER À FORTE DEMANDA DE TALENTO ESPECIALIZADO NO SECTOR

A NOSSA reconhece o objectivo de ser o empregador de referência no sector segurador. A luta pela identificação, gestão e retenção de talento especializado tornou-se no desafio estratégico de todas as seguradoras.

A NOSSA tem como foco a criação de uma cultura e clima que promove a gestão e retenção de colaboradores com potencial e tecnicamente especializados. Além das políticas supra indicadas de formação diversificada e retribuição progressivamente mais agressiva, a NOSSA garante a implementação de políticas de incentivos, benefícios e apoios sociais que promovem o equilíbrio trabalho-família e que dão mais segurança à vida pessoal de cada colaborador.



CAPACITAR OS QUADROS TÉCNICOS E DE GESTÃO

Face à procura de talento e escassez de recursos técnicos no sector, a NOSSA tem vindo a adoptar um modelo combinado de oferta formativa e de desenvolvimento de colaboradores.

Além das parcerias mais tradicionais com empresas de formação e da Academia BAI, focada em formação teórica e em sala, a NOSSA tem vindo a apostar em formação prática, parcerias e estágios em empresas internacionais de seguros e opções em plataformas de e-learning.



TRANSFORMAR A POLÍTICA RETRIBUTIVA NUMA VERDADEIRA FERRAMENTA DE INCENTIVO AO DESEMPENHO E EFICIÊNCIA

Em termos de revisão da implementação contínua da política remuneratória, a NOSSA quis dedicar 3 momentos:

- Actualização salarial: aplicada a todos os colaboradores no início do ano de forma a salvaguardar o poder de compra de todos os trabalhadores;
- Revisão retributiva alinhada com a avaliação de desempenho, através de aumentos salariais (impacto longo prazo, de reconhecimento e evolução de carreira), como de incentivos (impacto curto prazo, com base no atingimento de objectivos de rápida concretização – quick wins);
- Prémios de desempenho, alinhados com a concretização dos objectivos anuais corporativos, de área e individuais.

Desta forma, a NOSSA conseguiu manter o foco em objectivos a curto e longo prazo, incentivando e reconhecendo o mérito individual e das equipas.



FOMENTAR O RECRUTAMENTO INTERNO E DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA DOS NOSSOS COLABORADORES, CRIANDO AS OPORTUNIDADES E CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS NOSSAS EQUIPAS

A NOSSA dá primazia ao recrutamento interno, criando as oportunidades e ambiente favorável ao crescimento do seu capital humano.

O ano de 2017 demonstra a nossa estratégia, tendo-se ficado na preocupação com a movimentação da carreira, a progressão da senioridade de função, a mobilidade, o turnover e o recrutamento.

2. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E PROCESSOS

Os sistemas de informação continuaram a ser um pilar no modelo operativo da NOSSA Seguros. No exercício de 2017, através de um conjunto de acções estruturantes, os sistemas de informação deram o seu contributo no âmbito da execução da estratégia da NOSSA Seguros.

É nesta perspectiva que, ao nível da optimização de plataformas de suporte, destaca-se o projecto de “upgrade” da versão do core insurance, tendo sido criadas as condições, do ponto de vista da infra-estrutura applicacional, para suportar o desenvolvimento de novas soluções de IT para o negócio.

O core insurance e as actuais plataformas de canais foram alvo de adaptações específicas de modo a acomodar novos produtos, com destaque para o produto Saúde individual e reformulação do Saúde grupo.

A melhoria ao nível das plataformas de integração com soluções informáticas externas foi também um ponto de actuação com destaque para a gestão de sinistros do ramo de saúde, assim como as actividades inerentes à implementação do Segurnet junto da ASAN, que permitirá a criação de um repositório central e partilhado de informação ao nível das seguradoras associadas, relativamente à gestão do ramo automóvel (subscrição, sinistros, fraude e reporte).

Com vista a dotar o canal indirecto de plataformas mais modernas de suporte aos processos de gestão de apólices (subscrição, cobranças, gestão da carteira e reporte) foi lançado, no mercado, um caderno de encargos para uma nova solução de canais (Bancassurance, corretagem e mediação).

Ao nível da segurança e eficiência operacional foi implementada a solução Microsoft Office 365, que permitiu a migração do sistema de e-mail para a “nuvem”, gerando uma maior disponibilidade deste serviço e eliminando a necessidade de manter uma infra-estrutura de suporte ao mesmo.

A implementação do Microsoft Office 365 permitiu ainda a disponibilização de novas ferramentas de trabalho em grupo e de apoio às operações de negócio.

Em linha com as boas práticas deu-se continuidade ao processo de adaptação da infra-estrutura da NOSSA Seguros para o uso de protocolos de segurança, passando assim os dados das ligações externas e aplicações de negócio publicadas na internet estarem encriptados por meio de certificados digitais.

Ainda na vertente de segurança e redução de riscos, se destaca a adopção de políticas de gestão dos equipamentos (gestão de passwords, bloqueio de sessões, gestão de acesso a internet etc.), existentes na rede corporativa, por parte dos postos de atendimento SIAC’s.

Do ponto de vista de processos de negócio há que destacar, ao nível de sinistros, o reforço de medidas de controlo de custos através da externalização da gestão dos sinistros graves de AT e RC- Automóveis danos corporais, o reforço da base de prestadores de peritagem, o alargamento da base de oficinas de reparação para sinistros de automóvel e a reestruturação da direcção de sinistros com a canalização de maior capital humano para gestão de sinistros do ramo automóvel.

SUBSCRIÇÃO E ANÁLISE DE RISCO

Relativamente à subscrição, neste período, registou-se um maior empenho na execução de análise de risco aos novos contratos existentes, que permitiu-nos ter melhor visibilidade dos riscos subscritos e desenvolver termos e condições adequados aos riscos associados para melhor protecção do património dos nossos clientes, fazendo o uso das regras estabelecidas para a subscrição.

A protecção de resseguro permite-nos garantir resposta a toda nossa base de clientes sem que isso destabilize as reservas financeiras da Companhia, fazendo do resseguro um pilar fundamental para a nossa actividade. Neste âmbito, a NOSSA tem vindo a desenvolver mecanismos para otimizar o relacionamento com as estruturas do resseguro com sucesso. O critério de selecção de parceiros de resseguro é com base no rating, sendo que todos os nossos parceiros seguem a seguinte classificação: entre “A, A+, AA e AA+”.

5.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A. SÍNTESE DE INDICADORES

Apesar de se ter mantido um contexto desafiante onde a NOSSA Seguros opera, o ano de 2017 foi mais um ano de reforço da actividade e posição no mercado segurador angolano e de consolidação da sua robusta posição financeira. Destaca-se a evolução muito positiva nos indicadores de eficiência como consequência do forte crescimento do negócio.

	2014	2015	2016	2017
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO	5 383 738	5 544 225	5 958 834	9 720 965
VIDA	317 010	317 718	422 351	-51 224
NÃO VIDA	5 066 728	5 226 507	5 536 483	9 772 188
TAXA DE CRESCIMENTO PRÉMIOS	27%	3%	7%	63%
MARGEM TÉCNICA	2 002 380	2 316 037	3 312 169	3 141 097
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	296 979	340 355	826 937	963 626
BALANÇO				
CAPITAIS PRÓPRIOS	1 803 497	2 177 225	3 104 701	3 596 632
ACTIVO LÍQUIDO	9 466 048	11 027 848	12 268 585	17 183 802
ACTIVOS A REPRESENTAR	5 118 328	6 035 482	8 138 180	9 548 376
PROVISÕES TÉCNICAS	4 779 947	5 225 042	5 286 229	7 353 650
RÁCIOS				
Eficiência (Sobre Prémios Brutos Emitidos)				
RÁCIO DE SINISTRALIDADE	28%	45%	35%	37%
RÁCIO DE COMISSONAMENTO	3%	4%	4%	3%
RÁCIO DE DESPESAS	39%	44%	44%	32%
RÁCIO COMBINADO	70%	94%	83%	72%
MARGEM DE SUBSCRIÇÃO	30%	6%	17%	28%
RENTABILIDADE				
MARGEM TÉCNICA/PBE	37%	37%	43%	32%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/PBE	6%	6%	14%	10%
RESULTADO LÍQUIDO/ACTIVO LÍQUIDO	3%	3%	7%	6%
ROE	18%	18%	31%	29%
SOLVABILIDADE				
MARGEM DE SOLVÊNCIA	120%	166%	195%	184%
CAPITAIS PRÓPRIOS/ACTIVO LÍQUIDO	19%	21%	25%	21%
COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS LÍQUIDAS	134%	150%	186%	177%
OUTROS INDICADORES				
NÚMERO DE COLABORADORES	137	139	138	127
NÚMERO DE AGÊNCIAS	21	24	26	26

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAqZ)

B. IAS/IFRS E NOSSA SEGUROS

A NOSSA encontra-se incluída no perímetro de consolidação do seu accionista maioritário (BAI) o qual no âmbito da regulamentação aplicável ao sector bancário angolano, iniciou em 2016 a implementação do processo de adopção plena das IAS/IFRS.

Desta forma, durante o ano de 2017 a NOSSA procedeu a uma análise e quantificação de potenciais impactos resultantes da convergência do Plano de Contas para as Empresas de Seguros com os princípios contabilísticos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), nas bases de preparação da informação financeira da Companhia.

Embora não se verificando impactos significativos nas nossas contas os mesmos registam-se essencialmente na classificação e mensuração de imóveis e dos activos financeiros, na avaliação das provisões com base em princípios económicos e não genéricos, no reconhecimento de impostos diferidos e num conjunto de reclassificações e alteração na apresentação.

C. PRÉMIOS

Os prémios brutos emitidos registaram um crescimento significativo de 63%, tendo no geral todos os ramos contribuído positivamente, com excepção do ramo Vida que apresentou um valor negativo devido a uma forte anulação decorrente da revisão da carteira efectuada pela Companhia a este ramo.

PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS POR RAMOS	2017	2016	VARIAÇÃO
DOENÇAS	3 036 195	1 190 061	155%
AUTOMÓVEIS	2 751 189	2 455 033	12%
ACIDENTES DE TRABALHO	1 494 032	773 809	93%
OUTROS DANOS EM COISAS	1 469 275	904 426	62%
PETROQUÍMICA	662 120	-	-
R.C.GERAL	169 041	28 087	502%
OUTROS ACIDENTES E VIAGENS	110 490	63 942	73%
TRANSPORTES	63 811	102 057	-37%
INCÊNDIO E ELEMENTOS DA NATUREZA	15 704	14 849	6%
DIVERSOS	332	4 220	-92%
VIDA	-51 224	422 351	-112%
TOTAL DA RECEITA	9 720 965	5 958 834	63%

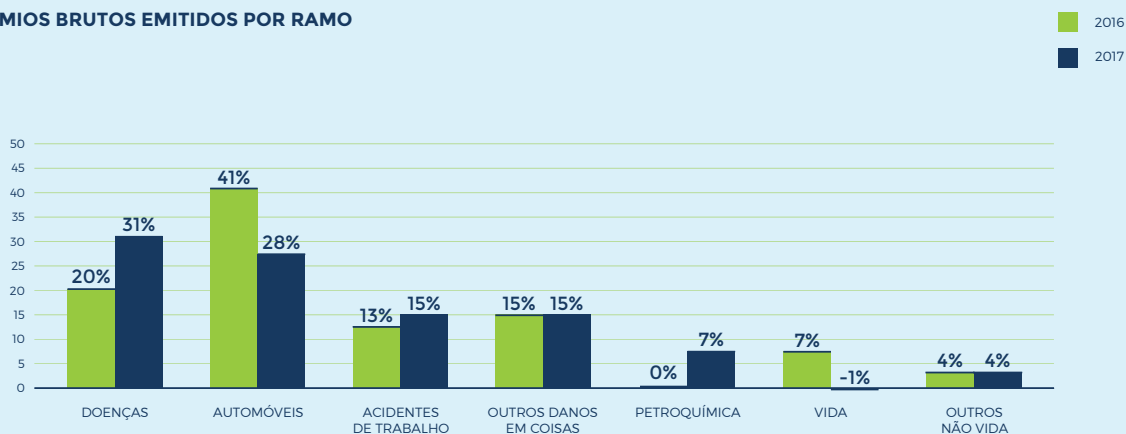
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAKZ)

Há a salientar o negócio do ramo Petroquímica que decorre de uma imposição regulamentar/legal em que todas as Companhias do sector têm que participar sob a forma de co-seguro na cobertura dos riscos deste sector, sendo que uma percentagem elevada deste negócio é cedida para resseguro.

O perfil de negócio concretizado este ano teve impacto na distribuição da receita por ramo, tornando a carteira mais equilibrada, registando-se uma redução do peso do ramo Automóvel em favorecimento do ramo Doença.

Destaca-se o forte contributo da concretização de alguns negócios relevantes na área corporativa

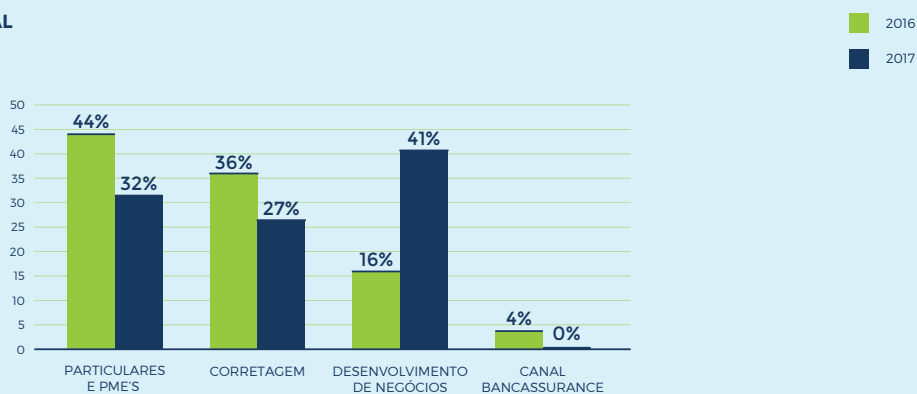
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS POR RAMO



A estrutura ao nível dos canais de distribuição mantém-se diversificada e equilibrada.

O crescimento do peso do canal Desenvolvimento de Negócios deveu-se ao forte aumento do negócio corporativo e institucional.

RECEITA (PBE) POR CANAL



A estrutura ao nível dos canais de distribuição mantém-se diversificada e equilibrada.

O crescimento do peso do canal Desenvolvimento de Negócios deveu-se ao forte aumento do negócio corporativo e institucional.

D. SINISTROS

Em 2017, os custos com sinistros registaram um aumento significativo de cerca de 72%

Esta evolução verificou-se na generalidade dos ramos fruto do forte crescimento do negócio, do ambiente inflacionista em que vivemos e à ocorrência de alguns sinistros de grande dimensão, no ramo Outros Danos em Coisas, referentes a um incêndio em dois armazéns e inundação numa barragem e no ramo de Acidentes de Trabalho.

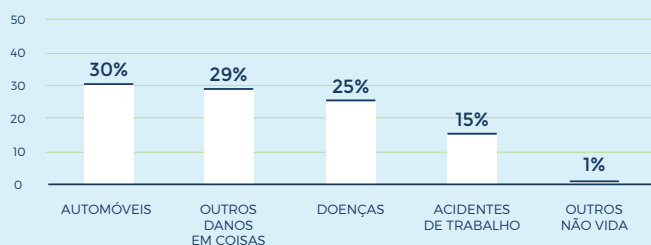
Atendendo à rigorosa política de gestão de riscos da NOSSA Seguros o impacto dos sinistros referidos no ponto anterior acabou por ser mitigado através do resseguro.

Em 2017 os custos com sinistros dos ramos Automóveis e Outros danos em coisas, representaram mais de 50% do total dos custos com sinistros.

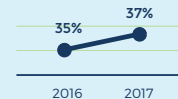
CUSTOS COM SINISTROS POR RAMO	2017	2016	VARIAÇÃO
AUTOMÓVEIS	1 098 776	828 272	33%
OUTROS DANOS EM COISAS	1 050 408	207 135	407%
DOENÇAS	889 195	741 859	20%
ACIDENTES DE TRABALHO	537 037	293 097	83%
RC GERAL	18 019	11 687	54%
INCÊNDIO E ELEMENTOS DA NATUREZA	7 228	1 500	382%
VIDA	3 724	3 253	14%
OUTROS ACIDENTES E VIAGENS	815	1 655	-51%
DIVERSOS	0	10 000	-100%
PETROQUÍMICA	0	0	-
TRANSPORTES	0	-3 500	-100%
TOTAL DA RECEITA	3 605 201	2 094 958	72%

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAKZ)

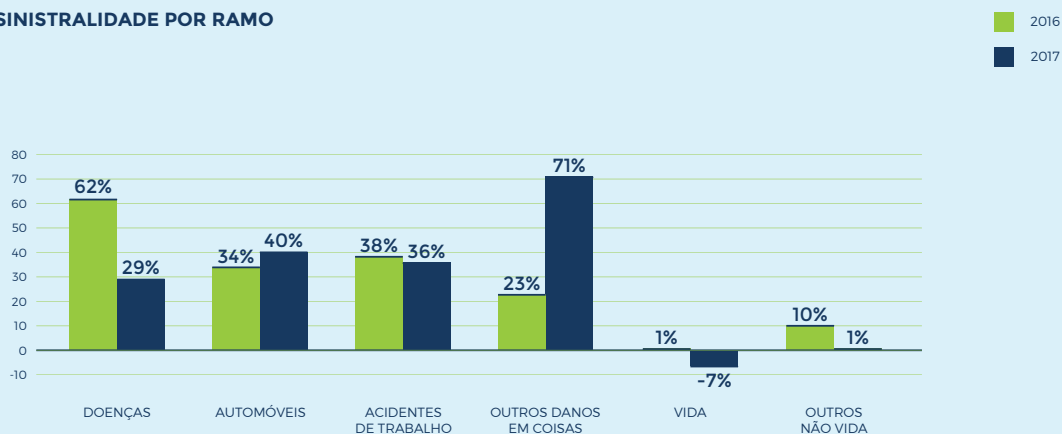
ESTRUTURA DOS CUSTOS COM SINISTROS EM 2017



EVOLUÇÃO DO RÁCIO DE SINISTRALIDADE



RÁCIO DE SINISTRALIDADE POR RAMO



O rácio de sinistralidade sofreu um agravamento passando de 35% em 2016 para 37% em 2017.

Os ramos que contribuíram para este agravamento foram essencialmente os ramos Outros Danos em Coisas e Automóvel, devido à ocorrência de um grande sinistro e ao aumento do custo dos sinistros via inflação, respectivamente.

Os restantes ramos apresentaram uma diminuição do rácio de sinistralidade devido ao crescimento significativo da carteira.

E. RESSEGURO

O forte crescimento do negócio corporativo com uma maior exposição ao risco e atendendo à adequada e prudente gestão de riscos seguida pela NOSSA, teve como consequência uma maior cedência de prémios para resseguro, tendo-se registado um crescimento da taxa de cedência de 23% o ano passado para 34% este ano.

Adicionalmente a ocorrência em 2017 de sinistros de ponta, já anteriormente referidos, justificam o aumento significativo do montante de indemnizações a recuperar dos resseguradores.

OPERAÇÃO DE RESSEGURO	2017	2016
PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO	3 335 097	1 373 948
PROVISÕES DE RISCOS EM CURSO, COMISSÕES E INDEMNIZAÇÕES DE RESSEGURO CEDIDO	-2 190 680	-398 963
RESULTADO DE RESSEGURO	-1 144 418	-974 985

EVOLUÇÃO DA TAXA DE CEDÊNCIA DE PRÉMIOS DE RESSEGURO

Ano	Taxa de Cedência (%)
2016	23%
2017	34%

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAKZ)

F. CONTA TÉCNICA

O Resultado Técnico apresentou uma variação de 5% face a 2016 assente essencialmente no forte crescimento dos prémios.

A rentabilidade técnica global da NOSSA Seguros atingiu 29% sendo inferior à do ano passado devido fundamentalmente à ocorrência de sinistros de grande dimensão registados nos ramos Outros Danos em Coisas e Acidentes de Trabalho, ao crescimento acentuado em ramos cujo perfil leva a mais partilha de risco com resseguradores e consequentemente uma redução nas margens e às anulações ocorridas no ramo Vida.

A existência de prémios em cobrança de clientes de grande dimensão implicou o reforço da provisão para prémios em cobrança, seguindo a norma regulamentar em vigor, que penalizou a margem técnica do negócio.

A NOSSA procede semestralmente a uma revisão actuarial das suas provisões tendo-se confirmado que o nível de provisionamento se mantém a um nível adequado.

Pautando a sua gestão com grande rigor técnico e dada a conjuntura económica actual, a NOSSA Seguros procedeu a uma análise actuarial sobre a suficiência tarifária.

Deste trabalho resultou não só a actualização de algumas tarifas de forma a melhorarmos o equilíbrio técnico em alguns produtos, mas também um plano de acção de forma a melhorarmos o processo de tarifação.

CONTA TÉCNICA	2017	2016	VARIAÇÃO
PRÉMIOS	9 720 965	5 958 834	63%
COMISSÕES	293 406	259 558	13%
INDEMNIZAÇÕES	3 605 201	2 094 957	72%
RESULTADO DA OPERAÇÃO DE SEGURO	5 822 357	3 604 319	62%
PROVISÕES RISCOS EM CURSO SD	- 1 261 140	- 2 347	53634%
PROVISÕES MATEMÁTICAS SD	- 95 647	- 88 954	8%
PROVISÃO INC. TEMP. ACID. TRAB.	- 180 056	43 896	-510%
PROVISÃO PARA DESVIO DE SINISTRALIDADE	-	-	-
RESULTADO SEGURO DIRECTO	4 285 515	3 556 914	20%
PRÉMIOS RESSEGURO CEDIDO	3 335 097	1 373 948	137%
COMISSÕES DE RESSEGURO CEDIDO	191 436	117 605	47%
INDEMNIZAÇÕES DE RESSEGURO CEDIDO	1 434 649	464 500	222%
PROVISÕES RISCOS EM CURSO RC	564 594	- 183 142	-373%
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	-	-	-
RESULTADOS RESSEGURO	-1 144 418	- 974 985	11%
PROVISÃO PARA PRÉMIOS EM COBRANÇA	403 354	- 32 368	-1346%
RESULTADO TÉCNICO	2 737 743	2 614 297	5%

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAKZ)

G. DESPESAS

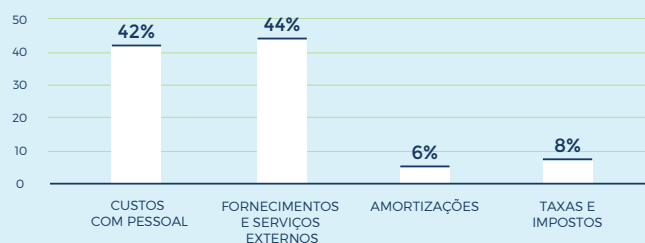
A NOSSA Seguros apresentou um crescimento das despesas de 18%, significativamente inferior à taxa de inflação registada em 2017, 26,3%.

O aumento deveu-se essencialmente ao facto de uma parte relevante dos custos de fornecimentos e serviços externos e impostos estar correlacionada com o crescimento do negócio, que registou uma variação de 63%.

TIPOLOGIA DE DESPESA	2017	2016	VARIAÇÃO
CUSTOS COM PESSOAL	1 307 173	1 204 138	9%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1 365 896	1 097 480	24%
AMORTIZAÇÕES	175 986	173 995	1%
IMPOSTOS E TAXAS	233 660	142 616	64%
DESPESAS TOTAIS	3 082 715	2 618 229	18%

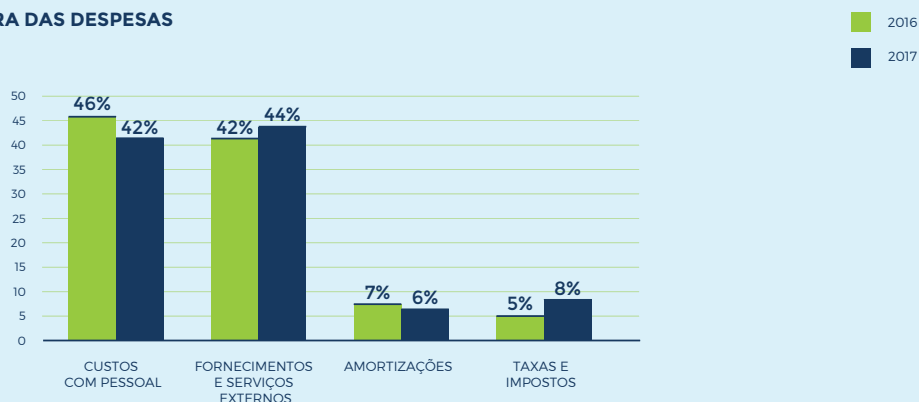
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAKZ)

DESPESAS POR CATEGORIA EM 2017 (%)



Destacamos como principais contribuintes para a evolução das despesas, o lançamento de novos produtos, custos de gestão do ramo Doença, cujo negócio cresceu significativamente, e do lado dos impostos não só os directamente ligados aos prémios, mas também aos de capitais dado o forte crescimento dos rendimentos dos investimentos.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS DESPESAS



H. INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos registou um crescimento de 15% suportado essencialmente pelo cash flow gerado quer por investimentos, quer pelo negócio.

Em termos de alocação por tipo de investimentos não se registaram alterações significativas, mantendo-se os títulos do estado (BTs e OTTXC) com a maior representatividade da carteira, cerca de 59%.

	2017	2016	VARIAÇÃO
PROVISÕES TÉCNICAS DO SEGURO DIRECTO			
PROVISÕES MATEMÁTICAS	1 265 203	1 169 556	95 647
PROVISÃO INCAPACIDADES TEMPORÁRIAS	373 508	193 452	180 056
PROVISÕES PARA RISCOS EM CURSO	3 274 634	2 013 494	1 261 140
PROVISÃO PARA SINISTROS SD	2 440 305	1 909 727	530 578
TOTAL DAS PROVISÕES BRUTAS	7 353 650	5 286 229	2 067 421
PROVISÕES TÉCNICAS RESSEGURO CEDIDO	-1 947 382	-916 860	-1 030 522
TOTAL DAS PROVISÕES LÍQUIDAS	5 406 268	4 369 370	1 041 413
INVESTIMENTOS AFECTOS ÀS PROVISÕES TÉCNICAS			
OBRIGAÇÕES DO TESOIRO (OTTXC)	2 848 645	1 959 108	889 537
BILHETES DO TESOIRO	2 864 275	3 184 064	-319 790
OBRIGAÇÕES EMPRESAS	663 680	663 600	80
IMÓVEIS	884 478	1 022 397	-137 919
DEPÓSITOS A PRAZO EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	1 505 389	780 564	724 825
CAIXA E DOS	781 909	528 447	253 462
TOTAL ACTIVOS DE REPRESENTAÇÃO	9 548 376	8 138 180	1 410 196
TAXA DE COBERTURA BRUTA	130%	154%	-24%
TAXA DE COBERTURA LÍQUIDA	177%	186%	-10%

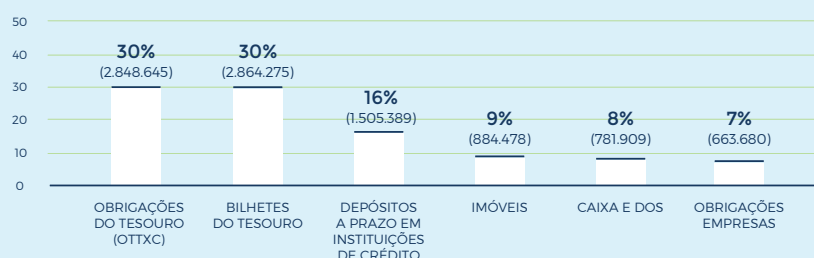
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAKZ)

Relativamente à política de gestão de investimentos, e dentro dos instrumentos financeiros disponíveis no mercado, a NOSSA Seguros manteve os mesmos princípios de diversificação, prudência e de qualidade dos activos.

A eficiente gestão de “Activos versus Passivos” (ALM) que a NOSSA Seguros tem mantido ao longo dos anos, tem garantido uma adequada cobertura das suas responsabilidades e simultaneamente contribuído para maximizar a rentabilidade dos seus investimentos.

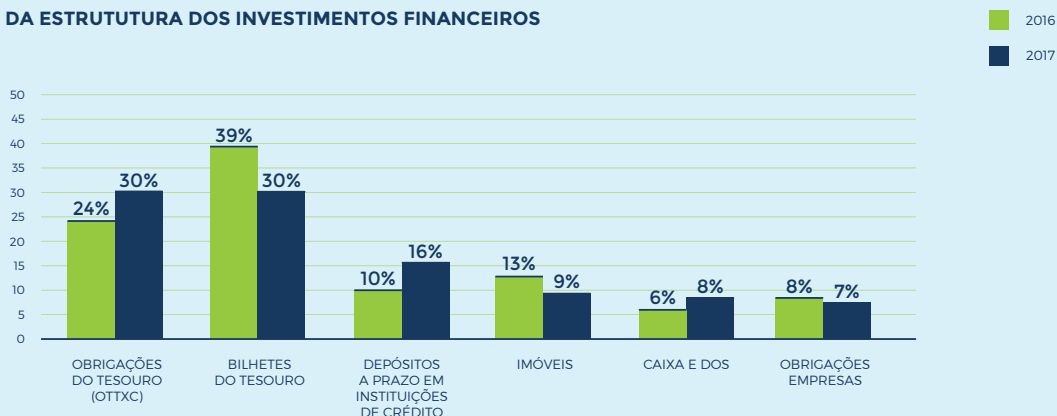
Exemplo dessa boa gestão foi a ocorrência de sinistros de ponta registados este ano em que a NOSSA demonstrou capacidade de liquidação dos mesmos de forma eficiente.

ESTRUTURA DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM 2017



(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAKZ)

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

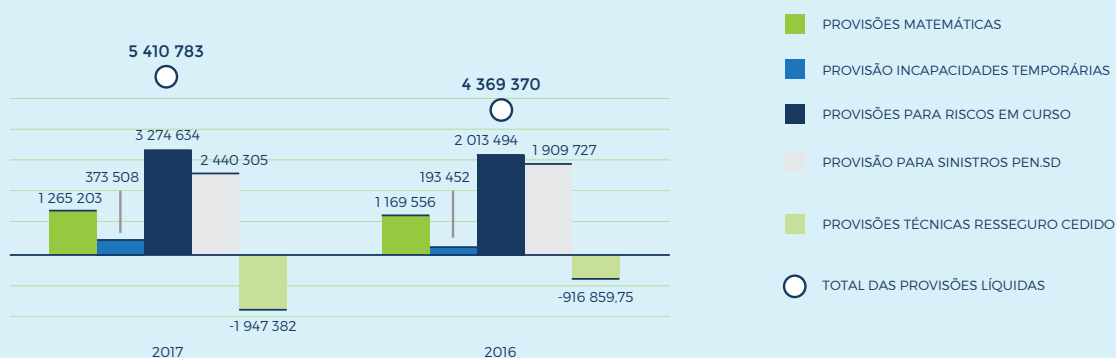


O reforço na exposição em liquidez face ao ano anterior deveu-se a compromissos de curto prazo, nomeadamente da liquidação de um sinistro de ponta.

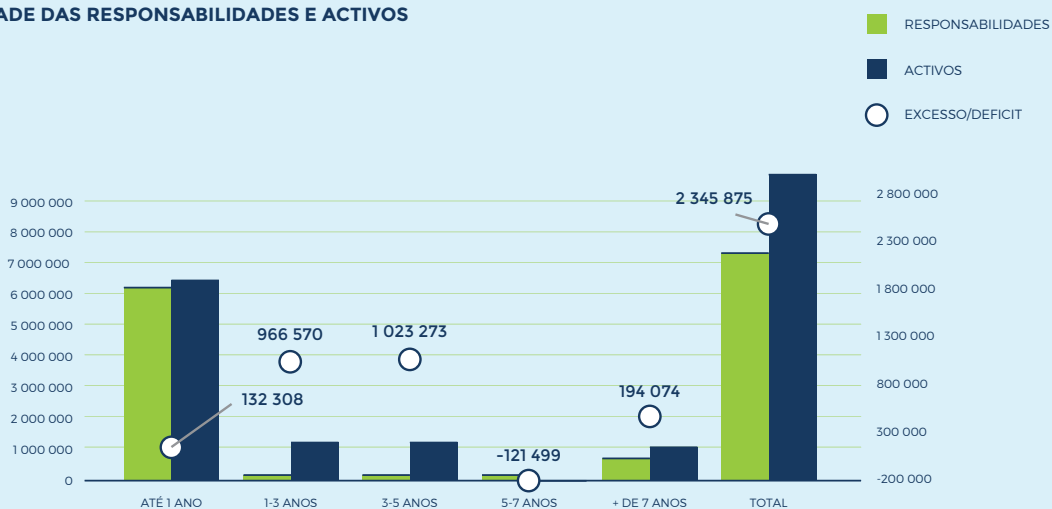
As provisões técnicas liquidas tiveram um aumento de 24% devido ao crescimento acentuado no negócio.

O crescimento registado nas provisões para incapacidade temporária está relacionado com o forte crescimento do negócio de Acidentes de Trabalho, a provisão para sinistros, a sua variação decorre dos sinistros de ponta referidos anteriormente e a provisão para riscos em curso o seu forte crescimento deveu-se à entrada de um grande negócio no final do ano.

PROVISÕES TÉCNICAS



MATURIDADE DAS RESPONSABILIDADES E ACTIVOS



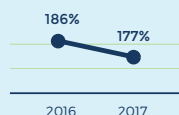
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAKZ)

A NOSSA Seguros mantém uma confortável margem de cobertura das suas responsabilidades de 177%.

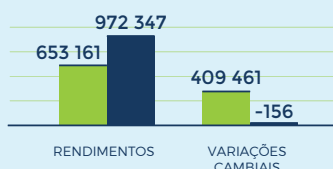
O decréscimo registado da margem de cobertura face ao ano passado deveu-se à entrada de um grande negócio no final do ano que originou um elevado nível de provisão para riscos em curso, mas que irá reduzir á desvalorização dos imóveis dada a conjuntura actual no mercado imobiliário.

A estratégia de investimentos adoptada originou um crescimento de 49% nos rendimentos financeiros.

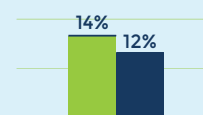
EVOLUÇÃO DA TAXA DE COBERTURA



RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS



RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS



I. RESULTADOS E SOLVÊNCIA

A NOSSA Seguros obteve em 2017 um resultado líquido de impostos de 963.626 Milhares AOA contra 826.937 Milhares AOA no ano anterior, representando um crescimento de 17%.

Destaca-se o forte contributo dos resultados financeiros por oposição dos resultados operacionais, devido à ocorrência de alguns sinistros de ponta e ao reforço da provisão para prémios em cobrança.

Como consequência da maior contribuição dos resultados financeiros para o resultado, a taxa efectiva de imposto reduziu-se significativamente de 20% para 6%.

A margem de solvência de 184%, não reflecte a proposta de distribuição dos resultados líquidos, que conjugada com os níveis de rentabilidade que têm sido atingidos permite à NOSSA Seguros reforçar uma vez mais a sua solidez financeira.

	2017	2016
RESULTADO LÍQUIDO/ CAPITAIS PRÓPRIOS	27%	27%
RESULTADO LÍQUIDO/ ACTIVO LÍQUIDO	6%	7%
RESULTADO LÍQUIDO/ PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	10%	14%
MARGEM DE SOLVÊNCIA	184%	195%

6.

PERSPECTIVAS PARA 2018

Em 2018, a NOSSA pretende continuar a apostar numa cultura em que o cliente é centro das suas atenções, na melhoria contínua da sua oferta de produtos, na expansão da cobertura geográfica e dos canais de distribuição, tendo em consideração as principais orientações definidas no plano estratégico ON2020.

As previsões económicas do governo para 2018 apresentam-se bastante positivas, desenhando um quadro económico futuro que se deverá manter positivo face ao ano de 2017, contrariando o cenário de evolução da economia angolana, apresentado pelo FMI.

Por outro lado, é expectável a manutenção de uma taxa de inflação elevada e que se assista a um agravamento da taxa de juro que terá como consequência a contracção da actividade económica, alavancada pela redução da capacidade de investimento do sector empresarial e pela redução do poder de compra das famílias.

Em 2018 o sector segurador assistirá novamente a um ano de grandes desafios, tal como se tem vindo a verificar nos últimos anos, o qual será acompanhado por um ambiente de elevada competitividade, em virtude do número elevado de seguradoras a operar no sector. Esta situação tem contribuído para uma pressão acrescida na adequação da oferta à competitividade do mercado, não baseada meramente na redução de tarifas, mas por uma diferenciação de produtos e qualidade no serviço prestado.

Embora a multiplicidade de concorrentes indicie um sinal positivo relativamente à atractividade do sector, será necessário que o mercado crie condições para alargar a base segurável da economia e reforce a cultura de seguros nos consumidores angolanos.

A criação destas condições passa pela reformulação do regime de co-seguro para as actividades petroquímica, aviação e minas, e por outro com a efectiva implementação e desenvolvimentos de novos seguros obrigatórios e maior fiscalização no cumprimento da subscrição dos existentes. Considera-se ainda a criação de um enquadramento fiscal mais favorável para os produtos de seguros associados à protecção social e poupança de forma a garantir o equilíbrio do negócio segurador.

Neste contexto, em 2018 a NOSSA pretende continuar a apostar numa cultura em que o cliente é o centro das suas atenções, na melhoria contínua da sua oferta de produtos, na expansão da cobertura geográfica e dos canais de distribuição, tendo em consideração as principais orientações definidas no plano estratégico ON2020.

Por último, a aposta nas competências técnicas e comerciais dos quadros e a melhoria dos processos de suporte ao negócio continuarão a ser uma preocupação em 2018.

7.

RESULTADO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

A NOSSA Seguros apresentou no exercício de 2017 um resultado positivo antes de impostos de 1 023 827 Milhares de Kwanzas, resultando num imposto a pagar sobre o rendimento de 60 201 Milhares de Kwanzas.

Nos termos do artigo 71º, n.º 2, alínea f) da Lei das Sociedades Comerciais e do artigo 25º dos Estatutos, por deliberação validamente adoptada, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido referente ao Exercício findo a 31 de Dezembro de 2017, no montante de 963 626 Milhares de Kwanzas, seja aplicado nos seguintes termos:

- **Distribuição de dividendos (40%): 385.450 Milhares AOA**
- **Reservas livres (60%): 578.176 Milhares AOA**

8.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o presente Relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da Companhia, salientando particularmente:

- As autoridades de supervisão, em especial a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros;
- A Mesa da Assembleia Geral e o Conselho Fiscal pela disponibilidade no acompanhamento, orientações e apoio no desenvolvimento da nossa actividade;
- A Associação de Seguradoras Angolanas pelo desempenho na representação das associadas em temas de interesse comum;
- Os Resseguradores, Corretores, Mediadores e todos os Parceiros de Negócio pelo apoio e confiança depositada na NOSSA Seguros;
- Os Colaboradores que com profissionalismo, dedicação e competência tornaram mais uma vez possível a afirmação e o crescimento da Companhia e a consolidação da NOSSA como empresa de referência no mercado;
- Os accionistas pela confiança e suporte dados à concretização da nossa Visão e Plano Estratégico;
- O Auditor Externo.

Para os nossos Clientes deixamos aqui um expresso reconhecimento pela preferência com que distinguem a NOSSA Seguros e pelo estímulo permanente da melhoria da qualidade de serviços, prometendo continuar a desenvolver todos os esforços para corresponder às suas necessidades e expectativas.

Presidente do Conselho de Administração

Luis Lélis

Presidente da Comissão Executiva

Carlos Duarte

Administrador Executivo

Alexandre Carreira

Administrador Executivo

Ildo Nascimento

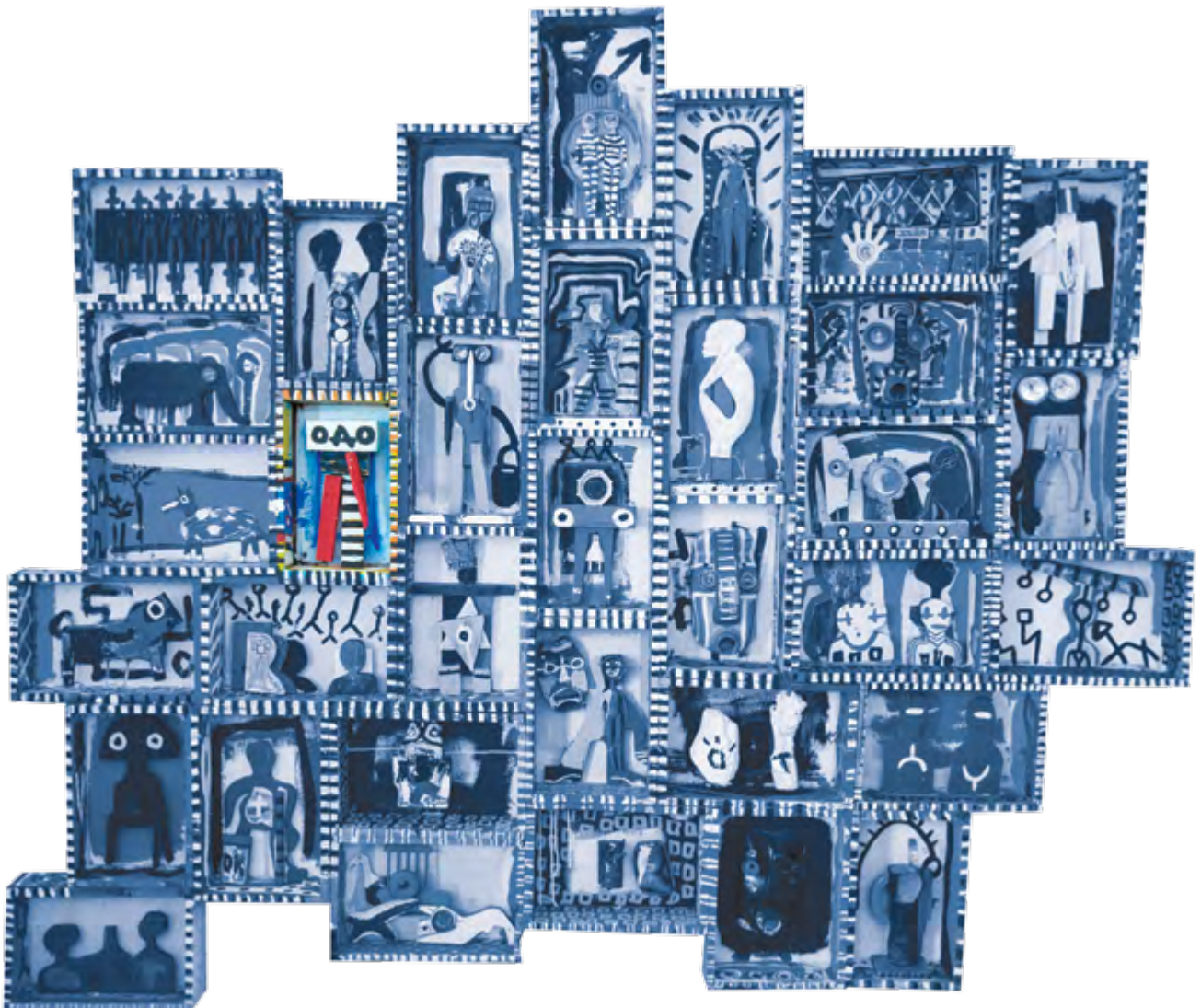
Administrador Não-Executivo

Jorge Almeida

040



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO ACTIVO

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAKZ)

	2017						2016	
	NOTAS	VIDA	NÃO VIDA	CONTAS GERAIS	TOTAIS ACTIVOS BRUTO	PROVISÕES E AMORTIZAÇÕES	TOTAIS ACTIVOS LÍQUIDO (mAKZ)	TOTAIS ACTIVOS LÍQUIDO (mAKZ)
ACTIVO								
INVESTIMENTOS								
Imóveis	9 e 10	-	884 478	-	884 478	-	884 478	1 022 397
Títulos de rendimento fixo	4 e 9	-	6 376 599	-	6 376 599	-	6 376 599	5 806 772
Depósitos em Instituições de Crédito	9	-	1 505 389	-	1 505 389	-	1 505 389	780 564
		-	8 766 466	-	8 766 466	-	8 766 466	7 609 733
PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO								
Provisão para Riscos em Curso	11	-	870 424	-	870 424	-	870 424	305 830
Provisão para Sinistros Pendentes	11	-	1 076 958	-	1 076 958	-	1 076 958	611 030
		-	1 947 382	-	1 947 382	-	1 947 382	916 860
PRÉMIOS EM COBRANÇA								
Directa	12	2 488	2 412 575	-	2 415 063	-	2 415 063	1 216 539
Indirecta	12	-	1 572 809	-	1 572 809	-	1 572 809	788 772
		2 488	3 985 384	-	3 987 872	-	3 987 872	2 005 311
DEVEDORES								
Por Operações de Seguro Directo	13	-	23 839	-	23 839	-	23 839	19 088
Por Operações de Resseguro	14	-	345 973	-	345 973	-	345 973	204 216
Estado e Outros Entes Públicos	15	-	2 002	-	2 002	-	2 002	3 902
Outros	16	-	-	502 414	502 414	-	502 414	518 177
		-	371 814	502 414	874 228	-	874 228	745 383
OUTROS ELEMENTOS DO ACTIVO								
Imobilizações Corpóreas e Existências	5	-	-	674 573	674 573	354 305	320 268	146 972
Depósitos Bancários e Caixa	17	-	-	781 910	781 910	-	781 910	528 904
		-	-	1 456 483	1 456 483	354 305	1 102 178	675 876
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
Juros a receber	18	-	-	181 912	181 912	-	181 912	165 499
Outros Acréscimos e Diferimentos	18	-	-	212 649	212 649	-	212 649	23 864
		-	-	394 561	394 561	-	394 561	189 363
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	5	-	-	723 385	723 385	612 273	111 115	126 059
TOTAL		2 488	15 071 046	3 076 843	18 150 377	966 578	17 183 802	12 268 585

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAKZ)

PASSIVO	NOTAS	2017			2016	
		VIDA	NÃO VIDA	CONTAS GERAIS	TOTAIS (MAKZ)	TOTAIS (MAKZ)
PROVISÕES TÉCNICAS						
Provisão Matemática do Ramo Vida						
De Seguros Directos	11	187 041	-	-	187 041	237 398
Provisão Matemática de Ac. Trabalho						
De Seguros Directos	11	-	1 078 163	-	1 078 163	932 158
Provisão para Riscos em Curso						
De Seguros Directos	11	-	3 274 634	-	3 274 634	2 013 494
De Resseguros Aceites		-	-	-	-	-
Provisão para Incapacidades Temporárias de Ac. Trabalho	11	-	373 508	-	373 508	193 452
Provisão para Sinistros Pendentes						
De Seguros Directos	11	9 251	2 431 054	-	2 440 305	1 909 727
		196 292	7 157 359	-	7 353 651	5 286 229
OUTRAS PROVISÕES						
Provisão para Prémios em Cobrança	8 e 12	305	985 064	-	985 369	582 015
Provisão para Crédito de Cobrança Duvidosa	12	-	444 435	-	444 435	444 435
		305	1 429 499	-	1 429 804	1 026 450
CREDORES						
Por Operações de Seguro Directo	13	-	849 329	-	849 329	336 662
Por Operações de Resseguro	14	-	2 624 558	-	2 624 557	1 041 782
Estado e Outros Entes Públicos	15	-	-	61 512	61 512	165 376
Accionistas	16	-	-	-	-	1 496
Outros	16	-	-	761 084	761 084	698 101
		-	3 473 887	822 596	4 296 482	2 243 417
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	18	-	-	507 233	507 233	607 787
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital	19	-	-	1 000 000	1 000 000	1 000 000
Reserva Legal	19	-	-	200 000	200 000	200 000
Reservas Livres	19	-	-	1 344 587	1 344 587	848 425
Flutuação de Valores						
De Títulos	19	-	-	(27 308)	(27 308)	(27 308)
De Imóveis	6 e 19	-	-	19 738	19 738	170 888
Resultados Transitados	19	-	-	95 989	95 989	85 760
Resultado do Exercício	19	-	-	963 626	963 626	826 937
TOTAL CAPITAL				3 596 632	3 596 632	3 104 702
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		196 597	12 060 745	4 926 461	17 183 802	12 268 585

O anexo faz parte integrantes destas Demonstrações Financeiras

CUSTOS**CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAqZ)

		2017										2016
	NOTAS	VIDA	ACIDENTES, DOENÇA E VIAGENS	INCÍDIO E ELEMENTOS DA NATUREZA	OUTROS DANOS EM COISAS	AUTOMÓVEIS	TRANSPORTES	R.C.GERAL	DIVERSOS	CONTAS GERAIS	TOTAIS (MAqZ)	TOTAIS (MAqZ)
DÉBITOS												
PROVISÃO MATEMÁTICA												
	11 e 20	-	153 571	-	-	-	-	-	-	-	153 571	99 800
		-	153 571	-	-	-	-	-	-	-	153 571	99 800
PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO												
	11 e 21	-	5 334 258	15 581	1 938 193	3 855 896	46 769	140 874	328	-	11 331 898	7 081 232
	11 e 21	-	975 239	4 409	434 709	24 516	25 854	21 858	52	-	1 486 637	1 397 591
	11 e 22	-	180 056	-	-	-	-	-	-	-	180 056	-
		-	6 489 553	19 990	2 372 902	3 880 412	72 623	162 732	380	-	12 998 591	8 478 823
	8 e 12	(179 987)	456 619	19	34 831	61 825	23 080	6 967	-	-	403 354	(32 368)
INDEMNIZAÇÕES												
	23	-	1 309 536	3 446	999 428	1 024 702	-	16 848	-	-	3 353 960	2 140 053
	23	3 724	117 511	3 781	50 980	74 074	-	1 171	-	-	251 241	(45 096)
		3 724	1 427 047	7 227	1 050 408	1 098 776	-	18 019	-	-	3 605 201	2 094 957
COMISSÕES												
	24	(822)	107 581	508	63 832	113 698	419	8 148	42	-	293 406	259 558
		(822)	107 581	508	63 832	113 698	419	8 148	42	-	293 406	259 558
ENCARGOS DE RESSEGUROS CEDIDOS												
	25	(33 968)	1 522 341	41 045	1 445 145	181 385	78 534	100 462	153	-	3 335 097	1 375 948
		(33 968)	1 522 341	41 045	1 445 145	181 385	78 534	100 462	153	-	3 335 097	1 375 948
	26	-	-	-	-	-	-	-	-	1 307 173	1 307 173	1 204 138
	26	-	-	-	-	-	-	-	-	1 365 896	1 365 896	1 097 480
	5 e 26	-	-	-	-	-	-	-	-	233 660	233 660	142 616
	27	-	-	-	-	-	-	-	-	175 986	175 986	173 995
	27	-	-	-	-	-	-	-	-	170 599	170 599	334 025
	15	-	-	-	-	-	-	-	-	20 817	20 817	18 480
		-	-	-	-	-	-	-	-	60 201	60 201	166 646
		-	-	-	-	-	-	-	-	963 626	963 626	826 937
TOTAL		(211 053)	10 156 712	68 789	4 967 118	5 336 096	174 656	296 328	575	4 297 958	25 087 178	16 239 035

PROVEITOS

CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAqZ)

	NOTAS	2017										2016	
		VIDA	ACIDENTES, DOENÇA E VIAGENS	INCÍDIO E ELEMENTOS DA NATUREZA	OUTROS DANOS EM COISAS	AUTOMÓVEIS	TRANSPORTES	R.C.GERAL	DIVERSOS	CONTAS GERAIS	TOTAIS (MAqZ)	TOTAIS (MAqZ)	
CRÉDITOS													
PROVISÃO MATEMÁTICA													
De Seguros Directos (Diminuição)	11 e 20	50 357	7 566	-	-	-	-	-	-	-	-	57 923	10 846
		50 357	7 566	-	-	-	-	-	-	-	-	57 923	10 846
PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO													
De Seguros Directos (Diminuição)	11 e 21	-	4 130 327	16 418	1 904 592	3 867 623	44 785	106 742	271	-	-	10 070 758	7 078 886
De Resseguros Cedidos	11 e 21	-	1 473 343	4 143	494 607	23 383	28 785	26 897	73	-	-	2 051 231	1 214 449
Provisão para Incapacidades Temporárias de A.T	11 e 22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43 896
		-	5 603 670	20 561	2 399 199	3 891 006	73 570	133 639	344	-	-	12 121 989	8 337 231
PRÉMIOS E S/ ADICIONAIS													
De Seguros Directos	28	(51 224)	4 640 717	15 704	2 131 395	2 751 190	63 811	169 041	331	-	-	9 720 965	5 958 834
		(51 224)	4 640 717	15 704	2 131 395	2 751 190	63 811	169 041	331	-	-	9 720 965	5 958 834
RECEITAS DE RESSEGUROS CEDIDOS													
Indemnizações	25	-	450 958	299 902	643 602	29 482	-	10 705	-	-	-	1 434 649	464 499
Comissões	25	(5 829)	23 979	8 168	137 505	17 361	2 896	7 310	46	-	-	191 436	117 605
		(5 829)	474 937	308 070	781 107	46 843	2 896	18 015	46	-	-	1 626 085	582 104
RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS													
De valores afectos às provisões técnicas		-	-	-	-	-	-	-	-	972 350	-	972 350	653 161
De valores livres		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	409
		-	-	-	-	-	-	-	-	972 350	-	972 350	653 570
OUTROS PROVEITOS													
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	27	-	-	-	-	-	-	-	-	452 894	-	452 894	661 925
		-	-	-	-	-	-	-	-	134 972	-	134 972	34 525
		-	-	-	-	-	-	-	-	587 866	-	587 866	696 450
TOTAL		(6 696)	10 726 890	344 335	5 311 701	6 689 039	140 277	320 695	721	1 560 216	25 087 178	16 239 035	

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras





NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A NOSSA – Nova Sociedade de Seguros de Angola, S.A. (adiante designada por NOSSA ou Companhia), tem por objecto principal e exclusivo o exercício da actividade de seguro directo e de resseguro na totalidade dos ramos vida e não vida, bem como a gestão de fundos de pensões, com a amplitude permitida por lei.

A NOSSA foi constituída em 6 de Outubro de 2004, tendo iniciado a sua actividade em Novembro de 2005.

As notas às contas incluídas no Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), conforme o disposto no ponto 7 do Decreto no 79-A/02, de 5 de Dezembro, no respeitante às notas 1 a 10. As restantes notas compreendem a informação considerada relevante ou com situações a reportar, seguindo para tal a ordem das demonstrações financeiras.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Companhia, mantidos em conformidade com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pelo Decreto no 79-A/2002, de 5 de Dezembro.

As demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos investimentos, os quais estão registados com base no princípio do valor actual, quando tal é possível.

O balanço e a conta de ganhos e perdas da Companhia em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 encontram-se expressos em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base nas taxas de câmbio em vigor naquelas datas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o PCES requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

No exercício de 2017 não foram registadas alterações nos critérios de valorimetria e métodos de cálculo utilizados.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os principais critérios e princípios contabilísticos utilizados na preparação das demonstrações financeiras são os descritos abaixo:

2.2.1 INVESTIMENTOS

Os investimentos são valorizados com base no princípio do valor actual.

a) Imóveis

Os imóveis são valorizados pelo valor actual de mercado apurado à data da avaliação. Se não for possível determinar o valor de mercado de um imóvel, considera-se como valor actual o valor determinado com base na aplicação do princípio do valor de aquisição ou do custo de produção.

As diferenças entre o valor de aquisição e o valor apurado segundo os critérios valorimétricos acima referidos, são registadas na conta "Flutuação de Valores - De Imóveis".

b) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros, quando cotados, são valorizados ao seu valor de mercado, entendido este como o valor de cotação à data do balanço. Quando não cotados, são avaliados com base numa apreciação prudente do seu valor provável de realização, não podendo exceder os seguintes valores:

Acções e quotas: ao valor que proporcionalmente lhes corresponde nos capitais próprios da empresa, de acordo com as últimas demonstrações financeiras aprovadas;

Obrigações: ao valor de aquisição, se emitidas durante o exercício, ou ao valor nominal, se emitidas em exercícios anteriores.

As diferenças entre o valor de aquisição e o valor apurado segundo os critérios valorimétricos acima referidos, são registadas na conta "Flutuação de Valores - De Títulos".

Quando da alienação, as mais e menos-valias efectivas são reconhecidas como resultado no exercício em que ocorrem e são registadas nas respectivas contas de "Ganhos realizados em investimentos" ou "Perdas realizadas em investimentos".

c) Rendimentos

Os rendimentos registados no exercício obedecem ao princípio da especialização do exercício com excepção dos rendimentos de acções que são contabilizados na altura do respectivo recebimento.

2.2.2 IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

As Imobilizações corpóreas e incorpóreas estão valorizadas ao seu custo de aquisição entendido como o preço de compra acrescido dos gastos acessórios suportados até à sua entrada em funcionamento (Nota 5).

As amortizações e reintegrações são calculadas pelo método das quotas constantes, respeitando as taxas legais previstas pelo Decreto Presidencial n.º 207/15, de 5 de novembro:

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	TAXAS ANUAIS
Equipamento administrativo	10,00% a 16,66%
Máquinas e ferramentas	16,66%
Equipamento informático	16,66% a 25%
Equipamento de transporte	33,33%
Instalações interiores	10% a 16,66%
Outras imobilizações corpóreas	10%
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	33,33%

2.2.3 OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As operações em moeda estrangeira são contabilizadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação.

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio de referência à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, registam-se na conta de ganhos e perdas do exercício, nas rubricas "Outros custos" e "Outros proveitos".

Em 31 de Dezembro de 2017, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram

convertidos para Kwanzas com base nas taxas de câmbio oficiais divulgadas pelo Banco Nacional de Angola (BNA) com referência a esta data, sendo a taxa de câmbio do Dólar Norte-Americano de 165,924 AKZ/USD.

2.2.4 PROVISÕES TÉCNICAS

As seguradoras devem constituir e manter provisões técnicas, para responder ao cumprimento das obrigações assumidas nos contratos de seguros. Para tal, são observadas as formas de apuramento e metodologias de aplicação conforme o disposto no Decreto-Executivo no 06/03, de 24 de Janeiro.

As provisões técnicas constituídas pela Companhia são as seguintes:

a) Provisão para Riscos em Curso

A provisão para riscos em curso (provisão para prémios não adquiridos) destina-se a garantir, relativamente a cada um dos contratos em vigor, com excepção dos respeitantes ao “ramo vida”, a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data do efectivo vencimento. Desta forma, esta provisão reflecte a parte dos prémios brutos emitidos contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários exercícios seguintes.

Esta provisão é calculada, contrato a contrato, por aplicação do método “pro rata temporis”, a partir dos prémios processados líquidos de estornos e anulações, sendo apresentada no balanço na rubrica “Provisões Técnicas”. A Companhia difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respectivas apólices de seguro.

b) Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática do ramo vida corresponde à diferença entre os valores actuais das responsabilidades recíprocas da seguradora e das pessoas que tenham celebrado os contratos de seguro, calculados em conformidade com as bases técnicas aprovadas. Os produtos do ramo vida podem separar-se entre produtos de risco e produtos financeiros. No caso da NOSSA, apenas existem produtos de risco, nomeadamente um produto que se insere na categoria de Temporário Anual Renovável (TAR).

c) Provisão matemática de acidentes de trabalho

A provisão matemática de acidentes de trabalho corresponde ao valor actual das pensões calculado em conformidade com as disposições aprovadas.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objectivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou homologação, denominadas de pensões definidas;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respectivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados, denominadas pensões presumíveis.

d) Provisão para incapacidades temporárias de acidentes de trabalho

A provisão para incapacidades temporárias serve para fazer face às responsabilidades referentes aos sinistros com processos clínicos em curso, no que respeita aos pagamentos de salários e de despesas com tratamentos até à data da alta clínica.

A provisão para incapacidades temporárias de “Acidentes de Trabalho” corresponde a 25% dos prémios do ramo “Acidentes de Trabalho” líquidos de estornos e anulações, processados durante o exercício.

e) Provisão para sinistros pendentes

A provisão para sinistros pendentes corresponde: (i) ao valor previsível dos encargos com sinistros ocorridos e ainda não regularizados, (ii) aos sinistros já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício e (iii) à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR).

Esta provisão é calculada, sinistro a sinistro, correspondendo ao valor previsível dos encargos com sinistros. O IBNR é estimado com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido compreendem os montantes efectivos ou estimados que, em conformidade com os tratados de resseguro, correspondem à parte dos resseguradores nos montantes brutos das provisões técnicas de seguro directo.

2.2.5 OUTRAS PROVISÕES

a) Provisão para prémios em cobrança

As provisões para prémios em cobrança são determinadas aplicando os critérios estabelecidos pela Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG), previstos no Decreto-Executivo no 05/03, de 24 de Janeiro.

b) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

As provisões para créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, com excepção dos prémios em cobrança, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios económicos.

2.2.6 ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data do processamento ou renovação da respectiva apólice (independentemente do momento do seu recebimento) e os sinistros são registados aquando da participação, a Companhia realiza determinadas especializações de custos e proveitos que afectam, para além da rubrica de "Acréscimos e diferimentos", as contas de provisões técnicas, nomeadamente a provisão para riscos em curso e a provisão para sinistros.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos, e os sinistros de resseguro cedido são registados como proveitos da mesma forma que os sinistros de seguro directo.

2.2.7 RESPONSABILIDADES POR FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

Incluídas na rubrica de "Acréscimos e diferimentos" do passivo, correspondem a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseados nos valores do respectivo exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até àquela data, a regularizar posteriormente.

2.2.8 IMPOSTOS SOBRE LUCROS

A Companhia encontra-se sujeita à tributação em sede de Imposto Industrial - Grupo A. O imposto sobre os lucros é determinado com base em declarações de auto liquidação elaboradas de acordo com as normas fiscais vigentes, sendo de 30% a taxa nominal em

vigor nos exercícios de 2017 e 2016. As declarações ficam sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos.

3. DERROGAÇÕES AOS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materialmente relevantes, em conformidade com as disposições do PCES.

4. INVENTÁRIO DE TÍTULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Títulos de rendimento fixo” apresentava a seguinte composição:

As obrigações do Tesouro (“OTTXC”) referem-se a obrigações emitidas pelo Tesouro se encontram indexadas à taxa de câmbio do Dólar Norte Americano. Nos exercícios de 2017 e 2016, a actualização do valor nominal gerou ganhos de aproximadamente 340 mAKZ e 191.190 mAKZ, respectivamente (Nota 27).

As obrigações subordinadas emitidas pelo Banco Regional do Keve, S.A. rendem juros à taxa de 9,5% e têm vencimento em Março de 2018.

Identificação do título	2017						Valor de balanço	
	Quantidade	Valor nominal (moeda)	Moeda	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Unitário	Total	
							(mAKZ)	
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO								
Dívida pública								
Obrigações do Tesouro								
OTTXC - 2 anos	2 017	198 328	AKZ	198,33	400 029	207,04	417 607	
OTTXC - 3 anos	4 551	2 362 423	AKZ	195,93	891 686	207,04	942 223	
OTTXC - 4 anos	4 477	2 621 297	AKZ	196,74	880 788	207,04	926 902	
OTTXC - 5 anos	2 455	757 938	AKZ	188,25	462 152	207,04	508 274	
OTTXC - 7 anos	259	156 927	AKZ	135,14	35 000	207,03	53 622	
Bilhetes do Tesouro	3 523 377	1 000	AKZ	0,81	2 864 275	0,81	2 864 275	
DE OUTROS EMISSORES								
Banco Regional do Keve, S.A. - Obrigações subordinadas	80	50 000	USD	50 000,00	4 000 000	8 296	663 696	
							6 376 599	
							6 376 599	
Identificação do título	2016						Valor de balanço	
	Quantidade	Valor nominal (moeda)	Moeda	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Unitário	Total	
							(mAKZ)	
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO								
Dívida pública								
Obrigações do Tesouro								
OTTXC - 2 anos	4 251	466 449	AKZ	164,67	700 026	207,00	879 952	
OTTXC - 3 anos	1 948	1 327 274	AKZ	181,11	352 803	207,01	403 256	
OTTXC - 4 anos	1 382	343 912	AKZ	171,68	240 025	207,01	286 088	
OTTXC - 5 anos	1 624	550 917	AKZ	178,64	290 117	207,01	336 184	
OTTXC - 7 anos	259	156 927	AKZ	135,14	35 000	207,01	53 616	
Bilhetes do Tesouro	3 483 997	1 000	AKZ	0,91	3 184 064	0,91	3 184 064	
DE OUTROS EMISSORES								
Banco Regional do Keve, S.A. - Obrigações subordinadas	80	50 000	USD	50 000	4 000 000	8 295	663 612	
							5 806 772	
							5 806 772	

5. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE IMOBILIZAÇÕES

As variações ocorridas nas rubricas de imobilizações corpóreas e incorpóreas durante os exercícios de 2017 e 2016 foram as seguintes:

	Saldo em 31.12.2016			Aquisições	Alienações e abates (Valor Líquido)	Alienações e abates (Amortização)	Amortização do exercício (Nota 26)	Saldo em 31.12.2017		
	Activo bruto	Amortizações Acumuladas	Activo líquido (em mAKZ)					Activo bruto	Amortizações Acumuladas	Activo líquido (em mAKZ)
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:										
Despesas de constituição e Instalação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas em edifícios arrendados	2 474	2 474	-	-	-	-	-	2 474	2 474	-
Trespases	316 830	278 326	38 504	40 021	-	-	30 985	356 851	309 309	47 542
Outras imobilizações incorpóreas	309 996	226 474	83 522	25 026	-	-	74 016	335 022	300 490	34 532
Imobilizações incorpóreas em curso	4 033	-	4 033	25 008	-	-	-	29 041	-	29 041
	633 333	507 274	126 059	90 055	-	-	104 999	723 388	612 273	111 115
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:										
Equipamento administrativo	83 299	53 292	30 007	13 215	-	-	12 836	96 514	66 128	30 386
Máquinas e ferramentas	10 835	7 446	3 389	880	-	-	1 240	11 715	8 686	3 029
Equipamento informático	166 695	148 679	18 016	14 478	-	-	10 595	181 173	159 274	21 899
Instalações interiores	2 588	1 799	789	-	-	-	751	2 588	2 550	38
Material de transporte	121 500	56 658	64 842	183 306	(151)	(151)	40 750	304 806	97 539	207 267
Equipamento hospitalar	61	41	20	-	-	-	6	61	47	14
Outras imobilizações corpóreas	23 365	10 754	12 611	1 164	-	-	2 375	24 529	13 129	11 400
Património artístico	11 280	3 617	7 663	235	-	-	1 144	11 515	4 761	6 754
Mobiliário	4 277	881	3 396	6 782	-	-	1 310	11 059	2 191	8 868
Salvados	6 239	-	6 239	14 210	-	-	-	20 449	-	20 449
Imobilizações corpóreas em curso	-	-	-	10 164	-	-	-	10 164	-	10 164
	430 139	283 167	146 972	244 634	(151)	(151)	70 987	674 573	354 305	320 268
	1 063 472	790 441	273 031	334 489	(151)	(151)	175 986	1 397 961	966 578	431 383

	Saldo em 31.12.2015			Aquisições	Regularizações	Transferências	Alienações e abates líquidos	Amortizações do Exercício (Nota 26)	Saldo em 31.12.2016		
	Activo bruto	Amortizações Acumuladas	Activo líquido (em mAKZ)						Activo bruto	Amortizações Acumuladas	Activo líquido (em mAKZ)
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:											
Despesas de constituição e Instalação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas em edifícios arrendados	2 474	1 879	595	-	-	-	-	595	2 474	2 474	
Trespases	306 873	253 447	53 426	9 957	-	-	-	24 879	316 830	278 326	
Outras imobilizações incorpóreas	307 617	134 446	173 171	2 379	-	-	-	92 028	309 996	226 474	
Imobilizações incorpóreas em curso	1 479	-	1 479	2 554	-	-	-	-	4 033	4 033	
	618 443	389 772	228 671	14 890	-	-	-	117 502	633 333	507 274	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:											
Equipamento administrativo	83 299	41 375	41 924	-	-	-	-	11 917	83 299	53 292	
Máquinas e ferramentas	9 002	6 487	2 515	1 833	-	-	-	959	10 835	7 446	
Equipamento informático	155 653	122 531	33 122	11 042	-	-	-	26 148	166 695	148 679	
Instalações interiores	2 588	1 678	910	-	-	-	-	121	2 588	1 799	
Material de transporte	139 965	77 568	62 397	67 988	(2 366)	-	(49 562)	13 615	121 500	56 658	
Equipamento hospitalar	61	35	26	-	-	-	-	6	61	41	
Outras imobilizações corpóreas	23 365	8 449	14 916	-	-	-	-	2 305	23 365	10 754	
Património artístico	8 220	2 730	5 490	3 060	-	-	-	887	11 280	3 617	
Mobiliário	4 277	346	3 931	-	-	-	-	535	4 277	881	
Salvados	5 519	-	5 519	720	-	-	-	-	6 239	-	
Imobilizações corpóreas em curso	41 569	-	41 569	33 668	-	(75 237)	-	-	-	-	
	473 518	261 199	212 319	118 311	(2 366)	(75 237)	(49 562)	56 493	430 139	283 167	
	1 091 961	650 971	440 990	133 201	(2 366)	(75 237)	(49 562)	173 995	1 063 472	790 441	

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Despesas em edifícios arrendados” corresponde a obras realizadas no edifício sede e em agências arrendadas.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outras imobilizações incorpóreas” respeita a software específico que a Companhia adquiriu para as áreas de suporte à actividade.

Durante o exercício de 2016, a Companhia transferiu para a rubrica de “Imóveis de serviço próprio” o montante de 75.237 mAKZ (Nota 10), correspondente ao custo de aquisição dos imóveis “Agência Dundo” e “Fracção Multicenter Camama”.

COMPOSIÇÃO POR CRITÉRIO DE VALORIMETRIA

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o imobilizado incorpóreo decompunha-se por critério de valorimetria como segue:

	2017			2016		
	Valor Líquido Custo histórico	Valor de reavaliação	Total	Valor Líquido Custo histórico	Valor de reavaliação	Total
Despesas de investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Despesas em edifícios arrendados	47 542	-	47 542	38.504	-	38.504
Outras imobilizações incorpóreas - Software	34 532	-	34 532	83.522	-	83.522
Imobilizações em curso	29 041	-	29 041	4.033	-	4.033
	111 115	-	111 115	126 059	-	126 059

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o imobilizado corpóreo decompunha-se por critério de valorimetria como segue:

	2017			2016		
	Valor Líquido Custo histórico	Valor de reavaliação	Total	Valor Líquido Custo histórico	Valor de reavaliação	Total
Equipamento administrativo	30 386	-	30 386	30 007	-	30 007
Máquinas e ferramentas	3 029	-	3 029	3 389	-	3 389
Equipamento informático	21 899	-	21 899	18 016	-	18 016
Instalações interiores	38	-	38	789	-	789
Material de transporte	207 267	-	207 267	64 842	-	64 842
Equipamento hospitalar	14	-	14	20	-	20
Outras imobilizações corpóreas	11 400	-	11 400	12 611	-	12 611
Património artístico	6 754	-	6 754	7 663	-	7 663
Existências	8 868	-	8 868	3 396	-	3 396
Salvados	20 449	-	20 449	6 239	-	6 239
Imobilizações corpóreas em curso	10 164	-	10 164	-	-	-
	320 268	-	320 268	146 972	-	146 972

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Material de transporte" inclui essencialmente o valor das viaturas adquiridas pela Companhia, para utilização pelos seus colaboradores.

6. MOVIMENTOS RELATIVOS A REAVALIAÇÕES

As variações ocorridas durante o exercício de 2017 relativas a reavaliações de imóveis foram as seguintes:

RESERVA DE REAVALIAÇÃO	IMÓVEIS
Início do exercício	170 888
Diminuições	(151 150)
Fim do exercício	19 738
Custo histórico	864 740
Reavaliações	19 738
Valores contabilísticos reavaliados	884 478

Durante o exercício de 2017, a rubrica "Reserva de reavaliação" sofreu uma variação negativa no montante de 151.150 mAKZ, resultante da avaliação efectuada aos imóveis da Companhia, por parte de uma entidade externa credenciada para o efeito (Nota 10).

7. EXPLICAÇÃO DO TRATAMENTO FISCAL DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO

De acordo com o normativo em vigor, as variações patrimoniais positivas são consideradas como proveitos tributáveis.

8. DESDOBRAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DE PROVISÕES NÃO TÉCNICAS

As variações ocorridas nas rubricas de provisões não técnicas durante os exercícios de 2017 e 2016 foram as seguintes:

	2017				SalDOS em 31.12.2017
	SalDOS em 31.12.2016	Aumento	Redução	Outros	
Provisões para prémios em cobrança (Nota 12)	582 015	403 354	-	-	985 369
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	444 435	-	-	-	444 435
	1 026 450	403 354	-	-	1 429 804

	2016				SalDOS em 31.12.2016
	SalDOS em 31.12.2015	Aumento	Redução	Outros	
Provisões para prémios em cobrança (Nota 12)	614 362	-	(32 368)	21	582 015
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	444 435	-	-	-	444 435
	1 058 797	-	(32 368)	21	1 026 450

A provisão para créditos de cobrança duvidosa destina-se a fazer face ao risco de realização dos saldos devedores, incluindo os saldos provenientes de operações de seguro directo, de resseguro e outras, e ainda a outros riscos e contingências relacionados com a actividade da Companhia.

9. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de investimentos é composta por imóveis, títulos de rendimento fixo e depósitos em instituições de crédito, e apresenta o seguinte detalhe:

	SalDOS em 31.12.2015	Movimento em 2016		SalDOS em 31.12.2016	Movimento em 2017		SalDOS em 31.12.2017
		Aumentos	Diminuições		Aumentos	Diminuições	
IMÓVEIS							
Edifícios de serviço próprio	157 529	84 693	(24 036)	218 186	25 245	(18 489)	224 942
Edifícios de rendimento	689 091	115 120	-	804 211	-	(144 675)	659 536
	846 620	199 813	(24 036)	1 022 397	25 245	(163 164)	884 478
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO (Nota 4)							
De dívida pública	3 165 427	6 947 707	(4 969 974)	5 143 160	1 351 878	(782 134)	5 712 904
De outros emissores	541 260	122 353	-	663 612	84	-	663 695
	3 706 687	7 070 060	(4 969 974)	5 806 772	1 351 962	(782 134)	6 376 599
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO							
Banco Angolano de Investimentos	541 256	149 720	-	690 976	587 943	-	1 278 919
Banco Fomento Angola	100 000	-	(100 000)	-	16 102	-	16 102
Banco BAI Micro Finanças	440 000	-	(383 593)	56 407	97 961	-	154 368
Banco Millennium Atlântico	118 000	-	(84 819)	33 181	-	(33 181)	-
Banco de Poupança e Crédito	-	-	-	-	56 000	-	56 000
	1 199 256	149 720	(568 412)	780 564	758 006	(33 181)	1 505 389
	5 752 563	7 419 593	(5 562 422)	7 609 733	2 135 213	(978 479)	8 766 466

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os investimentos em imóveis encontram-se valorizados de acordo com o valor actual de mercado apurado à data da avaliação (Nota 19).

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica "Títulos de rendimento fixo - De Dívida Pública" inclui Obrigações do Tesouro emitidas pelo Tesouro Angolano, que se encontram indexadas à taxa de câmbio do Dólar Norte-Americano no montante de 2.848.628 mAKZ e Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Tesouro Angolano no montante de 2.864.276 mAKZ. As obrigações apresentam vencimentos entre 1 e 5 anos e rendem juros a uma taxa média de 7,21%. Os Bilhetes do Tesouro

apresentam maturidade inferior a um ano e rendem juros a uma taxa média de 20,81%.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Títulos de rendimento fixo – De outros emissores" inclui obrigações subordinadas emitidas pelo Banco Regional do Keve, S.A., no montante de 4.000.000 USD, com vencimento em 26-03-2018, as quais rendem juros a uma taxa de 9,5%.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Depósitos em instituições de crédito", apresentava a seguinte composição, por prazo residual de vencimento:

	2017				
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Total
Banco Angolano de Investimentos	244.989	355 868	678 066	-	1 278 919
Banco BAI Micro Finanças	16.592	-	137 776	-	154 368
Banco de Poupança e Crédito	-	-	56 000	-	56 000
Banco Fomento Angola	16.102	-	-	-	16 102
	277.683	355 868	871 842	-	1 505 389

	2016				
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Total
Banco Angolano de Investimentos	445 440	245 536	-	-	690 976
Banco BAI Micro Finanças	-	-	56 407	-	56 407
Banco Millennium Atlântico	-	-	-	33 181	33 181
	445 440	245 536	56 407	33 181	780 564

10. IMÓVEIS

As variações ocorridas nas rubricas de imóveis durante os exercícios de 2017 e de 2016 foram as seguintes:

	Saldos em 31.12.2016		Aquisições e beneficiações	Reavaliações e diminuições de valor	Transferências	Saldos em 31.12.2017	
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço				Valor de Aquisição	Valor de Balanço
DE SERVIÇO PRÓPRIO							
Terrenos	51 415	26 012	-	(10 171)	-	51 415	15 841
Edifícios	217 091	192 174	13 231	(134 505)	-	230 322	70 900
	268 506	218 186	13 231	(144 676)	-	281 737	86 741
DE RENDIMENTO							
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios	583 003	804 211	-	(6 474)	-	583 003	797 737
	583 003	804 211	-	(6 474)	-	583 003	797 737
	851 509	1 022 397	13 231	(151 150)	-	864 740	884 478
Imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-
	851 509	1 022 397	13 231	(151 150)	-	864 740	884 478

	Saldos em 31.12.2015		Aquisições e beneficiações	Reavaliações e diminuições de valor	Transferências	Saldos em 31.12.2016	
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço				Valor de Aquisição	Valor de Balanço
DE SERVIÇO PRÓPRIO							
Terrenos	51 415	25 432	-	580	-	51 415	26 012
Edifícios	141 854	132 097	-	(15 160)	75 237	217 091	192 174
	193 269	157 529	-	(14 580)	75 237	268 506	218 186
DE RENDIMENTO							
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios	583 003	689 091	-	115 120	-	583 003	804 211
	583 003	689 091	-	115 120	-	583 003	804 211
	776 272	846 620	-	100 540	75 237	851 509	1 022 397
Imobilizações em curso	41 569	41 569	33 668	-	(75 237)	-	-
	817 841	888 189	33 668	100 540	-	851 509	1 022 397

DISCRIMINAÇÃO DAS AVALIAÇÕES

Exercício da última avaliação	2017		2016	
	Valor de aquisição	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valor de balanço
N	864 740	884 478	851 509	1 022 397
N-1	-	-	-	-
N-2	-	-	-	-
N-3	-	-	-	-
N-4	-	-	-	-
Anterior	-	-	-	-
	864 740	884 478	851 509	1 022 397

11. PROVISÕES TÉCNICAS LÍQUIDAS DE RESSEGURO

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de provisões técnicas líquidas de resseguro apresentam o seguinte detalhe:

	2017			2016		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGURO DIRECTO						
Provisão Matemática do Ramo Vida	187 041	-	187 041	237 398	-	237 398
Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho	-	1 078 163	1 078 163	-	932 158	932 158
Provisão para Incapacidades Temporárias de AT	-	373 508	373 508	-	193 452	193 452
Provisão para Riscos em Curso	-	3 274 634	3 274 634	-	2 013 494	2 013 494
Provisão para Sinistros Pendentes	9 251	2 431 054	2 440 305	8 787	1 900 940	1 909 727
	196 292	7 157 359	7 353 651	246 185	5 040 044	5 286 229
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGURO CEDIDO						
Provisão para Riscos em Curso	-	(870 424)	(870 424)	-	(305 830)	(305 830)
Provisão para Sinistros Pendentes	-	(1 076 958)	(1 076 958)	-	(611 030)	(611 030)
	-	(1 947 382)	(1 947 382)	-	(916 860)	(916 860)
TOTAL PROVISÕES TÉCNICAS - LÍQUIDAS DE RESSEGURO	196 292	5 209 977	5 406 269	246 185	4 123 184	4 369 369

A informação por ramo não vida, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, detalha-se conforme segue:

	2017								
	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais, doenças e viagens	Incêndio e elementos da natureza	Outros danos em coisas	Automóvel	Transportes	Responsabilidade civil geral	Outros	Total
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGURO DIRECTO									
Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho	1 078 163	-	-	-	-	-	-	-	1 078 163
Provisão para Incapacidades Temporárias de AT	373 508	-	-	-	-	-	-	-	373 508
Provisão para Riscos em Curso	21 585	1 409 139	3 899	399 382	1 344 283	53 589	42 757	-	3 274 634
Provisão para Sinistros Pendentes	798 734	469 856	2 638	261 657	838 084	10 729	39 356	10 000	2 431 054
	2 271 990	1 878 995	6 537	661 039	2 182 367	64 318	82 113	10 000	7 157 359
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGURO CEDIDO									
Provisão para Riscos em Curso	-	(584 136)	(1 723)	(247 384)	(10 120)	(14 422)	(12 618)	(21)	(870 424)
Provisão para Sinistros Pendentes	(242 512)	(174 894)	(289 718)	(169 040)	(154 264)	(9 000)	(31 530)	(6 000)	(1 076 958)
	(242 512)	(759 030)	(291 441)	(416 424)	(164 384)	(23 422)	(44 148)	(6 021)	(1 947 382)
	2 029 478	1 119 965	(284 904)	244 615	2 017 983	40 896	37 965	3 979	5 209 977
	2016								
	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais, doenças e viagens	Incêndio e elementos da natureza	Outros danos em coisas	Automóvel	Transportes	Responsabilidade civil geral	Outros	Total
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGURO DIRECTO									
Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho	932 158	-	-	-	-	-	-	-	932 158
Provisão para Incapacidades Temporárias de AT	193 452	-	-	-	-	-	-	-	193 452
Provisão para Riscos em Curso	11 435	214 351	5 439	397 900	1 356 011	16 397	11 961	-	2 013 494
Provisão para Sinistros Pendentes	667 864	383 176	1 502	134 210	670 254	10 729	23 205	10 000	1 900 940
	1 804 909	597 527	6 941	532 110	2 026 265	27 126	35 166	10 000	5 040 044
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGURO CEDIDO									
Provisão para Riscos em Curso	-	(86 033)	(1 989)	(187 485)	(11 253)	(11 490)	(7 580)	-	(305 830)
Provisão para Sinistros Pendentes	(182 516)	(152 727)	(900)	(84 716)	(153 042)	(9 000)	(22 129)	(6 000)	(611 030)
	(182 516)	(238 760)	(2 889)	(272 201)	(164 295)	(20 490)	(29 709)	(6 000)	(916 860)
	1 622 393	358 767	4 052	259 909	1 861 970	6 636	5 457	4 000	4 123 184

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a evolução das provisões técnicas, líquidas de resseguro, detalha-se conforme segue:

	2017			Saldos em 31.12.2017
	Saldos em 31.12.2016	Aumentos	Diminuições	
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGURO DIRECTO				
Provisão Matemática do Ramo Vida (Nota 20)	237 398	-	(50 357)	187 041
Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho (Nota 20)	932 158	153 571	(7 566)	1 078 163
Provisão para Incapacidades Temporárias de AT (Nota 22)	193 452	180 056	-	373 508
Provisão para Riscos em Curso (Nota 21)	2 013 494	11 331 898	(10 070 758)	3 274 634
Provisão para Sinistros Pendentes	1 909 727	530 578	-	2 440 305
	<u>5 286 229</u>	<u>12 196 103</u>	<u>(10 128 681)</u>	<u>7 353 651</u>
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGURO CEDIDO				
Provisão para Riscos em Curso (Nota 21)	(305 830)	1 486 637	(2 051 231)	(870 424)
Provisão para Sinistros Pendentes	(611 030)	-	(465 928)	(1 076 958)
	<u>(916 860)</u>	<u>1 486 637</u>	<u>(2 517 159)</u>	<u>(1 947 382)</u>
	<u>4 369 369</u>	<u>13 682 740</u>	<u>(12 645 840)</u>	<u>5 406 269</u>

	2016			Saldos em 31.12.2016
	Saldos em 31.12.2015	Aumentos	Diminuições	
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGURO DIRECTO				
Provisão Matemática do Ramo Vida (Nota 20)	209 876	27 522	-	237 398
Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho (Nota 20)	870 726	72 278	(10 846)	932 158
Provisão para Incapacidades Temporárias de AT (Nota 22)	237 348	-	(43 896)	193 452
Provisão para Riscos em Curso (Nota 21)	2 011 148	7 081 232	(7 078 886)	2 013 494
Provisão para Sinistros Pendentes	1 895 944	60 319	(46 536)	1 909 727
	<u>5 225 042</u>	<u>7 241 351</u>	<u>(7 180 164)</u>	<u>5 286 229</u>
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGURO CEDIDO				
Provisão para Riscos em Curso (Nota 21)	(488 972)	1 397 591	(1 214 449)	(305 830)
Provisão para Sinistros Pendentes	(723 533)	161 826	(49 323)	(611 030)
	<u>(1 212 505)</u>	<u>1 559 417</u>	<u>(1 263 772)</u>	<u>(916 860)</u>
	<u>4 012 537</u>	<u>8 800 768</u>	<u>(8 443 936)</u>	<u>4 369 369</u>

12. PRÉMIOS EM COBRANÇA

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica detalha-se conforme segue:

	2017	2016
RAMO VIDA		
Vida Risco	2 488	494 485
	<u>2 488</u>	<u>494 485</u>
RAMO NÃO VIDA		
Acidentes, doença e viagens		
Acidentes de trabalho	598 982	257 311
Acidentes pessoais, doença e viagem	1 693 248	158 578
Incêndio e elementos da natureza	180	240
Outros danos em coisas	579 946	435 465
Automóvel	1 134 555	912 609
Transportes	61 728	14 062
Responsabilidade civil	34 250	6 948
	<u>4 102 889</u>	<u>1 785 213</u>
Movimentos de cobrança por regularizar	(117 505)	(274 387)
	<u>3 987 872</u>	<u>2 005 311</u>

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os prémios em cobrança apresentam a seguinte composição de acordo com a respectiva antiguidade:

	2017	2016
Até 30 dias	700 612	698 284
Entre 30 dias e 12 meses	2 953 247	972 762
Entre 12 meses e 36 meses	408 962	539 698
Mais de 36 meses	42 556	68 954
	<u>4 105 377</u>	<u>2 279 698</u>
Movimentos de cobrança por regularizar	(117 505)	(274 387)
	<u>3 987 872</u>	<u>2 005 311</u>

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os movimentos de cobrança por regularizar correspondem a valores recebidos e ainda não alocados aos respectivos recibos. Durante o exercício de 2017, a Companhia procedeu à regularização dos movimentos de cobrança realizados até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Os prémios líquidos de provisão para prémios em cobrança, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, detalham-se conforme segue:

	2017			2016		
	Prémios em cobrança	Provisão prémios em cobrança	Total líquido	Prémios em cobrança	Provisão prémios em cobrança	Total líquido
RAMO VIDA						
Vida Risco	2 488	(305)	2 183	494 485	(180 292)	314 193
	<u>2 488</u>	<u>(305)</u>	<u>2 183</u>	<u>494 485</u>	<u>(180 292)</u>	<u>314 193</u>
RAMO NÃO VIDA						
Acidentes, doença e viagens						
Acidentes de trabalho	598 982	(185 552)	413 430	257 311	(107 179)	150 132
Acidentes pessoais, doença e viagem	1 693 248	(400 127)	1 293 121	158 578	(21 858)	136 720
Incêndio e elementos da natureza	180	(67)	113	240	(60)	180
Outros danos em coisas	579 946	(132 375)	447 571	435 465	(97 551)	337 914
Automóvel	1 134 555	(232 746)	901 809	912 609	(170 925)	741 684
Transportes	61 728	(25 422)	36 306	14 062	(2 342)	11 720
Responsabilidade civil	34 250	(8 775)	25 475	6 948	(1 808)	5 140
	<u>4 102 889</u>	<u>(985 064)</u>	<u>3 117 825</u>	<u>1 785 213</u>	<u>(401 723)</u>	<u>1 383 490</u>
Movimentos de cobrança por regularizar	<u>(117 505)</u>	<u>-</u>	<u>(117 505)</u>	<u>(274 387)</u>	<u>-</u>	<u>(274 387)</u>
	<u>3 987 872</u>	<u>(985 369)</u>	<u>3 002 503</u>	<u>2 005 311</u>	<u>(582 015)</u>	<u>1 423 296</u>

A provisão para prémios em cobrança é calculada de acordo com a metodologia estabelecida pela Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros.

Adicionalmente, a Companhia efectua regularmente análises individuais aos recibos em cobrança de valor mais significativo, para aferir do seu risco de cobrabilidade, de modo a identificar e quantificar a necessidade de reforço da respectiva provisão.

A evolução da provisão para prémios em cobrança, durante os anos de 2016 e 2017, foi a seguinte:

	31.12.2017			31.12.2016			Saldos em 31.12.2017
	Saldos em 31.12.2015	Aumentos	Diminuições	Saldos em 31.12.2016	Aumentos	Diminuições	
RAMO VIDA							
Vida Risco	96 793	83 499	-	180 292	-	(179 987)	305
	<u>96 793</u>	<u>83 499</u>	<u>-</u>	<u>180 292</u>	<u>-</u>	<u>(179 987)</u>	<u>305</u>
RAMO NÃO VIDA							
Acidentes, doença e viagens							
Acidentes de trabalho	169 136	-	(61 957)	107 179	78 373	-	185 552
Acidentes pessoais, doença e viagem	37 420	-	(15 562)	21 858	378 269	-	400 127
Incêndio e elementos da natureza	163	-	(103)	60	7	-	67
Outros danos em coisas	108 573	-	(11 022)	97 551	34 824	-	132 375
Automóvel	200 585	-	(29 660)	170 925	61 821	-	232 746
Transportes	559	1 783	-	2 342	23 080	-	25 422
Responsabilidade civil	1 133	675	-	1 808	6 967	-	8 775
	<u>517 569</u>	<u>2 458</u>	<u>(118 304)</u>	<u>401 723</u>	<u>583 341</u>	<u>-</u>	<u>985 064</u>
	<u>614 362</u>	<u>85 957</u>	<u>(118 304)</u>	<u>582 015</u>	<u>583 341</u>	<u>(179 987)</u>	<u>985 369</u>

13. DEVEDORES E CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRECTO

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de devedores e credores por operações de seguro directo apresentavam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos líquidos	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos líquidos
Reembolsos de sinistros	10 150	-	10 150	11 137	-	11 137
Estornos de prémios	-	(279 206)	(279 206)	-	(127 063)	(127 063)
Prémios recebidos antecipadamente	-	(169 930)	(169 930)	-	(59 938)	(59 938)
Comissões a pagar	-	(60 590)	(60 590)	-	(41 900)	(41 900)
Mediadores de seguros	1 247	(65 143)	(63 896)	2 413	(45 475)	(43 062)
Co-seguradoras	12 442	(274 460)	(262 018)	5 538	(62 286)	(56 748)
	23 839	(849 329)	(825 490)	19 088	(336 662)	(317 574)

14. DEVEDORES E CREDORES POR OPERAÇÕES DE RESSEGURO

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as principais rubricas de devedores e credores por operações de resseguro apresentavam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos líquidos	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos líquidos
SWISS RE LIFE AND HEALTH AFRICA LIMITED	-	(1 066 611)	(1 066 611)	-	(228 939)	(228 939)
THOMPSON HEATH & BOND LIMITED	14 082	(611 483)	(597 401)	63	-	63
AON RE AFRICA PTY LTD	-	(152 494)	(152 494)	-	(144 972)	(144 972)
SWISS RE AFRICA LTD	105 048	(250 652)	(145 604)	1 005	(130 029)	(129 024)
ED BROKER	-	(75 984)	(75 984)	-	(99 728)	(99 728)
SCOR GLOBAL P&C SE IBERICA SUCUR (SPAIN)	35 675	(89 387)	(53 712)	2 210	(49 236)	(47 026)
ALLIANZ GLOBAL ASSISTANCE	-	(47 294)	(47 294)	-	(16 257)	(16 257)
MUNICH MAURITIUS REINSURANCE CO LTD	-	(24 205)	(24 205)	214	(22 555)	(22 341)
IRB - BRASIL RESSEGUROS SA	-	(18 613)	(18 613)	1 559	(14 212)	(12 653)
AIG SOUTH AFRICA LIMITED	-	(12 125)	(12 125)	-	(42 467)	(42 467)
MIRABILIS ENGINEERING UW MANAGERS SA	558	(11 886)	(11 328)	62	(11 507)	(11 445)
SWISS REINSURANCE COMPANY LTD	-	(8 165)	(8 165)	-	(33 185)	(33 185)
HANNOVER RE AFRICA LTD	-	(3 143)	(3 143)	1 655	(14 973)	(13 318)
CONSTANTIA INSURANCE COMPANY LIMITED	14 513	-	14 513	14 513	-	14 513
AFRICAN RE (SA) CORP LTD	175 538	(143 822)	31 716	170 289	(149 378)	20 911
Outros	559	(108 693)	(28 390)	12 709	(208 347)	(48 645)
	345 973	(2 624 557)	(2 278 584)	204 216	(1 041 782)	(837 566)

Nestas rubricas são registados os prémios cedidos, deduzidos de comissões a receber, da quota-parte nos sinistros a receber e das profit commissions apuradas, líquidos dos pagamentos ou recebimentos efectuados.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "SWISS RE LIFE AND HEALTH AFRICA LIMITED" respeita aos montantes pendentes de liquidação pela Companhia, relativos ao tratado proporcional do ramo Saúde.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "ED BROKER" respeita essencialmente a montantes pendentes de liquidação pela Companhia, relativos aos tratados proporcionais e de excesso de perdas intermediados por esta entidade.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "AFRICAN RE (SA) CORP LTD" inclui valores a receber pela Companhia no âmbito de um acordo de comutação de responsabilidades relativas aos negócios anteriores ao ano de 2013 nos montantes de 139.019 mAKZ e de 169.680 mAKZ, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica "THOMPSON HEATH & BOND LIMITED" respeita aos montantes pendentes de liquidação pela Companhia, relativos aos negócios facultativos intermediados por esta entidade.

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos líquidos	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos líquidos
Imposto sobre os lucros	1 708	-	1 708	-	(119 695)	(119 695)
Imposto do selo	-	(23 577)	(23 577)	-	(19 194)	(19 194)
Fundo de Garantia Automóvel	-	(17 085)	(17 085)	-	(8 939)	(8 939)
Retenção de imposto na fonte	294	(20 850)	(20 556)	3 902	(17 548)	(13 646)
Outros	-	-	-	-	-	-
	<u>2 002</u>	<u>(61 512)</u>	<u>(59 510)</u>	<u>3 902</u>	<u>(165 376)</u>	<u>(161 474)</u>

Os montantes apurados de imposto sobre os lucros são determinados com base nos resultados do exercício, ajustados em conformidade com a legislação fiscal em vigor.

Durante o ano de 2016 a Companhia foi notificada pela Administração Geral Tributária para o exercício do direito de audição prévia no âmbito do procedimento tributário de determinação da matéria colectável do Imposto Industrial, Imposto do Selo e Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho referente ao exercício de 2013, tendo exercido por escrito o referido direito. Durante o ano de 2017 este processo não teve desenvolvimentos. O Conselho de Administração da Companhia considera que as correções propostas constantes da referida notificação carecem de fundamento, pelo que não foram registadas provisões para esta finalidade nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

16. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de outros devedores e credores apresentavam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos líquidos	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos líquidos
Accionistas	-	-	-	-	(1 496)	(1 496)
Fornecedores	95 371	(235 334)	(139 963)	57 661	(112 184)	(54 523)
Pessoal	78 005	(52 523)	25 482	36 957	(6 581)	30 376
Devedores e credores diversos	329 038	(473 227)	(144 189)	423 559	(579 336)	(155 777)
	<u>502 414</u>	<u>(761 084)</u>	<u>(258 670)</u>	<u>518 177</u>	<u>(698 101)</u>	<u>(179 924)</u>
	502 414	(761 084)	(258 670)	518 177	(699 597)	(181 420)

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Devedores diversos" inclui comissões a receber pela actividade de gestão de fundos de pensões (Nota 31) nos montantes de 109.956 mAKZ e 91.951 mAKZ, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Devedores diversos" inclui adiantamentos concedidos no âmbito da política de benefícios da Companhia relativa ao apoio à aquisição de habitação própria por colaboradores nos montantes de 141.970 mAKZ e 139.618 mAKZ, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica "Devedores diversos" incluía um montante de 94.168 mAKZ correspondente ao valor das rendas liquidadas antecipadamente pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento celebrados com a Sociedade Finance Aspects, S.A., no âmbito dos quais a Companhia arrendou três apartamentos pelo período de cinco anos, com o custo total acima referido. Em 2017, a Companhia transferiu estes montantes para a rubrica "Custos diferidos - Outros" (Nota 18).

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Credores diversos” inclui os montantes de 49.273 mAKZ e 99.303 mAKZ, respectivamente, relativos a depósitos recebidos pela Companhia, que se encontram pendentes de regularização. Em 2017, a Companhia procedeu à regularização dos depósitos recebidos até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Credores diversos” inclui os montantes de 106.781 mAKZ e de 131.815 mAKZ, respectivamente, relativos a comissões a pagar a mediadores.

17. DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
CAIXA		
Moeda nacional	3 668	3 172
Moeda estrangeira	-	393
	<u>3 668</u>	<u>3 565</u>
DEPÓSITOS À ORDEM		
Moeda nacional	686 887	409 724
Moeda estrangeira	91 355	115 615
	<u>778 242</u>	<u>525 339</u>
	<u>781 910</u>	<u>528 904</u>

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Depósitos à ordem – Moeda estrangeira” é composta por valores em Dólares dos Estados Unidos e em Euros.

18. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de acréscimos e diferimentos activos e passivos apresentam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos líquidos	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos líquidos
ACRÉSCIMO DE PROVEITOS						
Juros a receber	181 912	-	181 912	165 499	-	165 499
CUSTOS DIFERIDOS						
Rendas e alugueres	83 362	-	83 362	14 675	-	14 675
Outros	129 287	-	129 287	9 189	-	9 189
	<u>394 561</u>	<u>-</u>	<u>394 561</u>	<u>189 363</u>	<u>-</u>	<u>189 363</u>
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS						
Rendas e alugueres	-	(22 468)	(22 468)	-	(44 284)	(44 284)
Remunerações e respectivos encargos	-	(267 748)	(267 748)	-	(282 775)	(282 775)
Outros	-	(174 410)	(174 410)	-	(242 081)	(242 081)
PROVEITOS DIFERIDOS						
	-	(507 233)	(507 233)	-	(607 787)	(607 787)

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica “Custos diferidos – Rendas de 76.904 mAKZ correspondente ao valor das rendas diferidas que antecipadamente pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento celebrados com a Sociedade Finance Aspects, S.A., no âmbito dos quais a Companhia arrendou três apartamentos pelo período de cinco anos, com o custo total de 94.168 mAKZ. Em 2016, estes montantes encontravam-se incluídos na rubrica “Devedores diversos” (Nota 16).

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica “Custos diferidos – Outros” inclui um montante de 91.636 mAKZ correspondente ao valor do fee de gestão que foi pago pela Companhia à AdvanceCare

Angola e que será diferido por um período de um ano, de acordo com a vigência dos prémios de seguro a que se refere.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Acréscimos de custos – Rendas e alugueres” refere-se ao reconhecimento do custo com rendas de imóveis arrendados, cuja liquidação ainda não havia sido efectuada.

19. CAPITAL PRÓPRIO

Durante o exercício de 2010, por forma a dar cumprimento ao disposto no Decreto Executivo n.º 70/06, de 7 de Junho, a Companhia aumentou o seu Capital social para 900.000 mAKZ.

Após esse aumento, o seu Capital passou a estar representado por 2.000.000 de acções com o valor nominal equivalente de 450 AKZ cada.

Em 2014 a Companhia aumentou o seu Capital Social para 1.000.000 mAKZ, por incorporação de Reservas Livres.

Após esse aumento, o seu Capital passou a estar representado por 2.000.000 de acções com o valor nominal equivalente de 500 AKZ cada. O capital encontra-se totalmente realizado.

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante os exercícios de 2016 e 2017 foi o seguinte:

	Saldos em 31.12.2015	Aumentos	Diminuições	Saldos em 31.12.2016	Aumentos	Diminuições	Saldos em 31.12.2017
CAPITAL SOCIAL							
Capital realizado	1 000 000	-	-	1 000 000	-	-	1 000 000
RESERVAS							
Reserva legal	200 000	-	-	200 000	-	-	200 000
Reservas livres	508 070	340 355	-	848 425	496 162	-	1 344 587
	<u>708 070</u>	<u>340 355</u>	<u>-</u>	<u>1 048 425</u>	<u>496 162</u>	<u>-</u>	<u>1 544 587</u>
FLUTUAÇÃO DE VALORES							
ACÇÕES PRÓPRIAS							
Valor Nominal	(12 510)	-	-	(12 510)	-	-	(12 510)
Prémios e descontos	(14 798)	-	-	(14 798)	-	-	(14 798)
	<u>(27 308)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(27 308)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(27 308)</u>
IMÓVEIS	70 348	100 540	-	170 888	(151 150)	-	19 738
Resultados Transitados	85 760	-	-	85 760	10 229	-	95 989
Resultado do Exercício	340 355	826 937	(340 355)	826 937	963 626	(826 937)	963 626
	<u>2 177 225</u>	<u>1 267 832</u>	<u>(340 355)</u>	<u>3 104 702</u>	<u>1 318 867</u>	<u>(826 937)</u>	<u>3 596 632</u>

Em 2017 e 2016, os aumentos verificados nas rubricas de “Reservas” correspondem à aplicação dos resultados dos exercícios de 2016 e 2015, respectivamente. Durante o ano de 2017 foram distribuídos dividendos aos accionistas da Companhia no montante total de 320.546 mAKZ.

20. PROVISÃO MATEMÁTICA

O movimento ocorrido na provisão matemática, nos exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017			2016		
	Seguro Directo			Seguro Directo		
	Aumentos	Diminuições	Líquido	Aumentos	Diminuições	Líquido
Vida	-	(50 357)	(50 357)	27 522	-	27 522
Acidentes de trabalho	153 571	(7 566)	146 005	72 278	(10 846)	61 432
	<u>153 571</u>	<u>(57 923)</u>	<u>95 648</u>	<u>99 800</u>	<u>(10 846)</u>	<u>88 954</u>

Esta rubrica representa a variação das responsabilidades da Companhia com os seguros do ramo vida e com provisões matemáticas do ramo de acidentes de trabalho (Nota 11).

21. PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO, LÍQUIDA DE RESSEGURO

O movimento ocorrido na provisão para riscos em curso, líquida de resseguro, nos exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017					
	Seguro Directo			Resseguro cedido		
	Aumentos	Diminuições	Líquido	Aumentos	Diminuições	Líquido
Acidentes, Doenças e Viagens						
Acidentes de trabalho	1 555 273	(1 545 123)	10 150	-	-	-
Acidentes pessoais, doença e viagens	3 778 984	(2 585 203)	1 193 781	(1 473 343)	975 239	(498 104)
Incêndio e elementos da natureza	12 380	(13 372)	(992)	(3 361)	3 688	327
Outros danos em coisas	1 649 500	(1 630 315)	19 185	(388 205)	356 613	(31 592)
Automóvel	3 855 896	(3 867 624)	(11 728)	(23 383)	24 516	1 133
Transportes	46 769	(44 785)	1 984	(28 785)	25 854	(2 931)
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Diversos	433 096	(384 336)	48 760	(134 154)	100 727	(33 427)
	11 331 898	(10 070 758)	1 261 140	(2 051 231)	1 486 637	(564 594)

	2016					
	Seguro Directo			Resseguro cedido		
	Aumentos	Diminuições	Líquido	Aumentos	Diminuições	Líquido
Acidentes, Doenças e Viagens						
Acidentes de trabalho	560 719	(561 161)	(442)	-	-	-
Acidentes pessoais, doença e viagens	1 204 036	(1 104 602)	99 434	(313 588)	297 631	(15 957)
Incêndio e elementos da natureza	14 888	(10 897)	3 991	(5 415)	3 880	(1 535)
Outros danos em coisas	1 132 305	(1 122 544)	9 761	(576 064)	538 096	(37 968)
Automóvel	3 970 035	(4 090 968)	(120 933)	(244 086)	491 852	247 766
Transportes	150 220	(136 122)	14 098	(50 839)	40 446	(10 393)
Responsabilidade civil geral	43 225	(46 788)	(3 563)	(23 120)	24 349	1 229
Diversos	5 804	(5 804)	-	(1 337)	1 337	-
	7 081 232	(7 078 886)	2 346	(1 214 449)	1 397 591	183 142

22. PROVISÃO PARA INCAPACIDADES TEMPORÁRIAS DE ACIDENTES DE TRABALHO

Nos exercícios de 2017 e 2016, a provisão para incapacidades temporárias de Acidentes de Trabalho ("AT") sofreu uma variação positiva de 180.056 mAKZ e negativa de 43.896 mAKZ, respectivamente (Nota 11).

23. INDEMNIZAÇÕES

Nos exercícios de 2017 e 2016, os custos com sinistros decompõem-se como segue:

	2017			2016		
	Montantes pagos	Varição da provisão	Total	Montantes pagos	Varição da provisão	Total
RAMO VIDA						
Vida Risco	-	464	464	714	2 539	3 253
NÃO VIDA						
Acidentes, Doenças e Viagens	409 428	130 870	540 298	324 392	(31 294)	293 098
Acidentes de trabalho	803 331	86 680	890 011	738 720	4 791	743 511
Acidentes pessoais e doença	5 864	1 364	7 228	-	1 502	1 502
Outros Danos em Coisas	920 324	130 082	1 050 406	170 957	36 178	207 135
Automóvel	944 170	154 605	1 098 775	848 603	(20 332)	828 271
Transportes	-	-	-	771	(4 271)	(3 500)
Responsabilidade civil	1 868	16 151	18 019	1 587	10 100	11 687
Diversos	-	-	-	-	10 000	10 000
	3 084 985	519 752	3 604 737	2 085 030	6 674	2 091 704
	3 084 985	520 216	3 605 201	2 085 744	9 213	2 094 957

Nos exercícios de 2017 e 2016, os montantes pagos e a variação da provisão para sinistros do exercício e de exercícios anteriores, detalham-se conforme segue:

	2017						2016					
	Montantes pagos			Variação da provisão			Montantes pagos			Variação da provisão		
	Do exercício	De exercícios anteriores	Total	Do exercício	De exercícios anteriores	Total	Do exercício	De exercícios anteriores	Total	Do exercício	De exercícios anteriores	Total
RAMO VIDA												
Vida Risco	-	-	-	-	464	464	-	714	714	-	2 539	2 539
RAMO NÃO VIDA												
Acidentes, Doenças e Viagens												
Acidentes de trabalho	203 470	205 958	409 428	393 116	(262 246)	130 870	131 817	192 575	324 392	226 187	(257 481)	(31 294)
Acidentes pessoais e doença	683 042	120 289	803 331	29 910	56 770	86 680	580 823	157 897	738 720	10 445	(5 654)	4 791
Incêndio e Elementos da Natureza	583	5 281	5 864	2 864	(1 500)	1 364	-	-	-	1 502	-	1 502
Outros Danos em Coisas	882 733	37 591	920 324	116 695	13 389	130 082	56 585	114 372	170 957	119 915	(83 737)	36 178
Automóvel	670 977	273 193	944 170	353 724	(199 119)	154 605	597 464	251 139	848 603	382 001	(402 333)	(20 332)
Transportes	-	-	-	-	-	-	771	-	771	729	(5 000)	(4 271)
Responsabilidade civil	1 315	553	1 868	15 533	618	16 151	1 414	173	1 587	20 400	(10 300)	10 100
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10 000	-	10 000
	2 442 120	642 865	3 084 985	911 840	(392 088)	519 752	1 368 874	716 156	2 085 030	771 179	(764 505)	6 674
	2 442 120	642 865	3 084 985	911 840	(391 624)	520 216	1 368 874	716 870	2 085 744	771 179	(761 966)	9 213

24. COMISSÕES

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica de comissões processadas apresenta o seguinte detalhe por ramo:

	2017	2016
Vida	(822)	511
Acidentes, doenças e viagens		
Acidentes de trabalho	81 920	82 003
Acidentes pessoais e doença	25 660	25 037
Incêndio e elementos da natureza	509	505
Outros danos em coisas	63 832	54 217
Automóvel	113 698	93 181
Transportes	419	970
Responsabilidade civil	8 148	2 506
Diversos	42	628
	293 406	259 558

Esta rubrica refere-se às comissões processadas pela emissão de recibos de prémio, devidas a mediadores nomeados.

25. RECEITAS E ENCARGOS DE RESSEGUROS CEDIDOS

Nos exercícios de 2017 e 2016, as rubricas de receitas e encargos de resseguro cedido apresentam o seguinte detalhe por ramo:

	2017				2016			
	Prêmios	Comissões	Sinistros	Resultado	Prêmios	Comissões	Sinistros	Resultado
RAMO VIDA								
Vida Risco	(33 968)	5 829	-	(28 139)	74 252	(12 473)	1 866	63 645
RAMO NÃO VIDA								
Acidentes, Doenças e Viagens								
Acidentes de trabalho	209 347	(3 635)	(59 996)	145 716	53 450	-	71 910	125 360
Acidentes pessoais, doenças e viagens	1 312 994	(20 345)	(390 961)	901 688	506 789	(19 361)	(348 086)	139 342
Incêndio e elementos da natureza	41 045	(8 168)	(292 336)	(259 459)	21 722	(17 924)	(900)	2 898
Outros danos em coisas	1 445 145	(137 505)	(651 168)	656 472	542 184	(93 799)	(103 260)	345 125
Automóvel	181 385	(17 360)	(29 483)	134 542	8 598	35 170	(71 097)	(27 329)
Transportes	78 534	(2 896)	-	75 638	75 619	(3 622)	4 971	76 968
Responsabilidade civil geral	100 462	(7 310)	(10 705)	82 447	89 458	(5 034)	(13 903)	70 521
Diversos	153	(46)	-	107	1 876	(562)	(6 000)	(4 686)
	<u>3 369 065</u>	<u>(197 265)</u>	<u>(1 434 649)</u>	<u>1 737 151</u>	<u>1 299 696</u>	<u>(105 132)</u>	<u>(466 365)</u>	<u>728 199</u>
	3 335 097	(191 436)	(1 434 649)	1 709 012	1 373 948	(117 605)	(464 499)	791 844

Esta rubrica inclui como encargos os prêmios cedidos às resseguradoras, e como receitas as comissões sobre os prêmios cedidos, a quota-parte dos sinistros incorridos e nos casos aplicáveis as profit commissions sobre os resultados de resseguro, as quais se encontram incluídas nas comissões.

Nos exercícios de 2017 e 2016, os montantes pagos e a variação da provisão para sinistros de resseguro cedido, detalham-se conforme segue:

	2017			2016		
	Montantes pagos	Variação da provisão	Total	Montantes pagos	Variação da provisão	Total
RAMO VIDA						
Vida Risco	-	-	-	(1 866)	-	(1 866)
RAMO NÃO VIDA						
Acidentes, Doenças e Viagens						
Acidentes de trabalho	-	59 996	59 996	-	(71 910)	(71 910)
Acidentes pessoais, doenças e viagens	368 795	22 166	390 961	341 813	6 273	348 086
Incêndio e elementos da natureza	3 518	288 818	292 336	-	900	900
Outros danos em coisas	566 844	84 324	651 168	80 125	23 135	103 260
Automóvel	28 261	1 222	29 483	156 042	(84 945)	71 097
Transportes	-	-	-	-	(4 971)	(4 971)
Responsabilidade civil geral	1 304	9 401	10 705	888	13 015	13 903
Diversos	-	-	-	-	6 000	6 000
	<u>968 722</u>	<u>465 927</u>	<u>1 434 649</u>	<u>578 868</u>	<u>(112 503)</u>	<u>466 365</u>
	968 722	465 927	1 434 649	577 002	(112 503)	464 499

26. CUSTOS DE ESTRUTURA

Nos exercícios de 2017 e 2016, os custos de estrutura incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição, atendendo à sua natureza:

	2017	2016
Custos com o pessoal	1 307 173	1 204 138
Outros custos administrativos		
Custos com trabalho independente	512 354	255 961
Rendas e alugueres	219 938	266 890
Publicidade e propaganda	206 967	99 663
Trabalhos especializados	129 617	194 878
Deslocações e estadias	87 378	77 055
Comunicação	82 314	83 337
Conservação e reparação	32 774	30 039
Material de escritório	25 380	22 420
Seguros	20 891	22 583
Limpeza, higiene e conforto	18 242	17 534
Despesas de representação	9 440	8 284
Água	3 203	2 341
Vigilância e segurança	2 618	3 613
Impressos	350	65
Outros	14 430	12 817
	1 365 896	1 097 480
Impostos e taxas	233 660	142 616
Amortizações/depreciações do exercício		
Imobilizado corpóreo (Nota 5)	70 987	56 493
Imobilizado incorpóreo (Nota 5)	104 999	117 502
	175 986	173 995
	3 082 715	2 618 229

26.1 CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica de custos com pessoal pode ser discriminada como segue:

	2017	2016
Remunerações		
Órgãos Sociais	174 441	150 625
Pessoal		
Remuneração mensal	538 148	504 253
Remunerações adicionais		
Subsidio de férias e de natal	83 153	95 366
Subsidio de almoço	39 767	40 834
Outros	10 946	17 865
	133 866	154 065
Encargos sobre remunerações	50 803	45 263
Seguros obrigatórios	88 798	81 137
Custos de acção social	21 413	20 725
Outros custos com o pessoal	299 704	224 522
Pessoal temporário	-	23 548
	1 307 173	1 204 138

No exercício de 2017, a rubrica "Outros custos com pessoal" inclui os montantes de 104.855 mAKZ e de 63.278 mAKZ relativos a prémios de desempenho do exercício de 2017, a pagar em 2018 a pessoal e órgãos sociais, respectivamente. Em 2016, estes montantes ascendiam a 90.687 mAKZ e a 52.732 mAKZ, respectivamente.

No exercício de 2017, a rubrica "Remunerações – Órgãos Sociais" inclui prestações complementares de remuneração atribuídas aos órgãos sociais em 2017, a pagar em 2018, no montante de 44.947 mAKZ. Em 2016, este montante ascendia a 44.437 mAKZ.

O número médio de colaboradores ao serviço da Companhia em 2017 e 2016, corresponde a 135 e 139 colaboradores, respectivamente.

26.2 OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica de outros custos administrativos pode ser discriminada como segue:

	2017	2016
Energia	6 728	7 459
Água	3 203	2 341
Material de escritório	25 380	22 420
Livros e documentação técnica	(921)	2 685
Conservação e reparação	32 774	30 039
Rendas e alugueres		
De terrenos e edifícios alugados	213 720	222 790
De terrenos e edifícios próprios	6 060	2 353
De viaturas	-	41 333
Equipamento Informático	41	414
De outros equipamentos	117	-
Despesas de representação	9 440	8 284
Comunicação	82 314	83 337
Deslocações e estadias	87 378	77 055
Seguros	20 891	22 583
Publicidade e propaganda	206 967	99 663
Limpeza, higiene e conforto	18 242	17 534
Contencioso e notariado	1 288	1 649
Vigilância e segurança	2 618	3 613
Trabalhos especializados		
De informática	68 048	83 261
De auditoria	25 176	22 274
De advocacia	7 677	15 521
De actuariado	8 825	5 058
Temporários	10 097	28 214
Serviços de gestão	233 592	94 521
Outros	134 203	54 437
Custo com cobrança de prémios	28 817	32 246
Impressos	350	65
Outros fornecimentos e serviços		
Jornais e revistas (publicações)	448	342
Artigos para oferta	205	-
Custo com trabalho independente		
Avenças e honorários	9 794	40 550
Serv.Seguros	115 742	74 757
Outros	6 682	682
	<u>1 365 896</u>	<u>1 097 480</u>

Nos exercícios de 2017 e 2016, encontram-se incluídas na rubrica "Rendas e alugueres – de terrenos e edifícios alugados" as rendas relativas ao aluguer das instalações da Companhia na Academia BAI, bem como das agências em edifícios arrendados.

Nos exercícios de 2017 e 2016, encontram-se incluídos na rubrica "Publicidade e propaganda" os custos incorridos com a consolidação da imagem corporativa da Companhia e da sua divulgação no mercado angolano, bem como o lançamento de novos produtos e campanhas.

Nos exercícios de 2017 e 2016 a rubrica "Trabalhos especializados – De informática" respeita

a serviços prestados relativos à implementação e manutenção de aplicações informáticas.

Nos exercícios de 2017 e 2016 a rubrica “Outros fornecimentos e serviços externos – Custo com trabalho independente – Serviços de Seguros”, respeita às comissões processadas pela emissão de recibos de prémio, devidas a mediadores não nomeados.

26.3 IMPOSTOS E TAXAS

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica de impostos e taxas pode ser discriminada como segue:

	2017	2016
Imposto de selo	79 373	61 463
Taxa para o I.S.S.	29 214	15 454
Outros impostos e taxas	125 073	65 699
	<u>233 660</u>	<u>142 616</u>

Nos exercícios de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Imposto de selo” refere-se ao imposto de selo devido na cobrança de recibos de prémio.

27. OUTROS CUSTOS E PROVEITOS

Nos exercícios de 2017 e 2016, os outros custos e proveitos apresentam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Custos	Proveitos	Líquido	Custos	Proveitos	Líquido
Custos e proveitos extraordinários						
Donativos	(534)	-	(534)	(1 477)	-	(1 477)
Ofertas a clientes	-	-	-	(2 233)	-	(2 233)
Recuperação de dívidas	-	134 972	134 972	-	-	-
Reduções de amortizações e provisões	-	-	-	-	34 525	34 525
Outros	(20 283)	-	(20 283)	(14 770)	-	(14 770)
	<u>(20 817)</u>	<u>134 972</u>	<u>114 155</u>	<u>(18 480)</u>	<u>34 525</u>	<u>16 045</u>
Outros custos e proveitos						
Diferenças de câmbio	(126 765)	70 221	(56 544)	(215 852)	568 754	352 902
Custos e proveitos financeiros	(40 144)	-	(40 144)	(32 487)	-	(32 487)
Abates de imobilizado	-	-	-	(84 087)	-	(84 087)
Outros	(3 690)	382 673	378 983	(1 599)	93 171	91 572
	<u>(170 599)</u>	<u>452 894</u>	<u>282 295</u>	<u>(334 025)</u>	<u>661 925</u>	<u>327 900</u>
	<u>(191 416)</u>	<u>587 866</u>	<u>396 450</u>	<u>(352 505)</u>	<u>696 450</u>	<u>343 945</u>

Em 2017 a rubrica “Recuperação de dívidas” corresponde a movimentos de cobrança realizados até 31 de Dezembro de 2015 e que foram regularizados pela Companhia durante o exercício de 2017.

Em 2017 e 2016 a rubrica “Outros custos e proveitos – Outros” inclui proveitos relativos a comissões de gestão de fundos de pensões nos montantes de 121.002 mAKZ e 91.951 mAKZ (Nota 31), respectivamente. Adicionalmente, em 2017 esta rubrica inclui ainda o montante de 189.764 mAKZ referente a depósitos por identificar recebidos pela Companhia até 31 de Dezembro de 2015 e que foram regularizados durante o exercício de 2017.

Em 2017 e 2016 a rubrica “Outros custos e proveitos – Diferenças de câmbio” inclui os montantes de 340 mAKZ e 191.190 mAKZ, respectivamente, relativos aos ganhos resultantes da actualização do valor

nominal das obrigações do tesouro em carteira (Nota 4).

Em 2016 as rubricas "Outros custos - Abates de imobilizado" e "Proveitos extraordinários - Reduções de amortizações e provisões" nos montantes de 84.087 mAKZ e 34.525 mAKZ, respectivamente, respeitam essencialmente ao abate de viaturas transferidas para colaboradores da Companhia, no montante líquido de 49.562 mAKZ (Nota 5).

28. PRÉMIOS E SEUS ADICIONAIS

Nos exercícios de 2017 e 2016, a totalidade dos prêmios e seus adicionais respeitam a contratos celebrados em Angola, e apresentam a seguinte composição:

	2017				
	Prêmios Processados	Prêmios Anulados	Prêmios estornados	Receita Fraccionada	Total
VIDA					
Vida Risco	601 714	(646 578)	(6 360)	-	(51 224)
NÃO VIDA					
Acidentes, Doenças e Viagens					
Acidentes de trabalho	2 394 258	(854 654)	(45 568)	(4)	1 494 032
Acidentes pessoais e doença	5 487 245	(2 210 800)	(167 024)	37 276	3 146 697
Incêndio e Elementos da Natureza	17 391	(2 247)	-	559	15 703
Outros Danos em Coisas	3 477 583	(1 160 226)	(191 339)	5 377	2 131 395
Automóvel	3 872 928	(1 014 347)	(125 906)	18 513	2 751 188
Transportes	79 147	(15 096)	(250)	-	63 801
Responsabilidade civil	174 833	(5 796)	(151)	155	169 041
Diversos	319	-	-	13	332
	15 503 704	(5 263 166)	(530 238)	61 889	9 772 189
	16 105 418	(5 909 744)	(536 598)	61 889	9 720 965

	2016				
	Prêmios Processados	Prêmios Anulados	Prêmios estornados	Receita Fraccionada	Total
VIDA					
Vida Risco	450 896	(26 323)	(2 222)	-	422 351
NÃO VIDA					
Acidentes, Doenças e Viagens					
Acidentes de trabalho	1 300 238	(511 903)	(14 533)	7	773 809
Acidentes pessoais e doença	2 079 327	(747 806)	(129 652)	52 135	1 254 004
Incêndio e Elementos da Natureza	14 971	(504)	-	383	14 850
Outros Danos em Coisas	1 553 289	(577 323)	(74 710)	3 169	904 425
Automóvel	4 095 731	(1 542 889)	(109 878)	12 073	2 455 037
Transportes	199 280	(96 902)	(326)	-	102 052
Responsabilidade civil	44 026	(13 692)	(2 351)	103	28 086
Diversos	5 593	-	(1 686)	313	4 220
	9 292 455	(3 491 019)	(333 136)	68 183	5 536 483
	9 743 351	(3 517 342)	(335 358)	68 183	5 958 834

No exercício de 2017, a rubrica "Prêmios processados - Outros Danos em Coisas" inclui prêmios processados do sub-ramo "Petroquímica", relativos a negócios em regime de Co-Seguro, no montante total de 662.120 mAKZ.

A evolução dos prêmios entre 2017 e 2016, detalha-se conforme segue:

	2017	2016
VIDA		
Vida Risco	(51 224)	422 351
NÃO VIDA		
Acidentes, Doenças e Viagens		
Acidentes de trabalho	1 494 032	773 809
Acidentes pessoais e doença	3 146 697	1 254 004
Incêndio e Elementos da Natureza	15 703	14 850
Outros Danos em Coisas	2 131 395	904 425
Automóvel	2 751 188	2 455 037
Transportes	63 801	102 052
Responsabilidade civil	169 041	28 086
Diversos	332	4 220
	9 772 189	5 536 483
	9 720 965	5 958 834

29. RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS

Os rendimentos de investimentos, para os exercícios de 2017 e 2016, foram os seguintes:

	2017	2016
AFFECTOS ÀS PROVISÕES TÉCNICAS		
Juros	832 009	529 886
Rendas de imóveis	140 341	123 275
	<u>972 350</u>	<u>653 161</u>
LIVRES		
Outros	-	409
	<u>972 350</u>	<u>653 570</u>

Nos exercícios de 2017 e 2016, encontram-se incluídos na rubrica "Afectos às provisões técnicas - Juros" os juros dos títulos de rendimento fixo e dos depósitos em instituições de crédito reconhecidos no período.

30. PARTES RELACIONADAS

Em 2017 e 2016, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

2017		
Nome da entidade relacionada	%	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia		
Banco Angolano de Investimentos	72,24%	Angola
António Van-Dúnem	6,50%	Angola
MRN - Movimento Rodoviário	3,50%	Angola
CSSFA - Caixa Segurança Social das Forças Armadas	2,50%	Angola
Pequenos accionistas	15,26%	Angola
Membros do Conselho de Administração da Companhia		
Luís Filipe Rodrigues Lélis - Presidente		
Carlos Arménio de Almeida Duarte - Presidente da Comissão Executiva		
Ildo Mateus do Nascimento - Administrador Executivo		
Alexandre Jorge de Andrade Teles Carreira - Administrador Executivo		
Jorge Manuel da Silva e Almeida - Vogal		
Membros do Conselho Fiscal		
João Cândido Soares de Moura Oliveira Fonseca - Presidente		
Victor Manuel Ribeiro do Couto - Vogal		
Ebb Rosa Conde Lopes Colsoul - Vogal		
Helga Sofia de Sousa Santos - Suplente		
Juvelino da Costa Domingos - Suplente		
Membros da Assembleia Geral		
Mário Alberto dos Santos Bárber - Presidente		
Ulanga de Jesus Gaspar Martins - Secretário		

2016

Nome da entidade relacionada	%	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia		
Banco Angolano de Investimentos	72,24%	Angola
Mateba - Comércio e Transportes, Limitada	5,00%	Angola
MRN - Movimento Rodoviário	3,50%	Angola
CSSFA - Caixa Segurança Social das Forças Armadas	2,50%	Angola
Pequenos accionistas	16,76%	Angola
Membros do Conselho de Administração da Companhia		
José de Lima Massano - Presidente		
Carlos Arménio de Almeida Duarte - Presidente da Comissão Executiva		
Ildo Mateus do Nascimento - Administrador Executivo		
Alexandre Jorge de Andrade Teles Carreira - Administrador Executivo		
Jorge Manuel da Silva e Almeida - Vogal		
Membros do Conselho Fiscal		
João Cândido Soares de Moura Oliveira Fonseca - Presidente		
Victor Manuel Ribeiro do Couto - Vogal		
Ebb Rosa Conde Lopes Colsoul - Vogal		
Helga Sofia de Sousa Santos - Suplente		
Juvelino da Costa Domingos - Suplente		
Membros da Assembleia Geral		
Mário Alberto dos Santos Bárber - Presidente		
Ulanga de Jesus Gaspar Martins - Secretário		

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos registados em Balanço e na conta de ganhos e perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, são como segue:

	2017				2016			
	Balanço		Conta de Ganhos e Perdas		Balanço		Conta de Ganhos e Perdas	
	Activo	Passivo	Custos	Proveitos	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS								
Prémios em cobrança	145 533	-	-	-	97 437	-	-	-
Prémios brutos emitidos	-	-	-	1 051 119	-	-	-	915 492
Sinistros	-	-	676 205	-	-	-	544 314	-
Depósitos à ordem	341 312	-	-	-	168 862	-	-	-
Depósitos a prazo	1 278 920	-	-	-	690 976	-	-	-
Juros de depósitos a prazo	689	-	-	23 684	3 046	-	-	15 401
Cedências de pessoal	-	48 378	-	-	-	48 378	23 548	-
Comissões	-	22 133	-	-	-	-	-	-
	<u>1 766 453</u>	<u>70 511</u>	<u>676 205</u>	<u>1 074 803</u>	<u>960 321</u>	<u>48 378</u>	<u>567 863</u>	<u>930 893</u>
CAIXA SEG. SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS								
Prémios em cobrança	8 723	-	-	-	5 555	-	-	-
Prémios brutos emitidos	-	-	-	3 513	-	-	-	617
	<u>8 723</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3 513</u>	<u>5 555</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>617</u>
BANCO BAI MICRO FINANÇAS								
Prémios em cobrança	-	-	-	-	3 846	-	-	-
Prémios brutos emitidos	-	-	-	5 420	-	-	-	6 057
Sinistros	-	-	2 079	-	-	-	19 700	-
Depósitos à ordem	82 618	-	-	-	186 195	-	-	-
Depósitos a prazo	154 368	-	-	-	56 407	-	-	-
Juros de depósitos a prazo	37	-	-	5 192	2	-	-	23 708
	<u>237 022</u>	<u>-</u>	<u>2 079</u>	<u>10 612</u>	<u>246 450</u>	<u>-</u>	<u>19 700</u>	<u>29 765</u>
	<u>2 012 199</u>	<u>70 511</u>	<u>678 284</u>	<u>1 088 928</u>	<u>1 316 368</u>	<u>48 378</u>	<u>587 369</u>	<u>961 870</u>

31. FUNDOS DE PENSÕES

Em 2013 a Companhia iniciou a actividade de administração, gestão e representação de fundos de pensões, sendo responsável pela gestão do Fundo Fechado do Banco Angolano de Investimentos, S.A..

Esta operação foi autorizada pelo Ministério das Finanças da República de Angola por despacho de 28 de Outubro de 2013. A transferência da gestão do património do fundo da anterior Entidade Gestora para a Companhia ocorreu em 24 de Dezembro de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o valor do fundo ascende a 3.895.640 mAKZ e a 3.200.436 mAKZ, respectivamente.

32. MARGEM DE SOLVÊNCIA

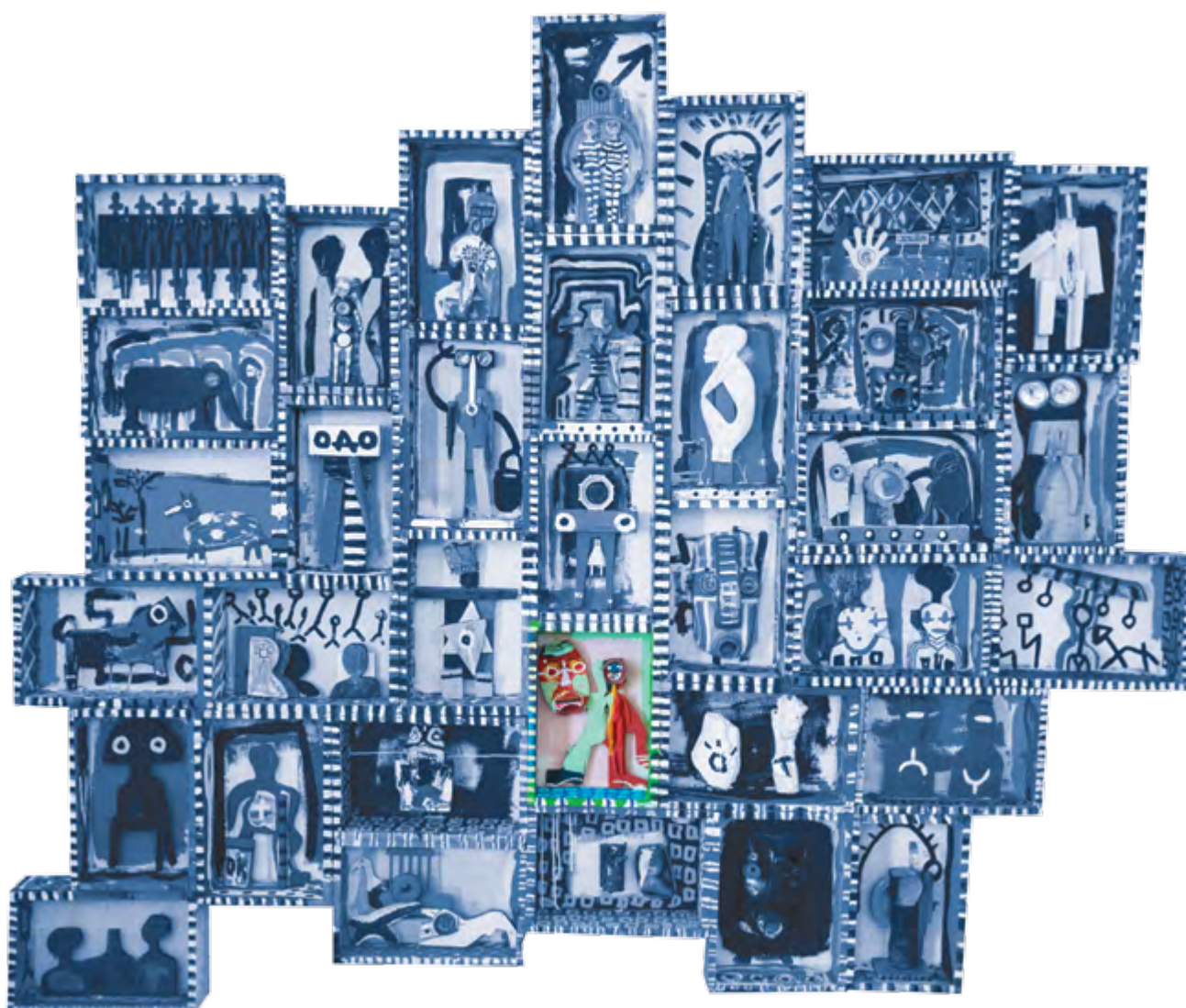
A Companhia, de acordo com o disposto no Decreto executivo no 6/03, de 24 de Janeiro, procede ao apuramento da Margem de Solvência. Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a cobertura da Margem de Solvência a constituir, medida em função da cobertura por elementos patrimoniais elegíveis, das responsabilidades decorrentes da actividade desenvolvida pela Companhia, apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Elementos constitutivos	3 100 069	2 651 901
Elementos a constituir	(1 895 785)	(1 531 287)
Excesso de Margem de Solvência	1 204 284	1 120 614
Taxa de cobertura	163,52%	173,18%

Em 31 de Dezembro de 2017, encontra-se deduzido aos elementos constitutivos da margem de solvência o montante de 385.451 mAKZ, correspondente à proposta de distribuição de dividendos a apresentar à Assembleia Geral da Companhia.



PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

«NOSSA - Nova Sociedade de Seguros de Angola, S.A.»

Exmos. Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas, o Parecer do Conselho Fiscal, sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, incluindo proposta de aplicação dos resultados.

No decurso do exercício de 2017 e até a data da emissão do presente relatório, o Conselho Fiscal procedeu, no âmbito das suas atribuições:

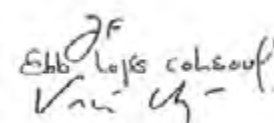
- À realização de reuniões periódicas para a análise detalhada das contas com a direcção de contabilidade e finanças;
- Ao acompanhamento do cumprimento das obrigações fiscais;
- Ao exame do Relatório e Contas elaborado pelo Conselho de Administração, incluindo a proposta de aplicação dos resultados;
- À apreciação do parecer do auditor externo Deloitte & Touche - Auditores, Lda.;
- Quando necessário, à realização de reuniões com o Conselho de Administração, para obtenção das informações e esclarecimentos.

Atendendo ao trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal, concluiu que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação financeira analisada foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial, financeira e dos resultados e que, no Relatório de Gestão, se expõe fielmente a evolução dos negócios e do desempenho da sociedade, sendo de destacar o seguinte:

Tendo em conta o referido nos parágrafos anteriores, destacamos o seguinte:

- a) O resultado líquido é positivo em 963.626 milhares de Kwanzas (mAKZ), tendo beneficiado do contributo dos rendimentos das aplicações, uma vez que o resultados operacional foi negativo em 344.973 mAKZ, em parte resultante do reforço da provisão dos prémios em cobrança.
- b) A reavaliação dos imóveis de investimento ao valor do mercado implicou uma variação negativa nos capitais próprios de 151.150 milhares de Kwanzas, contra o acréscimo 100.540 mAKZ verificado no ano anterior.

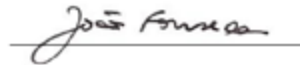
O Conselho Fiscal concluiu ainda que a proposta de aplicação dos resultados parece-nos adequada face ao bom desempenho dos investimentos do ano e permite manter as margens de solvência e cobertura acima dos limites legalmente estabelecidos.



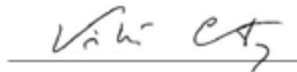
Em face do exposto, somos do parecer que a Assembleia Geral aprove:

1. O Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;
2. A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;

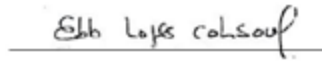
Luanda, 09 de Março de 2018



João Fonseca
Presidente do Conselho Fiscal



Vitor Couto
Vogal
(Perito contabilista nº2012007)



Ebb Lopes Colsoul
Vogal



RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

(montantes expressos em milhares de Kwanzas – mAKZ)

Aos Accionistas
da Nossa – Nova Sociedade de Seguros de Angola, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Nossa – Nova Sociedade de Seguros de Angola, S.A. ("Nossa Seguros" ou "Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 que evidência um total de 17.183.802 mAKZ e um capital próprio de 3.596.632 mAKZ, incluindo um resultado líquido de 963.626 mAKZ, a Conta de Ganhos e Perdas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector segurador, estabelecidos pela Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade por quotas | NIPC: 5401022670 | Matrícula CRC de Luanda: 106-97 | Capital social: KZ 1.620.000 | Sede: Condomínio Cidade Financeira, Via 58, Bloco 4 - 5º, Talatona, Luanda

© 2018. Para informações contacte Deloitte & Touche - Auditores, Limitada



IS 658746

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Nossa – Nova Sociedade de Seguros de Angola, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro relativo ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contábilísticos geralmente aceites em Angola para o sector segurador estabelecidos pela Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros.

Luanda, 9 de Março de 2018

Deloitte & Touche – Auditores, Limitada
Representada por José António Mendes Garcia Barata (Nº 20130163)

